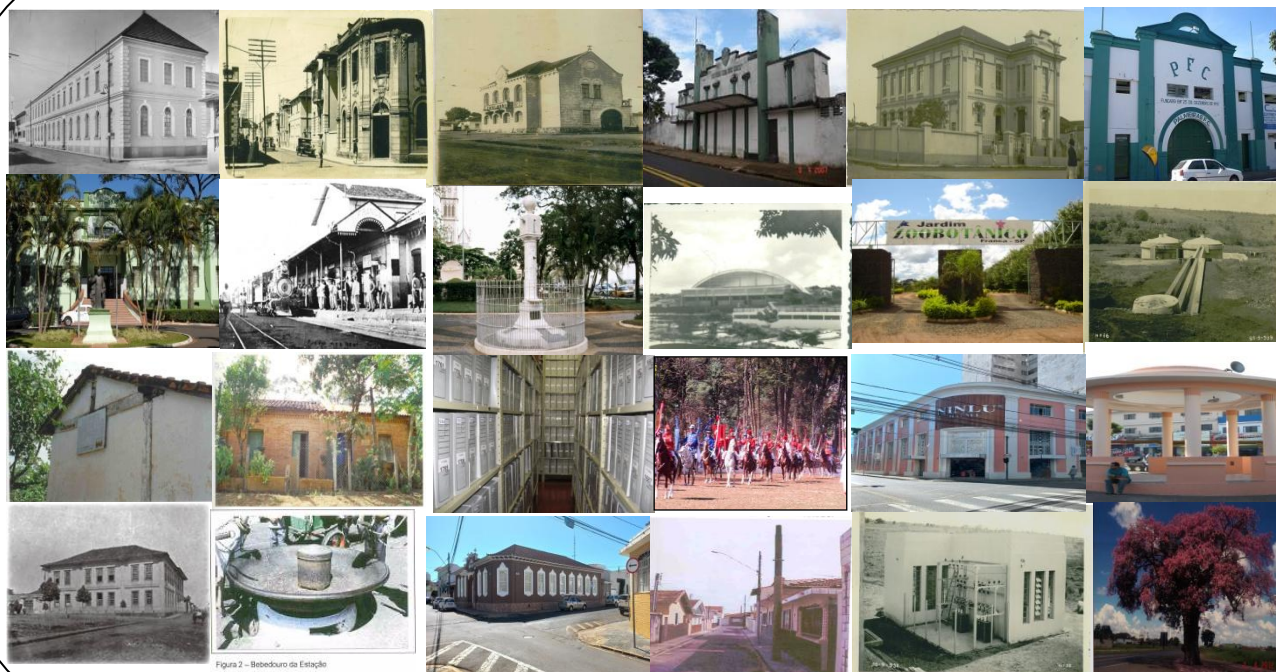




CONDEPHAT
Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Artístico e Turístico de Franca



HISTÓRICO DOS PATRIMÔNIOS TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA



**HISTÓRICO DOS
PATRIMÔNIOS TOMBADOS
NO MUNICÍPIO DE FRANCA**

Organização e Realização:

Prefeitura de Franca

Secretaria Municipal de
Esporte e Cultura

Conselho de Defesa do
Patrimônio Histórico, Artístico
e Turístico de Franca –
CONDEPHAT.

Arquivo Histórico Municipal
“Capitão Hipólito Antônio
Pinheiro”

Complementação de
pesquisas e estruturação do
conteúdo:

Wanderlei Donizete Pereira –
Graduado em História –
Especialização em Gestão
Pública Municipal e Mestre
em Planejamento e Análise de
Políticas Públicas - Servidor
do Arquivo Histórico.

Julho/2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
TOMBAMENTOS	07
PATRIMÔNIOS IMATERIAIS	07
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA BRUTA DO SISTEMA SÃO JOÃO. Lei Complementar nº 09, de 26 de novembro de 1996	09
FOSSAS SÉPTICAS IMNHOFF DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS Lei Complementar nº 09, de 26 de novembro de 1996, localizada na esquina da Av. Dr. Ismael Alonso Y Alonso com Rua Couto Magalhães, Jardim Consolação	10
PATRIMÔNIOS CULTURAIS IMATERIAIS. Lei Complementar N.º 09, de 26 de novembro de 1996, no Capítulo XXI	11
CAVALHADAS	11
DANÇA DOS VELHOS	12
CONGADA	13
FOLIA DE REIS	13
CATIRA	14
FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	15
RECOMENDA DAS ALMAS	16
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizada na R. Frei Germano s/nº, Bairro da Estação	17
COLÉGIO CHAMPAGNAT – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizado na Av. Champagnat nº 1808, Centro	18
MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL “JOSÉ CHIACHIRI” – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizado na Rua Campos Salles, nº 1699, Centro	22
COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizado na R. Major Claudiano, nº 1488, Centro	23
JARDIM ZOOBOTÂNICO. Tombado pelo Decreto nº 7.509 de 20 de março de 1998	24
CADEIA PÚBLICA – Decreto nº 7.686 de 15 de setembro de 1999. Localizada na Rua Major Claudiano, nº 2292, Centro	26
RELÓGIO DO SOL – Resolução Estadual de 08 de março de 1972.	

Decreto Municipal nº 7.688 de 15 de setembro de 1999. Localizado na Praça Nossa Senhora da Conceição	27
DOIS BEBEDOUROS DE ANIMAIS – Decreto nº 8.015 de 16 de abril de 2002. Localizados na Av. Major Nicácio, aos fundos da Escola Estadual “Torquato Caleiro”, entre as ruas Campos Salles e Major Claudiano, Centro, e outro na Praça Ana Nicácio, Bairro da Estação	29
REMANESCENTE DA CAPELA DE SANTA CRUZ – Decreto nº 8.015 de 16 de abril de 2002. Localizada na Rua Érico Veríssimo, nº 905, Bairro Miramontes	30
DUAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS DA CIA. MOGIANA – Decreto nº 8.015 de 16 de abril de 2002. Prolongamento da Av. Integração, s/nº, Bairro Miramontes	31
POÇO DE ABASTECIMENTO DA FERROVIA. Tombado pelo Decreto nº 8015 de 16 de abril de 2002. Local Miramontes	31
TOMBAMENTO EM ÂMBITO ESTADUAL: ESCOLA CORONEL FRANCISCO MARTINS Resolução Condephaat n. 60, de 21 de julho de 2010	32
GINÁSIO DO CLUBE DOS BAGRES – Decreto nº 8.161 de 10 de março de 2003. Localizado na Rua General Carneiro, nº 873, Centro	34
FRONTÃO DO ESTÁDIO CORONEL NHÔ CHICO – Decreto nº 8.182 de 12/05/2003. Localizado na Rua Simão Caleiro, 1408, Centro	35
DOIS POSTES METÁLICOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA , Rua Atílio Zuanazzi, frente aos nºs 814 e 834, Bairro Cidade Nova – fundos da Igreja Santo Antônio. Decreto nº 8.333 de 06/05/2004	36
ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL “CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO” – Decreto nº 8.563 de 25/10/2005. Localizado na Av. Champagnat, 1808, Centro	37
IMÓVEL LOCALIZADO NA ESQUINA DAS RUAS MAJOR CLAUDIANO E VOLUNTÁRIOS DA FRANCA , nº 1557, Centro – Decreto nº 8.726 de 22/08/2006.....	38
FRONTÃO DO ESTÁDIO PALMEIRAS FUTEBOL CLUBE – Decreto nº 8.729 de 28 de agosto de 2006. Localizado na Rua Santos Pereira, nº 484, Bairro Cidade Nova	39
CASA DO PINTOR BONAVENTURA CARIOLATO – Rua Thomaz Gonzaga esquina com Campos Salles – Decreto n. 8.783 de 18 de dezembro de 2006	40
CORETO – Praça Sabino Loureiro Bairro da Estação. Decreto 9.133 de 26 de agosto de 2008	41
IMÓVEL LOCALIZADO NA ESQUINA DAS RUAS MONSENHOR ROSA E VOLUNTÁRIOS DA FRANCA. Decreto n. 9.198 de 29 de dezembro de 2008	42

FESTA RELIGIOSA DE “CORPUS CHRISTI”. Lei nº. 7.464 de 26 de outubro de 2010.....	44
TÚMULO DO DR. ALBERTO AZEVEDO. Cemitério da Saudade. Decreto nº. 9.538 de 25 de novembro de 2010	46
TÚMULO DA FAMÍLIA VIRGÍNIO PEREIRA (jazigo-capela). Cemitério da Saudade. Decreto nº. 9.538 de 25 de novembro de 2010	47
TÚMULO DO CEL. JACINTHO DA SILVA (jazigo Capela Família Jacintho Silva). Cemitério da Saudade. Decreto nº. 9.538 de 25 de novembro de 2010	48
TÚMULO DE SABINO LOUREIRO. Cemitério da Saudade. Decreto nº. 9.538, de 25 de novembro de 2010	49
TÚMULO DE MARIA CONCEIÇÃO LEITE DE BARROS. Cemitério da Saudade. Decreto nº. 9.538, de 25 de novembro de 2010	49
TÚMULO DA FAMÍLIA CAETANO PETRÁGLIA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010	50
TÚMULO DO PADRE ALONSO FERREIRA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010	52
TÚMULO DE JOSÉ GARCIA DUARTE, BARÃO DA FRANCA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010	53
TÚMULO DE FERNANDO ROSA PUCCI. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010	54
TÚMULO DE JOÃO A. DE ARAÚJO PINHEIRO E DE MARIA AMÉLIA ARAÚJO PINHEIRO (BARONESA). Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010 ..	55
TÚMULO DE FRANCISCA LUIZA DE MACEDO. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010	57
TÚMULO DOS BATALHADORES. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010	58
PORTAL DO CEMITÉRIO DA SAUDADE. Situado à Rua Simão Caleiro, nº 1450, Centro, Franca, São Paulo. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010	59
CAPELA DO CEMITÉRIO DA SAUDADE. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010. Situada no Interior do Cemitério da Saudade de Franca, na região central do mesmo...	60
TÚMULO DA FAMÍLIA ORLIK LUZ. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.586, de 03 de março de 2011	62
FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONOU A ANTIGA FÁBRICA DE CALÇADOS JAGUAR	

E O ANTIGO INSTITUTO BIOTERÁPICO. Decreto nº 9.632 de 20 de junho de 2011. Localizado na Rua Major Claudiano, nº1856, Centro	63
TÚMULO DO DR. JÚLIO CARDOSO. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011	67
TÚMULO DE YGINO RODRIGUES, o poeta. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011	68
TÚMULO DO CORONEL FRANCISCO MARTINS FERREIRA DA COSTA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011	69
TÚMULO DE MARIA RITA VASSIMON, a mãe da Baronesa da Franca. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011.....	70
EVENTO RELIGIOSO HALLEL. Lei nº 7.584, de 22 de setembro de 2011	71
TÚMULO DE MANOEL ANTÔNIO DA COSTA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.692, de 10 de outubro de 2011	72
TÚMULO DE GABRIEL. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.729, de 12 de janeiro de 2012	73
ESCOLA ESTADUAL BARÃO DA FRANCA. Decreto nº 9.743, de 06 de fevereiro de 2012. Localizado na Rua Francisco Marcolino, nº 875, Bairro Estação	74
ANTIGO POSTO DE PUERICULTURA. Decreto nº 9.921, de 04 de fevereiro de 2013. Localizado na Rua Ouvidor Freire, nº 1422	77
ESCOLA ESTADUAL CAETANO PETRÁGLIA. Localizada na Rua Santos Pereira nº 654. Decreto nº 9.942, de 1º de Abril de 2013	78
TOMBAMENTO DE 15 CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES “FERNANDO COSTA” Decreto nº 9.961, de 09 de maio de 2013	80
TÚMULO DO MAJOR ANTÔNIO NICÁCIO DA SILVA SOBRINHO. Decreto 9.974 de 03 de junho de 2013	88
TÚMULO DO CORONEL CHRYSÓGONO DE CASTRO. Decreto 9.974 de 03 de junho de 2013	89
EVENTO RELIGIOSO CULTURAL E TURÍSTICO DENOMINADO COMADEF - Confraternização da Mocidade da Igreja Assembleia de Deus, vinculado à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Franca. (Tombamento imaterial) Lei nº 7.895 de 15 de julho de 2013	90
EVENTO RELIGIOSO, CULTURAL E TURÍSTICO, FESTA DA NOSSA SENHORA ACHIROPITA (tombamento imaterial). Lei nº 7.912 de 14 de agosto de 2013	91

SEDE BENEFICENTE DA SOCIEDADE IRMÃOS ITALIANOS DE FRANCA. Rua Voluntários da Franca e suas construções. Decreto nº 10.034 de 27 de agosto de 2013	92
“PASSEIO FRANCA/ RESTINGA” Lei nº 7.921, de 04 de setembro de 2013	95
PRATO “FILÉ JK” (tombamento imaterial) Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Franca/ SP. Lei nº 7.960 de 25 de novembro de 2013	96
TÚMULO DO MAJOR ISAÍAS PIRES DE LIMA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 10.124, de 31 de março de 2014	97
IMÓVEL SITUADO À RUA DR. JÚLIO CARDOSO Nº 2171, Centro. Decreto nº 10.125, de 31 de março de 2014	98
ANTIGO ARMAZÉM DA ESTAÇÃO. Avenida Bernardino Pucci, nº 2099 a 2115, Bairro da Estação. Decreto nº 10.229, de 25 de setembro de 2014	100
GRANDE PAINEIRA. Localizada às margens da Rodovia Cândido Portinari (SP 334), entre os quilômetros 406 e 407. Tombada pela Lei nº 8.238, de 03 de março de 2015 ..	101
EXPRESSÃO CULTURAL “ILÉ ALAKETÚ ASÉ OGIYAN OFURÚRU”. Sede localizada à Rua Sueli Reis Caran, 1160 – Jardim Portinari. Tombada pelo Decreto nº 10.795, de 27 de julho de 2018	102
ACADEMIA FRANCA DE LETRAS. Sede localizada na Casa da Cultura e do Artista Francano. Tombada pelo Decreto nº 11.037 de 24 de abril de 2020	103
ACERVO DO MUSEU DO CALÇADO DE FRANCA. Localizado nas dependências do “Luiza Labs”, pertencente ao Grupo Magazine Luiza, na Avenida Dr. Ismael Alonso Y Alonso, 3.250, Bairro São José Tombado pela Lei Municipal nº 9.261 de 28 de Setembro de 2022.....	104
IMÓVEL PERTENCENTE À FAMÍLIA BALDIJÃO SEIXAS. Localizado à Rua Dr. Júlio Cardoso, nº 2.136 (antigo nº 1.100). Tombado pelo Decreto Municipal nº 11.631 de 10 de Maio de 2023.....	105
TOMBAMENTO IMATERIAL DO BASQUETEBOL FRANCANO. Tombado pela Lei Municipal nº 9.396, de 04 de Julho de 2023.....	106
IMÓVEL SITUADO À RUA CAMPOS SALLES, 2073, QUE PERTENCEU AO MÉDICO DR. ANTÔNIO PEIXE. Tombado pelo Decreto Municipal nº 11.865, de 15 de Julho de 2024.	108
IMÓVEL SITUADO À AVENIDA RIO BRANCO, 520, ESTAÇÃO – ‘PRÉDIO DA MSM’. Tombado pelo Decreto Municipal nº 12.009 de 27 de maio de 2025.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS - LEGISLAÇÃO DO CONDEPHAT	114

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo, reunir em um só volume o histórico de todos os bens tombados no município de Franca ao longo de mais de duas décadas, favorecendo a consulta por parte de estudantes, pesquisadores ou cidadãos que se interessem pela história local.

Para isso, consultamos os processos originais a partir dos quais, coletamos as informações presentes no histórico das justificativas de pedido de tombamento coletadas nas diferentes gestões do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico de Franca (CONDEPHAT) além de aprofundarmos os estudos referentes aos bens que careciam de informações complementares sobre suas origens.

Dotado de formato e linguagem didática, procuramos também chamar a atenção dos cidadãos francanos para a importância da preservação da Memória e da História da cidade. Memória e História que estão presentes na arquitetura, nas expressões culturais nos documentos públicos e privados, ou mesmo na própria natureza.

Assim, é importante sabermos que quando preservamos um patrimônio histórico da cidade, estamos preservando também, nossa própria memória, garantindo que este legado cultural permaneça conservado para as próximas gerações.

Devemos ter em mente que para termos uma sociedade sustentável no futuro, é necessário conhecermos o passado por meio do qual essa sociedade foi construída.

Desta forma, quando o CONDEPHAT está discutindo o tombamento de um prédio público, de um templo religioso, de um casarão particular da cidade, ou até mesmo um tombamento imaterial, é importante sabermos que não se está propondo a demolição destes edifícios, menos ainda está se propondo que estes sejam confiscados pela Prefeitura ou para que a municipalidade passe a intervir nessas instituições ou nas propriedades das pessoas.

O tombamento nada mais é do que a preservação da memória e da história da cidade, presente nos diversos espaços e construções que guardam o que de mais importante ela possui, para que se preservem as características originais dessa construção e para que não ocorra a destruição da cultura do nosso povo.

Cuidar do Patrimônio Histórico Municipal, é bom que se diga, não é só cuidar de prédios antigos. Nesta importante tarefa há também o trabalho desenvolvido nos museus, onde muito da História de Franca está presente, sem esquecer o Arquivo Histórico Municipal onde se guarda uma parte importante da memória da cidade, presente em documentos cartoriais, da imprensa, da administração pública, das pessoas e de outras instituições que muito contribuíram para o desenvolvimento de nossa cidade.

Equipe organizadora

TOMBAMENTOS

O tombamento é a última fase de um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da legislação específica, bens culturais de valor histórico, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados.

Podem ser tombados bens móveis e imóveis, acervos arquivísticos, livros, mobiliários, patrimônios imateriais, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, avenidas praças e bairros, ou seja, a quaisquer artefatos produzidos pela sociedade ou mesmo árvores vegetação e paisagem natural. Em Franca os tombamentos iniciaram-se na década de 90 com foco no meio ambiente. É válido ressaltar que existem “tombamentos provisórios” sendo analisados para finalização.

PATRIMÔNIOS IMATERIAIS¹

Conforme é definido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), “os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).”

De acordo com o referido órgão, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, foi responsável por ampliar a noção de patrimônio cultural “ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.”

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”

Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

¹ A definição de patrimônio Imaterial aqui apresentada foi extraída na íntegra do Portal IPHAN: PATRIMÔNIO Imaterial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 15 out. 2021.

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo IPHAN a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Em 2010 foi instituído pelo Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA BRUTA DO SISTEMA SÃO JOÃO. Lei Complementar nº 09, de 26 de novembro de 1996.



Barragem do Rio Salgado



Elevatória do Salgado

Em agosto de 1936, após vencer as eleições, Antônio Barbosa Filho assumiu a administração municipal trazendo o grande desafio de ampliar o fornecimento de água e esgoto aos bairros carentes desse serviço, além de garantir a melhor qualidade do produto, agora muito questionado pela população e pela imprensa local.²

Tendo sido aprovado o empréstimo, a prefeitura oficializou um contrato com a Companhia Geral de Obras e Construção S/A – GEOBRA, que se comprometia a construir as obras de ampliação da captação de água e instalação de redes de esgoto, que tanto se faziam necessárias para a melhoria da saúde e higiene da população francana.

A primeira medida a ser adotada pelo novo sistema implantado se refere à captação de água do leito do Ribeirão Salgado, e dois ribeirões afluentes, no caso o Meio e o Natal, na região noroeste do município, cuja vazão atingiu 84 litros por minuto.

A Estação de Tratamento de água se situava no Alto de Covas, próximo ao atual Bairro Miramontes, construída de concreto armado, onde se realizava o tratamento antes de ser direcionada ao consumo da população:

Tendo sido iniciadas em 21 de março de 1937 e concluídas em outubro de 1939, as obras ali implantadas trouxeram importantes modificações e melhorias no sistema que vigorava até então.

“A Estação de Tratamento de Água de Franca que é uma das mais modernas do Estado, está situada numa colina, a 1037 metros de altitude, distando do centro da cidade 3 quilômetros. A usina elevatória, construída no local da captação, “Fazenda São João”, de propriedade de Tonico Alves, é composta de 2 conjuntos de bombas conjugadas de 200 cavalos cada uma, com rendimento de 86 litros por segundo.

A água é recalçada por um dos conjuntos, para a Estação de Tratamento, numa distância de 3680 metros, tendo uma altura manométrica de 135 metros. Chegando à Estação, a água recebe o sulfato de alumino e água de cal, e depois de uma decantação de 4 horas é lançada em 3 filtros ultra-rápidos, de capacidade para 8.400.000 litros em 24 horas, e depois de filtrada recebe o cloro que atua como

² Baseado no Trabalho de Conclusão de Curso de: BAZON, Ana Cláudia. **Saúde pública : a trajetória dos serviços de saneamento básico no município de Franca.** (Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação em História). Franca: UNESP, 2007, P. 41-42.

germicida, tornando-se excelente para ingestão, usos industriais e domésticos. Esse processo de tratamento da água já é antigo e muito usado nas grandes cidades dos Estados Unidos e da Europa.”³

Ainda no que se refere à captação e tratamento de água realizado pela GEOBRA, a mesma reaproveitou toda tubulação antes usada nos reservatórios Taveira e Urias, como também construiu casas para residência de químicos e maquinistas, bem como seus auxiliares.⁴

FOSSAS SÉPTICAS IMNHOF DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS

Lei Complementar nº 09, de 26 de novembro de 1996, localizada na esquina da Av. Dr. Ismael Alonso Y Alonso com Rua Couto Magalhães, Jardim Consolação.



Tratamento de esgotos. Fundação. Tanques Imhoff.



Tratamento de esgotos. Desoneradores, Tanques imhoff e Câmara Seccagem.

Em 1936, Assim que assumiu a condição de prefeito, Antônio Barbosa Filho, em conjunto com seus assessores, organizou um plano de abastecimento de água e tratamento de esgotos para a cidade, o qual seria necessário a realização de um empréstimo junto ao governo do Estado.

Em 24 de fevereiro de 1937, o prefeito recebeu a autorização do empréstimo no valor de 4.508:873\$300, para que o município pudesse ampliar seus serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos.

Tendo sido aprovado o empréstimo, a prefeitura oficializou um contrato com a Companhia Geral de Obras e Construção S/A – GEOBRA, que se comprometia a construir as obras de ampliação da captação de água e instalação de redes de esgoto, que tanto se faziam necessárias para a melhoria da saúde e higiene da população francana.

³ NASCIMENTO, Hygino A; MOREIRA, Eufrauzino. **Almanaque Histórico de Franca**. Franca: Tipografia Renascença, 1943, P.105.

⁴ BAZON, Ana Cláudia. **Saúde pública : a trajetória dos serviços de saneamento básico no município de Franca**. (Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação em História). Franca: UNESP, 2007, P.46.

O contrato assinado entre a prefeitura e a GEOBRA em 27 de fevereiro de 1937 pode ser avaliado como o mais importante serviço de abastecimento de água e esgoto implantado até então, em Franca.

Iniciadas em 21 de março de 1937 e concluídas em outubro de 1939, as obras implantadas trouxeram importantes melhorias e modificações no sistema que vigorava até então.

O serviço de tratamento de esgoto em Franca no período de 1937 e 1957 era feito pelo processo de decantação simples, iniciado com um “poço de visita” montante da caixa de areia no qual chega o material fecal para ser processado. Em seguida, duas caixas de areia com duas células ou câmaras (uma em serviço, outra em limpeza) distribuem o material para as duas unidades “decanto-digestoras” do tipo “imhoff”, ou seja, as duas unidades de tanque em forma de “oito” onde era feito o tratamento do material, separando o lodo do líquido, formando gases que eram eliminados por cima.

O lodo ia para o leito de secagem e o líquido para o córrego receptor. O último processo do tratamento consistia em levar o lodo para os seis “Leitos de Secagem” e depois seria utilizado na agricultura como adubo.⁵

Em linhas gerais, esse era o processo de tratamento de esgoto de Franca, um dos mais modernos da época e que deu origem ao atual sistema que vigora em nossa cidade.

PATRIMÔNIOS CULTURAIS IMATERIAIS. A Lei Complementar N.º 09, de 26 de novembro de 1996, no Capítulo XXI, considera como Patrimônios Culturais Imateriais dos Francanos as seguintes manifestações culturais e folclóricas:

CAVALHADAS



Tradição registrada em Franca desde 1831⁶, o evento “Cavallhadas da Franca”, que faz parte do calendário oficial de eventos da cidade, é realizado no primeiro final de semana

⁵ Informações extraídas de: BAZON, Ana Cláudia. **Saúde pública : a trajetória dos serviços de saneamento básico no município de Franca.** (Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação em História). Franca: UNESP, 2007, P.41-52

⁶ Texto e imagem extraídos em CAVALHADAS da Franca. Disponível em: <
<https://cavallhadasdafranca.46graus.com/historia/>>. Acesso em: 15 Out. 2021.

do mês de agosto, no Parque Fernando Costa. A cavalhada é um folguedo campeiro, de origem europeia e que trazida para o Brasil, sofreu várias reinterpretações.

A história gira em torno da luta entre Mouros e Cristãos, aparecendo vários personagens do império visigótico carolíngio como Carlos Magno, Rolando, Oliveiros, Ferrabrás e Sultão de Constantinopla. Floripes, a princesa moura tem sua origem num "auto" (teatro) português.

Os dois partidos - cristãos e mouros - travam simuladas guerrilhas e escaramuças, acompanhadas de provas de equitação, eco de batalhas medievais. Na batalha, os cavaleiros de Carlos Magno (cristãos) raptam a princesa Moura, Floripes. As lutas se sucedem pela sua libertação e terminam com a derrota dos Mouros, mas o desfecho da história se dá de uma maneira feliz, uma vez que a princesa Floripes se converte ao cristianismo e acaba se casando com o príncipe cristão. Esse enredo é encenado com riqueza de detalhes, a partir das vestimentas especialmente preparadas.⁷

DANÇA DOS VELHOS



Dança de pares soltos, executada por homens e mulheres vestidos como velhos: trajes antigos, bengala, barba e bigodes de algodão e perucas. A sequência musical é composta de três partes: marcha, "allegro", fadinho.

A coreografia, diversificada em cada uma das partes, fundamenta-se em fileiras opostas que se movimentam para adiante e para trás, transformando-se depois em meia-lua, chegando ao círculo completo e ao "garranché". O acompanhamento musical é feito por um conjunto composto de pistão, saxofone, violão e pandeiro, além das batidas rítmicas dos pés e das bengalas no chão, nos tempos fortes dos compassos⁸.

Em Franca a dança dos velhos era apresentada nos intervalos das Cavalhadas.

⁷ CAVALHADAS da Franca. Disponível em: < <https://cavalhadasdafranca.46graus.com/historia/>>. Acesso em: 15 Out. 2021.

⁸ Texto e imagem extraídos do blog Danças Folclóricas. Disponível em: <<https://dancasfolcloricas.blogspot.com/2011/05/danca-de-velhos.html>>. Acesso em: 18 out. 2021.

CONGADA



Congadas em Franca. Disponível em: <<https://www.jornaldafranca.com.br/grupos-folcloricos-de-franca-realizam-encontro-neste-sabado-1-de-fevereiro/>>. Acesso em 19 out. 2021.

Congado ou Congada é uma forma de celebração da devoção a Nossa Senhora do Rosário e/ou São Benedito, Santa Efigênia e outros santos da devoção católica. Como em outras experiências religiosas no Brasil, o Congado também guarda relações com as formas expressas na religiosidade africana. Muitos congadeiros preferem dizer Reinado de Nossa Senhora do Rosário.⁹

Realizadas de maneiras diversas e mescladas a outras festas, elas basicamente são compostas de desfiles teatrais, ao som de vários ritmos: embaixadas, desafios, repentes e maracatus. Têm como padroeiras Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Ifigênia. Por isso, geralmente se apresentam nas festas desses santos ou ainda no mês de maio.

Em Minas Gerais, realizam-se no mês de outubro, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Seus participantes vestem-se de branco, com um saiote de fitas coloridas e o rosário de lágrimas a tiracolo, e dançam ao ritmo das caixas e dos chocalhos.¹⁰

FOLIA DE REIS



Imagem de apresentação de Folia de Reis em Franca. Disponível em:
< <https://gcn.net.br/noticias/249624/artes/2014/05/encontro-de-folias-de-reis-leva-mil-pessoas-ao-internacional>>. Acesso em: 19 out. 2021.

⁹ Texto extraído do Portal do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg/galeria/detalhes/333/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

¹⁰ Publicado em UOL Educação. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cultura-brasileira/congada-festa-folclorica-une-tradicoes-africanas-e-ibericas.htm>>. Acesso em: 18 out. 2021.

Folia de Reis, Companhia de Reis, Reisado ou Festa de Santos Reis é uma manifestação católica, cultural e festiva, classificada, sobretudo no Brasil, como manifestação folclórica e se caracteriza por celebrar a Adoração dos Magos ao nascimento de Jesus Cristo. A festa fala dos festejos entre o natal e o Dia de Reis – 06 de janeiro – e diz respeito tanto ao "cortejo de pedintes, cantando versos religiosos ou humorísticos, como os autos sacros, com motivos sagrados da história de Cristo.

Denominam-se ranchos, ternos, grupos que festejam o Natal e Reis com a presença de vários instrumentos (desde acordeons, violões, violas, cavaquinhos, reco-reco, caixas, pandeiros, etc.).¹¹

CATIRA



Dança da Catira. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/dancas-folcloricas/>>. Acesso em 19 out. 2021.

Catira é um ritmo musical e estilo de dança com maior recorrência na Região Sudeste e Região Centro-Oeste do Brasil, caracterizada pela batida das mãos e dos pés. É um dos estilos mais famosos do folclore brasileiro, com origens de culturas como portuguesa, africana, indígena e espanhola. A dança catira é um ritmo de origem híbrida.

Alguns estudiosos defendem que a origem dos passos tem ligação com a época dos peões dos Bandeirantes, já que segue um padrão de batidas de mãos e pés parecidos.

Alguns historiadores defendem também que a prática da dança catira já era executada entre os índios, na época do Brasil Colônia. Padre José de Anchieta teria sido o principal divulgador do estilo aqui, quando incluiu o ritmo nos ritos de celebração das festas de São Gonçalo, de Nossa Senhora da Conceição e de São João.¹²

¹¹ Texto extraído de: <<https://minasgerais.com.br/pt/eventos/pouso-alegre/folia-de-reis-17>>. Acesso em: 19 out. 2021.

¹² Texto extraído da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/ensino_fundamental/catira-danca-como-forma-de-expressao-artistica/>. Acesso em 19 out. 2021.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO



Festa do Divino Espírito Santo em Planaltina, GO. Imagem disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2018/05/19/fofia-do-divino-espirito-santo-reune-15-mil-pessoas-neste-sabado-19/>. Acesso em 20 out. 2021.

A Festa do Divino Espírito Santo é uma das mais antigas e difundidas tradições do catolicismo popular brasileiro. A origem dos festejos está ligada a data do Pentecostes, celebrado cinquenta dias depois da Páscoa.

Para o calendário dos hebreus, a data marcava o fim das colheitas do trigo e o momento de festejar e agradecer pelas boas safras. Segundo a crença católica, no Novo Testamento, essa mesma data marca o dia em que o Espírito Santo teria se manifestado nos apóstolos, que passaram a pregar a palavra divina em diversos idiomas diferentes.

Em Portugal, o estabelecimento da Festa do Divino ocorreu ao longo do século XIV, quando a celebração foi instituída, sob a influência de costumes pagãos, pela Rainha D. Isabel (1271-1336), canonizada em 1625 como Santa Isabel de Portugal.

Conta-se que a então rainha portuguesa determinou que, durante a festa, fosse coroado rei um menino, alimentos fossem distribuídos entre os mais humildes e que alguns presos fossem soltos.

Tudo isso ocorreria porque o Divino iria imperar e cair sobre todos e a terra então viveria em fartura e perdão. A festa simboliza, desta forma, o começo de uma nova era marcada pela prosperidade, bondade, igualdade, fraternidade e outros valores cristãos.

A tradição da Festa foi trazida ao Brasil pelos portugueses e aqui adquiriu características específicas e locais, sendo geralmente comemorada entre maio e junho, não necessariamente atrelada à data do Pentecostes.

O rico simbolismo da Festa do Divino é expresso através de objetos de liturgia, vestimentas, ornamentos e adereços como os que aqui podem ser observados. O pombo, representado quase sempre no topo de um mastro e às vezes envolto em uma coroa onde são amarradas as fitas com as promessas dos devotos, simboliza o Espírito Santo encarnado, elemento central da Festa.

A coroa e o cetro são objetos que simbolizam o poder do Imperador, indivíduo responsável, ao lado de sua corte, por zelar pela festa e mobilizar as pessoas. A cada ano um novo imperador e uma nova corte são coroados, sendo escolhidos entre pessoas da comunidade envolvidas com os festejos.

A corte anda sempre acompanhada da bandeira do Divino, que traz a cor vermelha e o pombo ao centro. O vermelho da bandeira remete ao fogo, forma pela qual o Espírito Santo se manifestou aos apóstolos.¹³

RECOMENDA DAS ALMAS



Recomenda das almas em São João Del Rei, MG. Disponível em:

<<http://folclorevvertentes.blogspot.com/2012/09/encomendacao-das-almas.html>>. Acesso em 20 out. 2021.

A recomenda de almas consiste em um grupo de pessoas que durante o período da quaresma reúne-se e sai altas horas da noite, cantando e rezando pelas almas que padecem no inferno, purgatório ou vagam no espaço.

Os que não falecem de morte natural, tendem a atormentar os vivos, portanto, é necessário que se façam orações e penitências para que as almas possam finalmente, descansar em paz. A tradição chegou com os colonizadores portugueses, procedendo de práticas religiosas medievais.

Segundo monografia de Rossini Tavares de Lima, a mais antiga referência sobre o assunto aparece na cidade de Coimbra, citada por Teófilo Braga e datada de 1515. Em 1579, Afonso Fernandes Barbus, natural de Penafiel, costumava recomendar almas: "... de ilustre prosápia e ferreiro por ofício e que foi o autor de se recomendarem as almas à noite com a campainha; ação piedosa, que em algumas partes se usa dando umas tantas badaladas no sino".

No Brasil, Saint-Hilaire, quando de sua viagem ao Brasil, passando pela Província de Minas Gerais, assistiu e menciona o fato de ouvir passar pelas ruas procissões a que chamavam de "procissões das almas". Estando na Vila do Príncipe, durante a quaresma, três vezes por semana eram feitas as citadas devoções com o objetivo de salvar do purgatório as almas necessitadas: "São ordinariamente precedidas por uma matraca, nenhum sacerdote as acompanha e são unicamente constituídas pelos habitantes do lugar possuidores de voz agradável. Vi procissões tais como acabamos de descrever também em Itabira." ¹⁴

¹³ Texto extraído do site Museu Afro Brasil. Disponível em:

<<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/manifestacoes-culturais/festa-do-divino-espirito-santo>>. Acesso em 20 out. 2021.

¹⁴ Texto extraído no site da Revista Brasil-Europa. Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/Internet-Corres3/CM85-03-p.htm>>. Acesso em 20 out. 2021.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizada na R. Frei Germano s/nº, Bairro da Estação.



Linha do Rio Grande - km 416,461 (1938) SP-0841.

Inauguração: Abril de 1887.

Uso atual: Sucursal da Biblioteca central e terminal rodoviário da Viação Cometa.

Data de construção do prédio atual: 1939.

HISTÓRICO¹⁵:

A Linha do Rio Grande foi inaugurada em seu primeiro trecho em 1886, e em dois anos (1888), já chegava a Rifaina, onde cruzava o rio Grande e mudava o nome para Linha do Catalão, que por sua vez chegou a Uberaba já no ano seguinte. Em 1970, as duas linhas foram seccionadas, com a construção da barragem de Jaguará. O trecho a partir de Pedregulho foi extinto, e logo depois, o trecho a partir de Franca também o foi. Em 15/02/1977, os trens de passageiros deixaram de circular, e em 1980, passou o último trem de carga. Em 1988, seus trilhos foram arrancados. Em 1990, foram recolocados os trilhos no trecho entre Pedregulho e Rifaina, constituindo-se a E.F. Vale do Bom Jesus, com fins turísticos.

A Estação de Franca foi inaugurada em abril de 1887, sendo esta, na época, um dos objetivos mais importantes a serem atingidos pela ferrovia. Depois da chegada da linha a Casa Branca, em 1878, é que a Mogiana passou a avaliar a alternativa de seguir em linha reta para o norte, chegando a essa cidade, mas, graças à expansão muito rápida da nova região de Ribeirão Preto, a companhia decidiu-se por mover a linha para oeste, e somente depois de cruzar o rio Pardo, aí sim, voltar para nordeste para atingir a velha Franca do Imperador.

Em Franca cita-se o dia 05 e não o dia 11 de abril como a inauguração da estação. Pode ter sido uma antecipação dos serviços, que teriam, então, começado 06 dias mais tarde. Em 05 de abril, uma locomotiva a vapor com um carro de passageiros e alguns vagões de lastro inaugurou o prédio e a linha. À sua volta, duas casas apenas, num enorme deserto: a de Antonio Nicácio e a de Simão Caleiro.

Inspirado no estilo “*Art Deco*”, o prédio principal foi projetado por Ernesto Chagas, cuja construção se deu entre 1937 e 1939.

¹⁵ Histórico baseado em subsídios Históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro e no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 9.138/1997.

O bairro da Estação foi-se desenvolvendo a partir daí: a estação era sempre um centro de recepção de personalidades. Com o tempo, entretanto, a linha do Rio Grande foi perdendo a sua importância, reduzindo muito seu movimento. Ainda assim, em 01 de junho de 1969, as oficinas da estação receberam boa parte do que estava sediado na estação de Ribeirão Preto-velha, recém-desativada.

Em 01 de agosto de 1970, porém, pouco mais de um ano depois, o destacamento de tração de Franca foi definitivamente suprimido, com seu pessoal sendo deslocado para outras unidades da ferrovia (*RM-1970). Foi este o golpe de morte. Nesse mesmo ano, a linha do rio Grande tornou-se o ramal de Franca, seguindo somente até Pedregulho, e, poucos anos depois, chegando mesmo somente até Franca.

Em 15 de fevereiro de 1977, o último trem de passageiros, aliás, um trem misto, com um carro apenas e cinco vagões cargueiros, partiu de Franca, conduzido pelo maquinista Augusto Ferreira Mendes, ao meio-dia de uma terça-feira, com o chefe do trem, Olívio Marques avisando aos passageiros da notícia. Já os trens de carga sobreviveram somente até 1980.

A estação fechou oficialmente em 1983, quando seu último chefe, José Antônio Bosco, entregou suas chaves.

COLÉGIO CHAMPAGNAT – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizado na Av. Champagnat nº 1808, Centro.



Bairro dos Coqueiros, década de 1930.



A Vila Franca do Imperador, instalada em 28 de novembro de 1824 envolvia uma extensa região que ia do Rio Pardo ao Rio Grande. Sua principal atividade econômica era a criação do gado, vacum e a plantação de gêneros alimentícios. A sede da Vila localizava-se no Arraial da Franca, cujo nascimento datava de 1805 com o início da construção de uma "Casa de Orações".

Durante quase todo o século XIX o lugar não foi além de um "Arraial Sertanejo", tímido e acanhado em sua população e em seus equipamentos urbanos

Nos finais do século XIX o advento da lavoura cafeeira e da ferrovia irá mudar significativamente o panorama da região. É a partir desse momento que o núcleo Urbano, isto é, o antigo arraial da Franca irá desenvolver-se e consolidar-se. Suas ruas começam a

receber calçamento, suas praças e demais logradouros passam a ser tratadas com o devido esmero e cuidado.

A cidade cresce, a população urbana aumenta e produz em suas fábricas as cervejas, as gasosas, os chapéus, os fósforos, os macarrões, os couros curtidos e os calçados. Fundam-se a Santa Casa de Misericórdia, o Teatro, os Hotéis e Bilhares, os Jornais, os Colégios.

Antes de se iniciar o século XX Franca já possuía dois Estabelecimentos de Ensino de alto nível. Um era o Culto às Letras, dirigido por César Augusto Ribeiro e o outro, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, das irmãs de Chamberry.

Monsenhor Cândido da Silveira Rosa, à época vigário da Freguesia empenhou-se na vinda das "Freiras" a fim de que as meninas e as adolescentes da Franca pudessem ter uma formação educacional e religiosa comparável à européia. Sua preocupação estendeu-se aos meninos e rapazes e por isso, o Monsenhor foi buscar os irmãos Maristas para exercerem o Magistério na Franca do Imperador.

OS MARISTAS EM FRANCA

Em 1817 Marcelino Champagnat funda na França uma Instituição com o objetivo de educar e dar a devida formação religiosa à juventude. Em menos de um século essa Instituição encontrava-se espalhada por várias partes do mundo.

Em 1902 os Irmãos Maristas chegam à Franca e instalam-se na chácara que Monsenhor Rosa possuía no Distrito da Estação.

Sobre o importante acontecimento assim se manifestou o Reverendo Cândido Rosa (Almanaque da Franca- 1902):

"Trata-se com empenho de fundar nesta cidade, uma casa de educação para meninos, com a denominação de Collégio Internato São Paulo. O lugar designado para este Estabelecimento é o que está próximo à estação da Mogyana, onde se acha uma chácara com casa térrea de nossa propriedade. (...) concedemos de bom grado esta nossa propriedade para o fim já declarado. Não podemos fazer a bem da Franca, que muito amamos, mais do havemos feito. Nada pedimos, nada queremos para nós."

O Colégio, portanto funcionou até 1912, na propriedade cedida pelo vigário. Neste ano ocorre uma epidemia de varíola na cidade e o prédio onde funcionava o estabelecimento Marista foi transformado em abrigo para os doentes.

Tal fato leva a direção do Colégio a procurar um novo local e a construir outro prédio para que os Maristas pudessem continuar sua missão educadora.

O NOVO EDIFÍCIO: CONSTRUÇÃO E REFORMAS

No antigo Bairro dos Coqueiros, na Rua Capitão Canuto (atual Av. Champagnat), os irmãos Maristas encontram uma área ideal para o reerguimento de sua escola a qual adquirem em 1912.

No mesmo, local já havia funcionado o Colégio Culto às Letras de César Augusto Ribeiro e Gaspar da Silva. Posteriormente nas mesmas antigas instalações o Prof. Francisco Cândido Alves havia mantido, sua Escola, o "Colégio do Professor Chiquinho".

Em 1915 os discípulos de Marcelino Champagnat, após comprarem outra gleba anexa à primeira, lançam a pedra fundamental de um novo prédio para sua Instituição que passaria a ser chamada de “Instituto Champagnat”.

No ano em que a Congregação Marista completava 100 anos de existência, isto é, em 1917, inaugurava-se o Colégio que permaneceria em Franca, por mais 53 anos.

Às antigas instalações da Escola do Prof. Chiquinho os Maristas acrescentaram uma ala para abrigar 50 internos, em dois andares à frente.

Ao longo do tempo o prédio do Instituto Champagnat foi recebendo novas reformas e ampliações vistas como indispensáveis para o seu desenvolvimento.

Em 1923, houve novo acréscimo em forma de “L” a partir da primitiva casa que servia de sede do Colégio Chiquinho. No térreo deste pavimento foi instalada a Capela.

Em 1948 foi construída a sede da Associação dos Antigos Alunos, localizada num terreno mais elevado à direita do corpo, principal do prédio. Completava a sede da Associação uma sala de reuniões e projeções e um amplo palco aberto para um grande galpão que, servia para salão de festas, e representações teatrais.

Em 1949, procedeu-se a única ampla reforma no edifício, cujo projeto e execução couberam ao engenheiro Dr. Paulo Rocha de Freitas e ao construtor Antonio Silva Lima, reforma esta que deu ao prédio as suas linhas e características atuais.

Em 1950, foi inaugurado o monumento a Marcelino Champagnat na frente da entrada principal. Data deste ano a construção de uma passarela ligando as instalações no sentido norte-sul. As reformas se prolongaram até meados de 1960.

A CAPELA E SEU ARTISTA

A Capela é o centro da religiosidade e da fé. Desde o início ela está presente no edifício.

Ao artista plástico Agostinho Ferrante foi entregue a tarefa da restauração da pintura interior da Capela.

Nascido em 15 de junho de 1908, filho dos imigrantes italianos, Lucindo Ferrante e Maria Facci Ferrante, casado com Leonor Reis Ferrante, Agostinho Ferrante foi funcionário servente de pedreiro e posteriormente, de pintor e decorador.

Agostinho Ferrante também foi o autor de pinturas não menos expressivas nas igrejas de Pratápolis, Belo Horizonte e São Tomaz de Aquino, em MG, Presidente Wenceslau, Itirapuã, Pedregulho, Burutizinho, no Estado de São Paulo, algumas Lojas Maçônicas, além de inúmeros quadros que se encontram em diversas instituições do país.

Em artigo publicado no jornal Comércio da Franca (01/01/1971) o articulista que escrevia sob o pseudônimo de centurião assim se referiu ao velho Colégio e a sua Capela:

“O repórter freqüentou os Maristas entre 1918/1920 e se lembra com esforço de memória, de alguns de seus contemporâneos e, entre eles”. “Quantas saudades dêsse tempo de juventude, quando a fé e a religiosidade dominavam a alma e o coração da gente, ouvindo com freqüência as prédicas do incansável frei Gil, na Capela acolhedora do Colégio, impregnada de misticismo e de santos odores.”¹⁶

¹⁶ O centurião. **Comércio da Franca**, Franca, 01 jan. 1971.

Agostinho Ferrante faleceu em 17 de novembro de 1994, em Campinas. Em 2011, seus restos mortais foram trazidos para Franca, uma vez que tinha como desejo, ser enterrado em sua terra natal.

ENCERRAMENTO DO PROJETO MARISTA E O TOMBAMENTO DO PRÉDIO

A ação educacional dos irmãos Maristas foi de fundamental importância para o desenvolvimento cultural da juventude francana e região.

Alunos de vários Estados da Federação vieram também para Franca a fim de aprenderem e se formarem no tradicional Estabelecimento de Ensino que deu ao Estado e a Nação várias pessoas de projeção pela sua cultura, pelo seu tino administrativo e pela sua formação moral.

Porém, em 1971 os irmãos Maristas resolvem encerrar as suas atividades em nossa cidade. A única Instituição capaz de adquirir o valiosíssimo patrimônio era o Governo do Estado. E assim foi feito, com a instalação no antigo prédio do Champagnat da Escola Estadual Mário D'Elia.

No ano de 1979 a Escola Mário D'Elia passa a funcionar em outro prédio recém construído pelo Governo do Estado. A Prefeitura de Franca reivindica para si o histórico edifício dos Maristas.

Ao encerrar suas atividades em Franca (1971), o Colégio Champagnat possuía um prédio com cerca de 2.500 metros quadrados de construção numa área de 41.000 metros quadrados. Dispunha de 13 salas de aula. Além de numerosas outras dependências, que atenderam, no passado, às suas necessidades em regimes de internato, semi-internato e externato. Completando o conjunto havia vários campos e quadras para a prática de esportes.

Pelo Decreto Nº 14.207, de 12 de novembro de 1979, a Fazenda do Estado autorizou a utilização do prédio, a título precário, em favor da municipalidade, para a Instalação de órgãos educacionais e culturais. Medida efetivada em 16 de setembro de 1981.

A Prefeitura Municipal de Franca assume o prédio e após as devidas e necessárias reformas, define-o como sede da Secretaria de Educação e Cultura, sendo que a construção anexa serviria para a Secretaria de Ação Social. A escritura definitiva de doação do prédio efetivou-se em 29 de março de 1983.

Considerando o inestimável valor histórico e arquitetônico do edifício o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico e Turístico de Franca (Condephat) decidiu sabiamente tombá-lo em 11 de agosto de 1997.¹⁷

¹⁷ Histórico baseado nos subsídios Históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” e Processo de Tombamento do CONDEPHAT nº 9.138/1997, P. 15 a 17.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL “JOSÉ CHIACHIRI” – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizado na Rua Campos Salles, nº 1699, Centro.



O EDIFÍCIO

O Edifício atual que abriga as dependências do Museu Histórico foi construído em 1896 cujo projeto foi elaborado pelo arquiteto francês Victor Dubugras.

Carregado de traços medievais, o edifício caracteriza-se pelo estilo eclético. O prédio abrigou inicialmente a Cadeia Pública no pavimento térreo e o Fórum no piso superior.

Contudo, a estrutura frágil para comportar suas funções originais, a qual exigia constantes reparos, levou à mudança de funcionalidade a partir de 1913, quando passou por reformas para abrigar a Prefeitura em seu térreo (Paço municipal Rui Barbosa) e a Câmara Municipal no segundo pavimento.

Em 1957 passou por novas ampliações, mantendo-se suas características estéticas. Em 1970, no dia 28 de novembro, após a saída definitiva da Câmara e Prefeitura para outro prédio, inaugura-se a sede definitiva do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

Em 1997, o prédio do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” foi tombado pelo Condephat Municipal por meio do Decreto 7.420, de 11 de agosto do mesmo ano.¹⁸

¹⁸ Referências históricas extraídas do processo de tombamento CONDEPHAT nº 9.138/1997. P. 18 a 20.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES – Decreto nº 7.420 de 11 de agosto de 1997, localizado na R. Major Claudiano, nº 1488, Centro.



Cravada nas paisagens verdejantes das três colinas, sentindo o sabor da chegada do progresso que se projetava para o futuro vindouro por meio da recente chegada da ferrovia um ano antes, a cidade de Franca chegava às portas do século XX ainda carente de um sistema educacional de maior qualidade que pudesse atender à população local e cidades vizinhas.

Foi com o intuito de preencher esta lacuna que o Monsenhor Cândido Rosa iniciou sua luta na tentativa de trazer para Franca, um grupo de irmãs da Congregação de São José. Sua intenção era, com a instalação desse ensino, semear nas mentes infantis “as sementes do amor e da fé”.

Em 31 de outubro de 1888, o sonho do Monsenhor começou a tornar-se realidade. Chegou à Franca as irmãs de São José, lideradas pela Madre Maria Teodora Voiron, fundando aquele que seria o primeiro estabelecimento educacional voltado para o apostolado e à educação feminina a se instalar na cidade.

No dia 1º de novembro de 1888 inaugurou-se o Colégio no antigo “sobrado do João Alexandre” prédio adquirido e reestruturado por beneméritos de Franca e cidades vizinhas.

Com a instalação do curso normal livre, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes tornou-se um dos estabelecimentos de ensino mais tradicionais da região.

Em 1967, quando as Irmãs de São José decidem deixar o local, no prédio, passa a funcionar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, criada em 1963, que vai manter sua estrutura até 1977, quando é instalada a UNESP, Universidade Estadual Paulista, criando-se uma nova estrutura administrativa.

A partir do ano de 2010, o prédio deixou de abrigar o campus da UNESP que ganhou nova sede, tornando-se um posto integrado de serviços estaduais.

Em pleno século XXI o prédio do antigo colégio Nossa Senhora de Lourdes ocupa um local privilegiado na região central da cidade, conservando uma arquitetura sóbria do século XIX, contrastando com a arquitetura moderna que surgiu à sua volta após longas décadas, demonstrando que o novo e o antigo podem conviver de forma harmoniosa, permitindo aos cidadãos comuns ou especialistas em arquitetura ou história, compararem essa evolução de estilos, mantendo viva a memória do município de Franca.¹⁹

¹⁹ Referências Históricas baseadas no Processo de tombamento do CONDEPHAT nº 9.138/1997, P. 22 a 40.

JARDIM ZOOBOTÂNICO. Tombado pelo Decreto nº 7.509 de 20 de março de 1998.



O antigo Horto Florestal de Franca (atual Jardim Zoobotânico de Franca) foi criado oficialmente pela Lei Municipal n.º 269 de 10 de dezembro de 1952²⁰ pelo Prefeito Dr. Ismael Alonso y Alonso (1952-1955) e situa-se na Fazenda Pouso Alto, propriedade da Prefeitura Municipal, compreendendo uma vasta área de terras e de mata nativa, remanescente da Mata Atlântica.

Foi criado com o objetivo de cultivar mudas de árvores frutíferas, principais variedades de café, mudas de floricultura ornamental e também distribuir sementes e mudas destinadas a agricultores, bem como essências florestais, hortaliças e legumes.

O Horto florestal teve sua construção e formação em janeiro de 1956²¹, através do Prefeito Onofre S. Gosuen, que trouxe de São Paulo uma grande quantidade de mudas de pau-brasil e aroeira do Viveiro Manequinho Lopes. No entanto, suas atividades no fornecimento de mudas, sementes e o atendimento geral ao município e região começaram de fato em 24 de abril de 1956.

Após nove anos de funcionamento, foi construída uma represa para abastecimento da irrigação das mudas e os trabalhos passaram a ser administrados pela engenheira agrônoma Olga Toledo de Almeida, na gestão do Prefeito Hélio Palermo (1964-1969).

A implantação de infraestrutura só ocorreu no ano de 1984, quando foi construída sua primeira edificação destinada ao uso de um apiário, sob a gestão do Prefeito Sidnei Rocha (1983-1987), onde hoje funciona o prédio administrativo. O mel era destinado a merendas escolares, creches, asilos e APAE e esteve em atividade até 1994.

Nesta mesma administração, foi implantada a Horta Municipal, para produção de verduras servidas nas merendas escolares e nas entidades assistenciais.

Em 1987 foi construída uma edificação para uso dos funcionários, compreendida de refeitório, vestiário e cozinha, ainda sob a gestão do Prefeito Sidnei Rocha.

Na administração do Prefeito Maurício Sandoval Ribeiro (1989-1992) realizou-se a construção dos depósitos de ferramentas e materiais no Horto Municipal, devido ao

POLIANTÉA Comemorativa ao 50º aniversário do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Franca, 1888-1938.

²⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Lei nº 269, de 10 de dezembro de 1952. Cria o Horto Florestal e dá outras providências. Disponível em: < <https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-269-de-10-de-dezembro-de-1952>>. Acesso em 21 out. 2021.

²¹ Consulta ao jornal Diário da Tarde, período de 1952 a 1956.

aumento da produção de mudas proporcional ao crescimento e desenvolvimento do Município.

Sob a gestão do Prefeito Ary Pedro Balieiro (1993-1996), foi implantado o sistema de irrigação com aspersores, ou seja, irrigação automática (que antes era feita manualmente). Também foram construídas duas estufas para germinação das sementes.

A partir da administração Gilmar Dominici (1997-2000), foi dado ênfase ao aumento na produção de mudas e o Horto passa a ser aberto ao público, visando proporcionar noções de educação ambiental aos alunos da rede pública e particular do Município.

Com a degradação ambiental crescente e a necessidade de preservação dos ecossistemas tornou-se imprescindível a criação de áreas protegidas com a finalidade de manter a fauna e flora nativas. Para se adequar aos novos objetivos pretendidos, o Horto Florestal foi transformado no Jardim Zoobotânico de Franca através de uma lei municipal, em 17 de julho de 1998, objetivando principalmente a formação de mudas e a conservação da área.

A Prefeitura Municipal de Franca pretendia assim, através da preservação da fauna e flora nativas, transformar a área preservada em um local disponível para pesquisas científicas, educação ambiental e espaço de lazer.

Juntamente com uma área conservada de vegetação nativa, aproximadamente 90 hectares, o Parque Zoobotânico de Franca é um local de abrigo para a fauna remanescente próximo à área urbana, totalizando uma área de 200 hectares reconhecida como Unidade de Conservação Municipal e evolui a cada dia, na persecução de seu objetivo de tornar-se referência de Estratégia de Gestão Ambiental, priorizando a educação ambiental e conservação da Natureza.²²

INVENTÁRIO FLORESTAL DO JARDIM ZOOBOTÂNICO DE FRANCA

A flora do Jardim Zoobotânico de Franca constitui-se de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, dispostas em grandes canteiros (quadras), isoladas ou em pequenos remanescentes de mata nativa.

As espécies identificadas são plaqueadas com recortes de calhas numerados e pregos galvanizados para evitar oxidação. Os indivíduos da mesma espécie recebem números iguais, estando nos remanescentes de mata, isolados ou nos canteiros, porém quando presentes em quadras diferentes são marcados com letras diferentes.

Já foram identificadas e plaqueadas cerca de 136 espécies pertencentes a 46 famílias. Caesalpinaceae e Bignoniaceae são as famílias representadas por um maior número de espécies: 15 e 10 respectivamente. Das 136 espécies identificadas, 102 são nativas e 34 foram introduzidas no território brasileiro pelo homem.

Com as espécies identificadas e plaqueadas, elas poderão ser selecionadas para prática de Educação Ambiental e formação de mudas para os municípios de Franca e região, de acordo com as características que apresentam, como produção de frutos para atração da fauna, propriedades medicinais para usos múltiplos e árvores símbolo do Brasil (devido à beleza das flores ou processos históricos).²³

²² JARDIM Zoobotânico de Franca. Disponível em: <

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_Zoobot%C3%A2nico_de_Franca>. Acesso em: 21 out. 2021.

²³ Dados coletados junto à equipe do local.

Pelo decreto nº 8.675, de 05 de maio de 2006, a partir do processo de tombamento do Condephat nº 20.276/1999, o Jardim Zoobotânico foi tombado pela municipalidade.²⁴

CADEIA PÚBLICA – Decreto nº 7.686 de 15 de setembro de 1999. Localizada na Rua Major Claudiano, nº 2292, Centro.



O prédio foi construído na década de 10 (1913), substituindo o antigo Fórum e cadeia onde hoje funciona o Museu Histórico “José Chiachiri”, inserindo-se no processo de modernização da chamada “República Velha”.

O edifício de dois pavimentos é sóbrio e destaca-se na paisagem urbana comum pelo seu jogo de abertura diferenciada: no térreo, as celas, na parte superior, janelas comuns na delegacia.

Com a construção do novo fórum no final dos anos 1950, o prédio sofreu alterações internas, transformando-se no antigo “cadeião” da década de 70.

Por sua mística e volumetria merece ser preservado para as futuras gerações, sobretudo no sentido de se analisar as diferenças entre as construções daquela época, com os projetos construídos na atualidade, destinados aos mesmos fins ao qual foi planejado no início do século XX.²⁵

²⁴ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 20.276/1999.

²⁵ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 19.741/1998.

RELÓGIO DO SOL – Resolução Estadual de 08 de março de 1972.

Decreto Municipal nº 7.688 de 15 de setembro de 1999. Localizado na Praça Nossa Senhora da Conceição.



Localizado na Praça Nossa Senhora da Conceição, seu projeto de construção é datado de 1885 a partir da iniciativa e do conhecimento científico do Frei Germano D'Annecy.

Um dos primeiros astrônomos da cidade de São Paulo, provido de grande inteligência não só para física astronômica como também para a matemática e a mecânica, Frei Germano nasceu em Annecy, na França, no dia 10 de Agosto de 1822, e foi batizado como Claude Charles Marion, filho de Louis Marion e Philippine Lacombe.

Naquela região da Alta Saboia, na França, ninguém poderia imaginar o brilhantismo que viria a agraciar não só sua cidade e região, como também outros continentes e países.

Aos 19 anos, por volta de 1841, ainda sob o nome de Claude, entrou para o noviciado da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, um ramo da família de padres franciscanos, que tem São Francisco de Assis como seu pai fundador e com o objetivo de observar pontualmente a "Regra e Vida dos Frades Menores", escrita por São Francisco de Assis, são adeptos da pobreza radical, e da oração contemplativa e da vida missionária. Veio a ordenar-se em 1845, na cidade de Chambéry, no dia 20 de Março. Só então, passou a ser reconhecido pelo seu nome religioso de "Frei Germano D'Annecy".

Permaneceu na França, na comuna de La Roche-sur-Foron até 1851, quando partiu como missionário para o Chile, situando-se lá até 1857, ano em que foi convidado, por recomendação da Sua Santidade, o Papa Pio IX a lecionar, conjuntamente a outros capuchinhos, no Seminário Episcopal de São Paulo, na Capela de Nossa Senhora da Conceição (hoje Igreja de São Cristóvão), na cidade de São Paulo.

Aceitando o convite, Frei Germano chega ao Brasil em 1858. No seminário, ensinou as matérias de Matemática, Física, Astronomia, Botânica e Mineralogia, onde permaneceu como professor até o ano de 1878.

Ao passo que a instituição passou a ser dirigida pelo clero secular, os padres capuchinhos receberam ordens para voltar a seus devidos conventos. Mas o tempo que passou lecionando conferiu a D'Annecy um amor pelo Brasil. Assim, fez um pedido de permanecer em terras brasileiras, o qual foi prontamente aceito por seus superiores.

Como grande astrônomo que foi, passava tempos em seu telescópio observando os astros e também fazendo observações meteorológicas. Essas observações vieram a ser de

grande ajuda ao jornal impresso *A Província de S. Paulo*, hoje nomeado *O Estado de S. Paulo*, contribuindo com boletins meteorológicos e observações astronômicas.

Ainda em 1859, Frei Germano D'Annecy calculou e coordenou a construção de um Relógio de Sol do tipo mural vertical declinante, que foi pintado pelo pintor Abranches Junior. Esse mesmo Relógio do Sol exerceu a função de acerto dos relógios de toda a cidade de São Paulo, incluindo o da torre da Estação da Luz, que na época era visualizado de diversos pontos da cidade.

Por conta disso a função do Serviço da Hora, desde então, ficou a cargo do Observatório de São Paulo. Além desse, D'Annecy também calculou e mandou construir um Relógio do Sol de coluna, feito de mármore, pelo seu amigo Jules-Victor André Martin, artista francês, formado na Escola de Belas-Artes de Marselha, na França. Mais Tarde Jules veio a ser o construtor do Viaduto do Chá, importante por fazer a ligação entre a “cidade nova” e o Vale do Anhangabaú.

Muito querido por D. Pedro II, foi convidado pelo mesmo a assumir o cargo de vice-diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Convite este que veio a recusar, pois sua condição de saúde o impedia de viver na capital imperial. Logo o imperador o nomeou membro correspondente não-residente da instituição, nessa ocasião, D. Pedro II o presenteou com um cronômetro, “*John Pool*”, de ótima qualidade, em que mandou gravar uma dedicatória especial, tamanha a estima do imperador pelo padre.

Frei Germano D'Annecy veio para Franca por volta de 1881, a pedido do Padre Cândido Martins da Silveira Rosa, residindo na chácara do mesmo, onde utilizou seus conhecimentos de botânica para cuidar dos jardins do local. E foi em Franca onde viveu em recolhimento, lecionando aulas e também onde constituiu o Primeiro Observatório Astronômico e Meteorológico francano. Em Abril de 1887 terminou a obra do Relógio do Sol, exposto na Praça nossa senhora da Conceição. Veio a falecer em 1890, enquanto embarcava para uma viagem a Marselha.

O Relógio do Sol foi inaugurado em 11 de abril de 1887, juntamente com o trecho da linha férrea da Mogiana que naquele momento trazia o progresso para a cidade e toda uma vasta região por ela atendida.

Construção feita em mármore de Carrara, possui quatro mostradores: norte, sul, leste e oeste. O relógio pode fornecer inúmeras informações relativas à medida do tempo, das estações do ano, etc..

O relógio do Sol é uma construção muito antiga. Uma das mais antigas de Franca. É importante ressaltar que esse monumento é usado em pesquisas escolares e dados históricos da cidade e sua região, proporcionando um aprofundamento mais detalhado sobre a Cultura e a História de Franca.²⁶

²⁶ Histórico baseado nos subsídios Históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” e em PEREIRA, Wanderlei Donizete; SILVA, Jorge Luiz Domingues da. Relógio do Sol de Franca: Símbolo de identidade, memória e pertencimento de uma comunidade. In: **Museus para igualdade, diversidade e inclusão**. [Revista da Semana dos Museus de Franca]. BERTELLI, CÉLIO et. al. (orgs), Franca, Associação Paulo Duarte, Maio 2020, P. 172 a 188.

DOIS BEBEDOUROS DE ANIMAIS – Decreto nº 8.015 de 16 de abril de 2002. Localizados na Av. Major Nicácio, aos fundos da Escola Estadual “Torquato Caleiro”, entre as ruas Campos Salles e Major Claudiano, Centro, e outro na Praça Ana Nicácio, Bairro da Estação.



Bebedouro da Estação.



Figura 2 – Bebedouro da Estação



Figura 3 – Bebedouro da Cidade Nova

Existem em Franca dois bebedouros de cavalos. Um situado à praça adjacente à Estação Mogiana e outro localizado na Avenida Major Nicácio, na calçada que contorna a Escola Torquato Caleiro.

Remanescentes de uma época marcada pelo uso do transporte de tração animal, a localização desses bebedouros atendia às necessidades funcionais do passado.

Sendo um meio de transporte rústico e barato, o uso de carroças de aluguel era constante na cidade. No caso da Praça da Estação, muitas mercadorias chegavam pela locomotiva e eram distribuídas pela cidade por intermédio dos carroceiros. Materiais como tijolos, areia, pedras mármore entre outros, chegavam dos vagões e seguiam para seus destinatários através das carroças. Esses bebedouros serviam para matar a sede dos animais que ali descansavam entre um carreto e outro.

Da mesma forma o bebedouro da Avenida Major Nicácio servia aos carroceiros que trabalhavam no transporte de entulhos de diversas áreas da cidade, os quais eram usados no aterramento da voçoroca próxima à Escola Pestalozzi.

É importante observar que existiam diversos pontos de carroça por toda cidade, chegando alguns a contarem com mais de cinquenta carroças. Além desses serviços prestados, os mesmos transportavam também mercadorias como calçados para serem embarcados na Mogiana, ou mesmo para o transporte de passageiros.

O tombamento desses bebedouros significa preservar a memória histórica de um passado ainda distante dos avanços tecnológicos, mas que ainda resiste às mudanças ocorridas em quase um século de transformações, haja vista que ainda é comum inúmeras pessoas ganharem a vida através desse trabalho.²⁷

²⁷ Histórico extraído do Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 2.624/2002.

REMANESCENTE DA CAPELA DE SANTA CRUZ – Decreto nº 8.015 de 16 de abril de 2002.
Localizada na Rua Érico Veríssimo, nº 905, Bairro Miramontes.



Tela de Bonaventura Cariolato

O Bairro Miramontes, localizado na região norte de Franca é um dos mais antigos e tradicionais da cidade, cuja ocupação remonta os pousos da Estrada dos Goyases, que ligava o porto de Santos ao interior do país, até Goiás Velho, na rota do sal.

Ao longo dessa estrada floresceram pousos, como ponto de apoio ao trajeto que durava quase três meses, do comboio de sal e gado que circulavam por ali.

A ocupação urbana do local só se deu a partir da década de 1840, quando as posturas municipais obrigaram os comboios de sal a não mais circularem ou permanecerem na região urbana de Franca, tornando-se essa região o local preferencial para esses veículos de tração animal.

Com a ocupação desse local por estabelecimentos comerciais, o local se desenvolveu. A partir de 1844 construiu-se uma capela, por iniciativa de um morador do local, Francisco de Paula Marques.

Embora não autorizada pelo bispo de São Paulo, a capelinha foi erguida com o nome de Santa Cruz das Covas, que possuía um pequeno cemitério.

Em 1933 iniciou-se a construção de uma nova igreja erguida num local mais amplo defronte a uma praça pública, transferindo assim, todas as práticas religiosas para o novo templo, abandonando-se a capela de Santa Cruz, ocupada a partir de então, pela prefeitura, adaptando-a para suas necessidades, atualmente como escola.

A capelinha de Santa Cruz resistiu aos tempos, estreita, comprida, com pé direito muito baixo, construída com taipas e pilares de aroeira, suas paredes principais e a estrutura da edificação foram preservadas.

Seu tombamento representa manter viva a memória de uma construção fincada num local de grande influência na formação urbana do município.²⁸

²⁸ Histórico baseado no processo de tombamento CONDEPHAT nº 10.670/2001 e FELIPPE Chafik. **O Bairro de Miramontes**. Franca: Prefeitura de Franca, Sec. de Educação e Cultura, 1992, 102 p.

DUAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS DA CIA. MOGIANA – Decreto nº 8.015 de 16 de abril de 2002. Prolongamento da Av. Integração, s/nº, Bairro Miramontes.



Revestidas em tijolos maciços aparentes, com o típico desenho da Mogiana, sendo também partes integrantes do conjunto arquitetônico formado pela Capela Santa Cruz e o embarcadouro de passageiros, as casas geminadas da antiga Companhia Mogiana utilizadas antigamente por seus funcionários que davam manutenção à sua composição, carregam consigo grande valor histórico de dois períodos históricos vividos pelo município de Franca.

Inicialmente, a presença de boiadeiros que ali faziam seus pousos, propiciando o desenvolvimento da produção artesanal dos derivados do couro, processo embrionário para o surgimento da indústria calçadista.

Ao mesmo tempo, a região conserva os traços da modificação trazida pela chegada da ferrovia, fato que ocorreu em 1887, promovendo a modernização dos transportes, iniciando um novo ciclo econômico para a cidade, possibilitando a construção da Franca do presente.²⁹

POÇO DE ABASTECIMENTO DA FERROVIA. Tombado pelo Decreto nº 8.015 de 16 de abril de 2002. Local Miramontes.



Ocupando o antigo leito da ferrovia, encontra-se um poço onde era abastecida a locomotiva a vapor, bem como o embarcadouro revestido de tijolos maciços aparentes, trazendo o símbolo típico da Companhia Mogiana. Poço este que complementa o conjunto histórico-arquitetônico composto pelos remanescentes da Capela Santa Cruz, e casas geminadas do bairro Miramontes.³⁰

²⁹ Histórico extraído do Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 10.670/2001.

³⁰ Ibidem.

TOMBAMENTO EM ÂMBITO ESTADUAL: ESCOLA CORONEL FRANCISCO MARTINS

Resolução Condephaat n. 60, de 21 de julho de 2010.



Escola Coronel Francisco Martins – década de 1940.³¹



Escola Coronel Francisco Martins 2021.

O Grupo Escolar “Coronel Francisco Martins” foi criado em 30 de abril de 1904 e instalado a 03 de maio de 1905, funcionando em um prédio adaptado, doado ao governo do Estado pela Câmara Municipal, até o ano de 1939.

Seu patrono, o Coronel Francisco Martins Ferreira Costa, filho do Capitão André Martins Ferreira Costa e de Anna Eusébia Carolina Diniz, nasceu na fazenda de São Tomé, nesta comarca, no dia 5 de dezembro de 1845.

Em 23 de novembro de 1864 casou-se com Emerenciana Villela de Andrade, com quem teve os filhos: Ana Eusébia Caleiro, casada com o Coronel Higino de Oliveira; Rita Augusta Villela, casada com o Coronel André Villela de Andrade; Azarias Martins Ferreira, casado com Olívia Martins Ferreira; Franklin Martins Ferreira, casado com Julieta dos Santos Ferreira; Zulita Martins Caleiro, casada com Major Torquato Caleiro.

Exerceu o cargo de Juiz Municipal em Santa Rita do Paraíso, hoje comarca de Igarapava, onde então militou nas fileiras do partido republicano histórico, no qual se bateu sempre pelo advento da república.

Mais tarde, transferindo sua residência para esta cidade, continuou a militar na política, tendo sido nomeado presidente da primeira Intendência pelo Governo Provisório, quando foi Proclamada a República.

Foi Juiz de Paz, Vereador, Delegado de Polícia, dando sempre ao desempenho desses mandatos a nota predominante da retidão do seu caráter.³²

A morte veio em plena atividade política e administrativa, como Presidente do Diretório do Partido Republicano, da Câmara Municipal e do Banco de Custeio Rural desta

³¹ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL “CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO”. Subsídios Históricos. Biografias e fotos.

³² BARBOSA, Sônia Maria; VAZ, Sandra Cintra. **Coronel Francisco Martins** – Há mais de cem anos educando. In: AÍMOLI, Michele; SILVA, Analice (orgs). Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P. 29-30.

cidade. O Coronel Francisco Martins faleceu no dia 28 de Julho de 1912 aos 67 anos de idade.

Foi organizador e primeiro diretor do grupo o Professor Benedicto Estevam dos Santos. No ano de 1940 o Grupo Escolar Coronel Francisco Martins passou a funcionar no prédio atual, que fica situado à Praça Coronel Antônio Jacinto, 1533, o qual ostenta uma bela arquitetura neoclássica com muitas influências modernistas, estilo que nascia na época.

Neste mesmo prédio, anteriormente, eram as instalações da escola Normal Livre.

Posteriormente, com a ampliação do número de alunos e das séries oferecidas, o grupo escolar recebeu a denominação de Escola Estadual “Coronel Francisco Martins”.³³

O prédio integra um conjunto de 126 escolas públicas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 e 1930 que compartilham significados cultural, histórico e arquitetônico.

Essas edificações expressam o caráter inovador e modelar das políticas públicas educacionais que, durante a Primeira República, reconheceram como inerente ao papel do Estado a promoção do ensino básico, dito primário, e a formação de professores bem preparados para tal função.

Quanto às políticas de construção de obras públicas, são representativas pela estruturação racional de se instalar edificações adequadas ao programa pedagógico por todo o interior e capital do Estado.

Destaca-se a qualidade do conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, consolidando o uso de alvenaria de tijolos e por uma linguagem estilística que simplificou os atributos da tradição clássica acadêmica.

A organização espacial era concebida incorporando preceitos e recomendações de higiene, insolação e ventilação previstos na cultura arquitetônica que vinha se firmando desde o século XIX. O programa pedagógico distribuía essencialmente salas de aulas ao longo de eixos de circulação em plantas simétricas.

Aos poucos se firmaram em projetos arquitetônicos padronizados que se repetiam com pouca ou nenhuma variação em mais de um município.³⁴

Pelo alto valor histórico na evolução educacional do Estado de São Paulo, juntamente com outras 126 escolas públicas da capital e do interior, seu prédio foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), conforme a Resolução Condephaat n. 60, de 21 de julho de 2010, publicação no diário oficial de 11 de outubro de 2010, páginas 12 a 14.³⁵

³³ BARBOSA, Sônia Maria; VAZ, Sandra Cintra. **Coronel Francisco Martins** – Há mais de cem anos educando. In: AÍMOLI, Michele; SILVA, Analice (orgs). Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P. 32-33.

³⁴ Texto extraído do site do Condephaat Estadual: <[www.condephat.sp.gov.br/benstombados/E.E.Cel.Francisco Martins-Condephaat](http://www.condephat.sp.gov.br/benstombados/E.E.Cel.Francisco_Martins-Condephaat)> Acesso em 01 set. 2021.

³⁵ Disponível em: <[www.condephat.sp.gov.br/benstombados/E.E.Cel.Francisco Martins-Condephaat](http://www.condephat.sp.gov.br/benstombados/E.E.Cel.Francisco_Martins-Condephaat)> Acesso em 25 out. 2021.

GINÁSIO DO CLUBE DOS BAGRES – Decreto nº 8.161 de 10 de março de 2003. Localizado na Rua General Carneiro, nº 873, Centro.



O Ginásio Clube dos Bagres foi projetado pelo engenheiro-arquiteto Ícaro de Castro Mello, respeitado atleta que se especializou na elaboração de projetos arquitetônicos esportivos, entre eles, o Estádio do Guarani Futebol Clube de Campinas, piscina coberta da Água Branca em São Paulo, Clube Atlético Mineiro de Belo Horizonte, Ginásio de Esportes do Ibirapuera, Estádio Mané Garrincha de Brasília, Setor esportivo da Cidade Universitária da USP de São Paulo, entre outros.

Situado na baixada da Rua General Carneiro, ao lado do Bairro da Estação, o Ginásio Clube dos Bagres foi fundado no dia 04 de setembro de 1953 por pais de alunos e antigos jogadores, sob a presidência do médico Jarbas Spinelli, pois a cidade não comportava mais a realização dos seus jogos no I.E.E.T.C.

"com o passar do tempo esse clube tornou-se um Oásis aos desportistas de Franca; tornou-se uma espetacular academia de basquetebol, orientada pelo Prof. Pedroca, tendo a princípio a retaguarda de Ademar Rodrigues Alves, José de Alcântara Vilhena (o Juca), Paulo Archeti e sucessivamente os demais presidentes até 1971". (Sérgio Aleixo de Paula).

Sérgio Aleixo de Paula tem registrado em seus arquivos que o Clube dos Bagres realizou 294 jogos, obteve 225 vitórias e 69 derrotas, conquistando 37 títulos de campeão, 09 de vice e um de 3º lugar.

E diz que "em 1971 o Sr. Vitor de Andrade, presidente do Clube dos Bagres simplesmente acaba com o basquetebol do clube (...)".

Caracterizado por sua cobertura em abóboda executada em arcos de madeira contraplacada, atendendo a conveniências construtivas e econômicas, o ginásio do Clube dos Bagres constitui um importante exemplar da arquitetura modernista, caracterizado pelo arrojo do vão de cobertura, valorização da luz natural e uso de concreto armado em grande escala.

A estreita ligação do Clube dos Bagres com o basquete na cidade é outro elemento que justifica a preservação do mesmo dentro da história de Franca. Foi neste Ginásio que em 1971 o basquete francano conquistou seu primeiro título estadual.

Revestindo-se de um caráter simbólico e de uma arquitetura exuberante, projetada por um dos mais renomados arquitetos brasileiros, sua preservação se torna fundamental para a manutenção da autoestima e identidade de seus cidadãos.³⁶

FRONTÃO DO ESTÁDIO CORONEL NHÔ CHICO – Decreto nº 8.182 de 12 de maio de 2003.
Localizado na Rua Simão Caleiro, 1408, Centro.



A Associação Atlética Francana foi fundada no dia 12 de outubro de 1912 por David Carneiro Ewbank, Homero Pacheco Alves e Beneglides Saraiva.

O terreno onde até hoje funciona a sede social do clube foi doado no final dos anos 1910 pelo Cel. Francisco de Andrade Junqueira, o "Nhô Chico".

O Estádio da Bela Vista foi inaugurado em 1922, cujo projeto das arquibancadas ficou a cargo de Natale Frateschi, e foi onde a Francana sediou as partidas até 1969, quando foi construído o Estádio Municipal, que leva o nome do médico José Lancha Filho, então prefeito de Franca.

Em 21 de abril de 1947 o estádio remodelado foi reinaugurado quando, através de um projeto do construtor Antônio Silva Lima este ganhou arquibancadas de concreto armado, uma entrada por meio de um pórtico, além da marquise em concreto destacando o portão principal, assim como duas torres e o escudo do clube ao centro, dando ao estádio maior sensação de imponência.

Em 1958 o estádio foi rebatizado com o nome de Estádio Municipal Cel. "Nhô Chico", como é conhecido o Estádio da Bela Vista.

Atualmente não é utilizado para comportar partidas de futebol, pois não tem estrutura para suportar tal evento. No entanto, sua fachada faz parte do patrimônio histórico da cidade de Franca e não pode ser modificada.

Remanescente de um período histórico para o futebol, marcado pelo surgimento dos grandes clubes no país, além de ter sido palco de grandes espetáculos onde passaram grandes jogadores brasileiros, o Frontão do Estádio do "Nhô Chico" e um símbolo do amor ao futebol, demonstrado até hoje pela comunidade francana.³⁷

³⁶ Histórico elaborado a partir do estudo inserido no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 7.934/2002.

³⁷ Ibidem.

DOIS POSTES METÁLICOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, Rua Atílio Zuanazzi, frente aos nºs 814 e 834, Bairro Cidade Nova – fundos da Igreja Santo Antônio. Decreto nº 8.333 de 06 de maio de 2004.



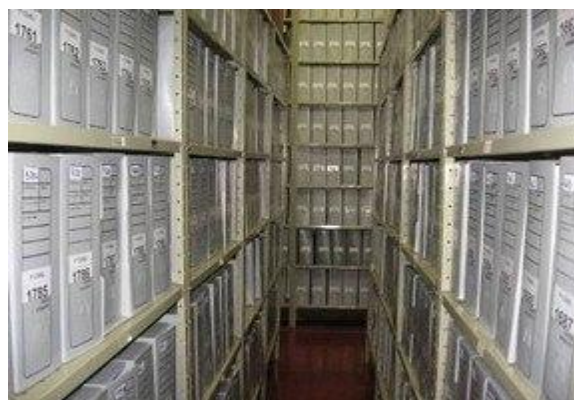
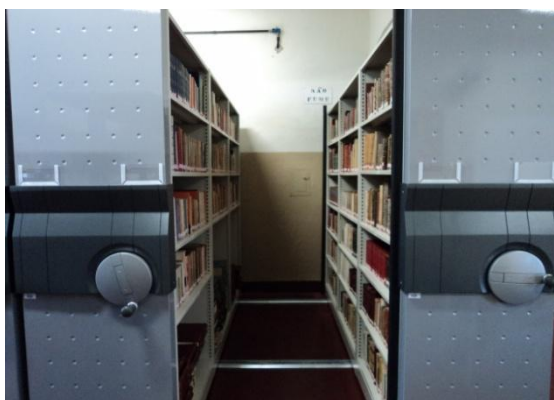
Situados em frente aos números 814 e 834 da Rua Atílio Zuanazzi, fundo do cruzamento com a Rua Major Mendonça, próximos à Igreja Santo Antônio, os dois postes metálicos representam a preservação da memória da instalação dos serviços de iluminação pública em Franca, cuja chegada se deu em 1904.

Os postes, medindo cerca de 20 centímetros de diâmetro e seis metros de altura, são remanescentes da década de 1940, período em que a CPFL utilizou-se desse tipo de material.

A partir da década de 1960 a empresa passou a fazer a substituição desses postes, juntamente com os de madeira por postes de concreto. O tombamento dos mesmos justificou-se como forma de se preservar um estilo de iluminação de uma determinada época, servindo de comparativos com as tecnologias atuais e futuras.³⁸

³⁸ Histórico elaborado a partir do estudo inserido no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 27.992/2002.

ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL “CAPITÃO HIPÓLITO ANTONIO PINHEIRO” – Decreto nº 8.563 de 25 de outubro de 2005. Localizado na Av. Champagnat, 1808, Centro.



O Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro, conceituada instituição de memória da municipalidade de Franca, SP, integra a atual organização da Fundação Esporte, Arte e Cultura (FEAC), criado em 25 de julho de 1989, pelo Decreto nº 5.987.

A Lei nº 3.630 de 03 de outubro de 1989 (que modificou a estrutura administrativa da Prefeitura), ratificou o Decreto citado dando ao Arquivo o caráter de unidade cultural do Município de Franca.

Por meio da Lei nº 6.966 de 29 de novembro de 2007, foi criado o Arquivo Geral do Município de Franca, no qual o Arquivo Histórico Municipal está inserido.

A partir dessa legislação foram definidos os objetivos da nova instituição que em síntese são os de reunir, catalogar, restaurar e conservar a documentação sobre a história de nossa gente e oferecer as condições necessárias para o bom desenvolvimento do trabalho dos estudiosos da história de Franca e região.

O Arquivo Histórico mantém sob sua guarda um rico e abundante acervo composto por uma valiosa documentação oriunda, principalmente, dos cartórios da Comarca de Franca, englobando processos cíveis, criminais e trabalhistas datados do final do século XVIII ao final do século XX, além de fundos documentais diversos, que compõem a história local, como jornais, revistas, fotografias, registros de sepultamentos e óbitos, entre outros.

Além do atendimento escolar e acadêmico, o Arquivo atende a pesquisadores e genealogistas que desenvolvem pesquisas diversas, seja para o desenvolvimento de temas sobre a história local, história das famílias ou trabalhos com temas biográficos.

No ano de 2005, conforme o Decreto nº 8.563, o acervo do Arquivo Histórico passou a ser tombado, tornando-se patrimônio público protegido pelo CONDEPHAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico).³⁹

³⁹ Histórico elaborado a partir dos Subsídios Históricos do Arquivo histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”.

IMÓVEL LOCALIZADO NA ESQUINA DAS RUAS MAJOR CLAUDIANO E VOLUNTÁRIOS DA FRANCA, nº 1557, Centro – Decreto nº 8.726 de 22 de agosto de 2006.



O imóvel construído originalmente para abrigar o “Banco Commercial de Franca” teve sua planta de edificação aprovada pela Prefeitura Municipal em 1922, na gestão do prefeito Torquato Caleiro, cujo engenheiro responsável foi Giacomo Jussani.

Desde então, por muitas décadas abrigou estabelecimentos bancários. Depois do Banco Commercial sucederam-se o Banco do Estado de Minas Gerais, Banco Bandeirantes e o Banco Santander.

O prédio traz consigo características arquitetônicas do ecletismo, tratando-se de uma tendência intermediária entre o neoclássico e o modernismo.

Sua construção na primeira metade da década de 1920 retrata a importância da cafeicultura francana no contexto nacional, onde seu desenvolvimento atraiu a instalação de inúmeras agências bancárias interessadas em fornecer crédito e financiamento a essa classe produtiva.

A correlação entre crédito e a cafeicultura foi fator importante para a modernização da cidade, estimulando a instalação e desenvolvimento dos serviços de energia elétrica, saneamento básico, calçamento de ruas, comércio, serviços e indústrias.

Nessa área da cidade, situaram-se por várias décadas, estabelecimentos comerciais, bancários e industriais, além da camada dominante da sociedade que ali morava e realizava seus negócios.

Além de Franca, outras cidades brasileiras receberam edificações semelhantes a esta, que testemunharam a virada ocorrida a partir da década de 1930, em que o Brasil deixou de ser um país eminentemente agrário para assumir a partir de então, um papel decididamente urbano e industrial.

A preservação deste imóvel significa conservar a memória de uma trajetória da atividade cafeeira de exportação, que produziu um dos processos mais salientes de urbanização ocorridos em todo o hemisfério sul do planeta.⁴⁰

⁴⁰ Histórico elaborado a partir do estudo inserido no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 154/2005.

FRONTÃO DO ESTÁDIO PALMEIRAS FUTEBOL CLUBE – Decreto nº 8.729 de 28 de agosto de 2006. Localizado na Rua Santos Pereira, nº 484, Bairro Cidade Nova.



Arquibancadas do Estádio na década de 1950.



Fachada do Estádio em 2009.

Em 25 de dezembro de 1917 um grupo de entusiastas italianos, torcedores fanáticos do time do Palestra Itália, atual Palmeiras da capital, resolveu fundar um clube em Franca que levaria o mesmo nome do clube predileto.

O clube possuía um campo simples situado na quadra contornada pelas ruas Afonso Pena, Santos Pereira, Carlos do Carmo e Major Nicácio. O material de jogo era guardado em uma casa próxima, onde o casal de moradores também cuidava da lavagem dos uniformes dos atletas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, por determinação do governo federal, nenhum clube ou agremiação poderia levar o nome dos países do “Eixo”, envolvidos no conflito. Assim, o Clube Palestra Itália da capital tornou-se **Sociedade Esportiva Palmeiras**.

Da mesma forma, o Palestra Itália de Franca tornou-se então, **Palmeiras Futebol Clube**.

Entre os anos 1930 e 1940 a diretoria conseguiu angariar fundos e construir arquibancadas, colocando o clube nos padrões dos clubes profissionais do interior paulista.

Entre 1947 e 1953 o clube se profissionalizou disputando campeonatos que envolviam Botafogo, XV de Piracicaba, Ponte Preta, além da tradicional rival, Associação Atlética Francana.

Entre 1983 e 1993 o clube retornou ao profissionalismo, porém, atualmente só participa de campeonatos amadores.

Em 1947 foi inaugurada grande parte das obras do Estádio, num projeto assinado por Antônio Silva Lima, num jogo memorável entre S.E. Palmeiras X Palmeiras Futebol Clube, presenteando a população francana com uma obra que marcaria a paisagem arquitetônica do bairro Cidade Nova.

A fachada frontal do Estádio, concluída em 1958, ajuda a compor a imagem da cidade, enriquecendo seu espaço urbano e se estabelecendo como símbolo de uma época em que o futebol se tornava a paixão mundial, se fixando também como um marco construído através da união entre italianos e brasileiros.⁴¹

⁴¹ Histórico elaborado a partir do estudo inserido no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 7.932/2002.

CASA DO PINTOR BONAVENTURA CARIOLATO – Rua Thomaz Gonzaga esquina com Campos Salles – Decreto nº 8.783 de 18 de dezembro de 2006.



Imóvel construído em 1935, trazendo consigo os traços do estilo neocolonial, rememora o período de modernização vivido por Franca, primeiramente em razão da cafeicultura, e posteriormente, graças ao desenvolvimento da indústria calçadista.

Em 1942, o grande artista italiano radicado em Franca, Bonaventura Cariolato, adquiriu o imóvel, transformando-o, além de sua residência, em seu atelier, onde projetou e executou grande parte de sua arte.

O pintor veio para Franca no começo da década de 1920 e morou na casa até sua morte, em 1989. Anteriormente à aquisição feita por Cariolato, o local chegou a abrigar um posto de Saúde.

Dotada de jardins e espaços de vivência adequados para o recebimento de visitas e fomentar a arte em geral, a partir de 1998, o espaço se tornou uma casa de cultura, inicialmente com o patrocínio da Unifran (Universidade de Franca), depois, com a UniFacef e Faculdade de Direito de Franca e Prefeitura de Franca.⁴²

Em 2021, prefeitura e proprietários encerraram o contrato, e o imóvel retornou à família para fins particulares.

⁴² Histórico elaborado a partir do estudo inserido no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 34.870/2006.

CORETO – Praça Sabino Loureiro Bairro da Estação. Decreto nº 9.133 de 26 de agosto de 2008.



A primeira referência histórica do local em tela, quem nos fornece é uma Ata da Câmara Municipal de 1892, situada no Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” que diz: “... Indico que esta Câmara officie ao chefe do Tráfego da Companhia Mogyana, afim de que o mesmo mande demolir o curral que actualmente serve de embarque á gados, fazendo-o n’outro logar visto o existente estar na Praça da Estação e alinhamento da rua “...

Temos também o historiador Fransérgio Follis⁴³, em sua obra – Estação: Bairro – Centro, contando “... Na última década do século XIX, esta praça, ainda conhecida como Largo da Estação, era utilizada como curral de embarque de gado pela Cia. Mogiana e em 1908 o então prefeito Cel. Martiniano de Andrade construiu um coreto e plantou algumas árvores no local”.

Sem pavimentação e sem arborização, ela se manteve até o início do século XX e foi ponto de chegada de quase todos os viajantes e migrantes que aportavam na cidade. Daí, ser o ponto das charretes e dos bondes puxados a burros, mais tarde, também ponto dos carros de “praça”.

Em 22 de abril de 1920, o jornal “Comércio da Franca” noticiava a inauguração oficial do referido monumento da seguinte forma:

Inaugurou-se hontem, com grandes festas, o bello coreto da Praça da Estação. Falaram os Srs. Prof. M. Coelho, Luiz de Lima e Fulgêncio de Almeida.

Damos parabéns ao povo daquelle bairro, adiantado, progressista, representado na comissão de festejos – d. Maria José Santos e Prof. A. Martins Coelho, nosso colega do *Echo do Alto*, de quem recebemos o convite. As festas se prolongarão até o dia 25.⁴⁴

⁴³ FOLLIS, Fransérgio. Estação: **O bairro-centro**. Franca: Prefeitura Municipal, Fundação Mário de Andrade, 1998, P.68.

⁴⁴ INAUGURAÇÃO. Comércio da Franca, Franca, 22 abr. 1920. P. 02

Quanto ao uso do Coreto, através de uma Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal em 07 de Maio de 1920, temos o seguinte: “...requerimento do cidadão Antônio Martins Coelho, em nome dos habitantes do bairro da Estação, pedindo um auxílio de cinquenta mil réis, mensaes para gratificação da banda musical “Euterpe São Sebastião” pelas digo, para que a mesma faça retretas no coreto que existe naquelle bairro. Julgado motivo de deliberação, vae às comissões de Justiça e Finanças...”.

A Praça Sabino Loureiro, foi assim denominada em 1929. Na década de 1930 ela recebeu um projeto urbano-paisagístico feito por um arquiteto francês Chauvière, que era o arquiteto oficial da cidade e estava remodelando quatro praças da cidade, inclusive a Praça Nossa Senhora da Conceição.

Em relação a essa obra, temos o seguinte comentário do Arquiteto e Historiador Paulo Queen: “O desenho arquitetônico obedece a formas geométricas bem definidas e cortando-se-a em dois eixos, longitudinal e transversal, observa-se a simetria do traçado. Ao centro foi construído um coreto de concreto e alvenaria e a sua forma arquitetônica lembra um chapéu muito usado pelos rapazes daqueles anos”.⁴⁵

Entre os anos de 1956 e 1960, na administração do Prefeito Onofre Gosuen, foi colocado na praça o monumento: “O menino tirando estrepe”, a “Estátua da Criança” a “Estátua da República” e o Serviço de Alto-Falantes Zig-Zag.

O local, na época era muito utilizado pelos jovens do bairro para *footing*, comícios, encontros para namoro patrocinado pelos Alto-Falantes e principalmente ponto de passagem de transeuntes que se locomovem de um bairro para outro.

Em 1962 o prefeito Flávio Rocha realizou reformas nesta praça, onde foi trocada a antiga pavimentação de pedra em tamanhos retangulares pelo piso em *petit pavé*. Instalou também a iluminação a vapor de mercúrio, e remodelação dos canteiros, mas especificamente na vegetação.⁴⁶

IMÓVEL LOCALIZADO NA ESQUINA DAS RUAS MONSENHOR ROSA E VOLUNTÁRIOS DA FRANCA. Decreto nº 9.198 de 29 de dezembro de 2008.



⁴⁵ Queen, Paulo. **Usos e apropriações no espaço urbano: O caso das Praças de Franca.** 1986. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Franca, Franca, 1986, P. 101.

⁴⁶ Além das citações apresentadas, o Histórico foi complementado com as informações do estudo inserido no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 28.134/2008.

A Agência do Banespa de Franca teve sua construção anunciada em 1945, mais precisamente em 03 de maio daquele ano, data em que se encontra a primeira referência no jornal “Comércio da Franca”. Projetada pelo engenheiro Constantino Birukoff, da empresa Engenharia Oscar Americano Ltda, pode-se associar seu planejamento e instalação no contexto econômico do pós-guerra, em que houve importantes rearranjos da política econômica no Brasil.

Decisiva para essa nova conjuntura foi o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos durante o conflito, na medida em que se abriu um campo privilegiado para incremento das exportações e, portanto, de crescimento econômico, configurado com industrialização substitutiva de importações.

A expansão do capitalismo ocorreu por uma via que solicitava do Estado, atuar no sentido de proporcionar firme e continuado provimento de crédito corrente à indústria de transformação que se desenvolvia.

Especificamente durante o Estado Novo, a estrutura bancária do país solidificou-se como aparelho de regulamentação da área monetário-creditícia e cambial, com a criação, em 1945, da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). O crédito estatal ampliou-se no sentido de consolidar uma política pública de largo alcance, capaz de fomentar e regulamentar ramos de produção e comercialização, sobretudo, de produtos agroindustriais, como o café e o açúcar, além de atuar diretamente junto a avanços setoriais da indústria.

Nessas circunstâncias favoráveis ao crescimento urbano, a cidade de Franca passou por um surto de desenvolvimento que resultaria na crescente diversificação da economia em que o setor industrial adquiriu a primazia desde os anos 1950, graças ao crescimento da produção calçadista. Sua população urbana apresentava crescimento significativo no decorrer dos anos 1940, devido à decadência da cultura cafeeira, responsável pelo êxodo rural.

Cresceu também o sistema bancário, passando Franca a receber novos edifícios destinados às operações do capital financeiro, como a Caixa Econômica Estadual. A expansão do Estado deu-se mediante ampla rede de serviços, os quais, além do bancário, comportou novas instalações para os correios, com a instalação do Palácio Postal.

O projeto da nova agência bancária foi divulgado durante os anos finais do Estado Novo – derrubado em outubro de 1945 – quando as pressões democratizantes atuavam no sentido de pôr fim à ditadura.

Tratava-se de um empreendimento considerado à época de grande impacto sobre a cidade, obviamente não apenas pelo aspecto material de sua edificação projetada para abrigar dois andares, à qual se atribuíam grandiosidade, mas sem dúvida, pelo impacto que se pretendia alcançar com a agência do banco estatal paulista – a primeira construída no interior para esta finalidade.

No entanto, a finalização da obra só ocorreu em 1948, ano que foi inaugurada (a 18 de setembro) sob a égide do governador Adhemar de Barros e do Partido Social Progressista (PSP), em visita registrada efusivamente pela imprensa local.

A ressaltar o fato de que o projeto previa inicialmente a existência de dois pisos, sendo um deles inicialmente destinado a acomodações para famílias dos administradores da agência, e posteriormente, destinados a salas para escritório.⁴⁷

⁴⁷ Histórico elaborado a partir do estudo inserido no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 20.111/1997.

FESTA RELIGIOSA DE “CORPUS CHRISTI”. Lei nº 7.464 de 26 de outubro de 2010.



Procissão de “Corpus Christi” em Franca⁴⁸

A Festa de *Corpus Christi* é uma tradicional manifestação cristã. Sua origem remonta ao século XIII, quando do imaginário da época passa a surgir o questionamento da veracidade de ser a hóstia o corpo de Cristo.

A data para se celebrar o corpo e o sangue de Jesus Cristo materializados na eucaristia surgiu no ano de 1264. Na ocasião, o papa Urbano IV instituiu a celebração do Corpus Christi após dois episódios. O primeiro deles foi com Santa Juliana. Ela teve visões nas quais, Jesus pedia que o ministério da eucaristia fosse celebrado com destaque.

Outro fator que levou à criação do Corpus Christi foi a ocorrência do chamado “Milagre de Bolsena”.

Segundo informações publicadas na coletânea “Edizioni San Clemente”, da editora italiana Unilibro, o milagre ocorreu quando um sacerdote celebrava a Santa Missa em Bolsena, na cripta Santa Cristina, na Itália. Ao partir a Santa Hóstia, viu verter sangue dela.⁴⁹

Segundo afirmam os cristãos, à comprovação do que diziam ser a hóstia, dela jorraram gotas de sangue na mesa sem que manchassem as mãos do sacerdote. O Papa Urbano IV solicitou a levada daquele material santo para Orviedo, formando-se uma grande procissão.

A partir deste fato, foi instituído com a Bula “*Transiturus*” de 11 de agosto de 1264 a festa de *Corpus Christi*, para ser celebrada na quinta feira após a Festa da Santíssima Trindade, que ocorre no domingo depois de Pentecostes.⁵⁰

A tradição dos tapetes surgiu no Brasil no século XVIII, com os imigrantes açorianos que os montavam com folhas e flores para prestigiarem os passos da procissão.

⁴⁸ FRANCA celebra feriado de Corpus Christi com missa solene e procissão. **Jornal da Franca**, Franca, 31 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.jornaldafranca.com.br/franca-celebra-feriado-de-corpus-christi-com-missa-solene-e-procissao/>>. Acesso em 27 out. 2021.

⁴⁹ Texto extraído de Província Marista Brasil Centro Sul. Disponível em: <<https://marista.org.br/blog/corpus-christi/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

⁵⁰ FESTA de Corpus Christi nasceu de um milagre eucarístico. Disponível em: <<https://pt.aleteia.org/2021/06/02/festa-de-corpus-christi-nasceu-de-um-milagre-eucaristico/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

No período Barroco, com o engrandecimento das artes, a confecção dos tapetes foi incorporada às diversas características de celebração das festas religiosas, incluindo uma profusão de cores, materiais, numa verdadeira profusão de criatividade.

Franca é uma das cidades onde ainda se confeccionam os tapetes. O ritual na celebração de *Corpus Christi* remonta o início do século XX e permanece devido ao apoio dos fiéis e simpatizantes francanos, pois as treze paróquias do Município auxiliam na elaboração das alusões religiosas dispostas em forma de tapete, para o que concorre o público sempre interessado em registrar a beleza dos mesmos.

Em entrevista ao jornal Comércio da Franca, datada de 17 de junho de 2006, o participante João Lucas Rezende declarou: “[...] *depois que a gente vê pronto, fica difícil acreditar que foi nós mesmos que fizemos. Eu me sinto um artista*”.⁵¹

A arte detentora de uma média de dois mil metros quadrados de comprimento é disposta ainda hoje, no entorno da Praça Nossa Senhora da Conceição, a partir da Matriz, onde se celebra a Missa e inicia-se a Procissão, mas por volta dos anos de 1960 chegaram a preencher as ruas do principal caminho entre a Matriz e a Paróquia de Nossa Senhora das Graças.

Conforme a tese do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, desejosa de ilustrar as hipóteses e procedimentos do que se constitui como um tombamento de um bem relevante à comunidade, e, sobretudo, demonstrar o envolvimento e identificação da população com o mesmo, percebeu-se serem as festas as mais citadas como os representantes de identidade e memória religiosa.

Notamos não ser diferente em Franca, sendo o trabalho uma característica de arte genuinamente coletiva preservando a tradição cultural carregada de simbolismo religioso.⁵²

⁵¹ CENTENAS de pessoas confeccionam o tapete de Corpus Christi. E milhares foram até à praça vê-lo. **Comércio da Franca**, Franca, P. C.2, 17 jun. 2006.

⁵² Histórico baseado no estudo de tombamento elaborado pelo CONDEPHAT. [Cópia digital do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”].

TÚMULO DO DR. ALBERTO AZEVEDO. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538 de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 019; quadra 04.

Alberto de Azevedo nasceu em Franca, SP, em 14 de março de 1877, filho de Antônio Canuto de Azevedo e Anna Canuto de Azevedo.

Foi literato, historiador, artista plástico e um dos grandes juristas francanos, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, chegando ao cargo de Promotor de Justiça.

Em 08 de agosto de 1908 casou-se com Carmelita Caleiro, filha de Higino de Oliveira Caleiro e Anna Euzébia Caleiro.

Contudo, tomado por graves problemas de saúde, Alberto de Azevedo faleceu em 23 de agosto de 1911.

A Lei n. 6.847, de 18 de julho de 1962 denominou “Fórum Alberto de Azevedo”, o fórum de Franca, rendendo justa homenagem a um dos grandes nomes do Direito desta cidade.

A Sepultura em mármore Carrara apresenta estilo neogótico, predominante no Cemitério da Saudade, sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Dotado da verticalidade e arcos ogivais, traz ainda, ornamentos em relevo característicos do ecletismo.

A consulta aos livros de registros de sepultamento do Cemitério da Saudade nos mostraram que Natale Frateschi se encarregou de tratar sobre o processo de sepultamento do Doutor Alberto de Azevedo.

Sendo Frateschi um dos grandes artistas da arte tumular da época, tudo indica ser ele o artista responsável pela confecção da sepultura em análise.⁵³

⁵³ Fontes consultadas: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Subsídios Históricos. CONDEPHAT. Processo de tombamento nº 49.935/1999. BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)> Acesso em: 09 set. 2021.

TÚMULO DA FAMÍLIA VIRGÍNIO PEREIRA (jazigo capela da Família Virgínio Pereira).
Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538 de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 544; quadra 02.

O Coronel Virgínio Pereira dos Santos foi casado em primeiras núpcias com Emília de Oliveira Santos, falecida em 1917, com quem teve sete filhos.⁵⁴ Consta ainda nos registros do Arquivo Histórico de Franca, que Virgínio foi casado ainda com Rosa Louzada Pereira, Luzia Pereira Santos e Geralda de Oliveira Santos.

Influente político e fazendeiro, teve participação importante no desenvolvimento local, sobretudo no início do século XX. Faleceu em São Paulo, em 08 de janeiro de 1951.⁵⁵

Seguindo o costume das famílias abastadas da época, as quais optavam por recintos privativos para seus entes falecidos, este Jazigo-capela em estilo neogótico ostenta arcos ogivais, pináculos e imagens de anjos e santos. Mármore cinza e branco reforçando o acabamento, construído pela marmoraria Frateschi.⁵⁶

⁵⁴ Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Testamento de Emília de Oliveira Santos. 1º Ofício Cível, caixa 469, processo nº 0196.

⁵⁵ Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Subsídios Históricos. Biografias.

⁵⁶ BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)> Acesso em: 09 set. 2021.

TÚMULO DO CEL. JACINTHO DA SILVA (jazigo Capela Família Jacintho Silva). Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538 de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 626; quadra 01.

Antônio Jacintho da Silva era natural de Dolores do Aterrado (atual Ibiraci), MG, filho de Jacintho Honório da Silva e Maria das Dolores Ferreira. Foi casado com Blandina Cândida da Silva.⁵⁷

O Coronel Antônio Jacintho da Silva foi um dos grandes agricultores que contribuíram para o desenvolvimento do município de Franca e região. Faleceu em 15 de junho de 1915, com 66 anos de idade.⁵⁸

Jazigo Capela da década de 1910, segundo Maria Elízia Borges, a tendência da época era levar a igreja para o cemitério. Uma das maneiras de evidenciar o *status quo* das famílias tradicionais da cidade.

Sua arquitetura apresenta festões, piras, retratos e pilastras. No topo, o Cristo contempla o poder sacralizador do local.⁵⁹

⁵⁷ Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Testamento de Antônio Jacintho da Silva. 1º Ofício Cível – Processo n. 180 – caixa 472.

⁵⁸ Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Registros de Sepultamento do Cemitério da Saudade.

⁵⁹ BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)>. Acesso em: 09 set. 2021.

TÚMULO DE SABINO LOUREIRO. Cemitério da Saudade. Decreto nº. 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 211; Quadra 01.

Nascido em Itaqui, RS, em 11 de julho de 1870, Sabino Loureiro foi um dos grandes professores de História que já passaram por Franca. Apaixonado pela cidade e seu povo, Sabino dedicou-se ainda ao jornalismo e aos interesses locais, lecionando inclusive, gratuitamente a alunos que não tinham acesso à instrução, em um curso noturno mantido por ele no Bairro Estação.

Faleceu em 06 de agosto de 1927, recebendo grande homenagem da população francana.⁶⁰

Sepultura construída na década de 1920 o granito e pedra apresentam simplicidade e harmonia ao monumento.⁶¹

TÚMULO DE MARIA CONCEIÇÃO LEITE DE BARROS. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 293; quadra 01.

⁶⁰ Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Subsídios Históricos. Biografias.

⁶¹ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 49.935/2009.

Maria Conceição Leite de Barros, também chamada de Consuelo, era natural da cidade de São Paulo. Aos 21 anos, em 1929, veio à Franca, de onde se dirigiu à região atual de Cristais Paulista, à fazenda do pai de um estudante de Direito em São Paulo, pelo qual se apaixonara e se encontrava grávida e abandonada pelo mesmo.

Faleceu no local, com um tiro no peito em circunstâncias contraditórias e nunca esclarecidas. Seu corpo foi entregue pela família do rapaz ao motorista que a teria levado à fazenda, o qual o deixou na delegacia de Franca.

Tratado pelos autos policiais como suicídio, a morte trágica, prematura, envolta em mitos e mistérios foi o suficiente para suscitar a comoção da população que não aceitou a versão oficial do suicídio, acreditando ter sido, a jovem, vítima de um crime hediondo, praticado pelo “sogro”.

Esse é apontado, na oralidade, “como um rico fazendeiro da região que, refratário ao casamento de seu filho, covardemente assassinou a jovem e simulou a versão policial.”

A morte trágica de Consuelo, executada por poderosos na versão popular, se alojou na memória e no imaginário de moradores locais e regionais sendo recontada e popularizada por meio da oralidade entre as gerações, ou mesmo por uma literatura popular, anônima, onde os martírios, a gravidez e os sofrimentos da jovem são recriados com nuances heroificadas e poéticas.

Os devotos costumam visitar o túmulo de Consuelo em busca de proteção ou de soluções para as aflições. A fama de seus “milagres” constitui-se no grande apelo para que parte da população continue adotando-a como a mediadora entre o divino para a obtenção de suas graças.⁶²

TÚMULO DA FAMÍLIA CAETANO PETRÁGLIA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 599; quadra 01.

⁶² Fontes consultadas:

GAETA, Maria Aparecida J. V. “**Santos**” que não são santos: estudos sobre a religiosidade popular brasileira. Mimesis, Bauru, v. 20, n. 1, p. 57-76, 1999. Disponível em: <mimesis_v20_n1_1999_art_05.pdf (unisagrado.edu.br)>. Acesso em 13 set. 2021.

Condephat – processo de tombamento nº 49.935/2009.

Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Subsídios Históricos. Biografias.

Sepultura em mármore. Destaque para a escultura e o relevo em pedra representando detalhes religiosos, como o Cristo que cai com o peso da cruz.

Caetano Affonso Gaspar Antônio Petráglio (Cavalheiro Petráglio) nasceu na Vila de Piaggine Soprane, Província de Salerno, Itália, em 29 de agosto de 1848. Foram seus pais: Antônio Petráglio, advogado e Sra. Carolina Vairo Petráglio.

Realizou seus estudos iniciais em sua terra natal e mais tarde completou seus estudos secundários em Salerno.

Em Nápoles, cursou dois anos de medicina e interrompeu os estudos por razões financeiras e devido à morte de seus pais; tendo que substituí-los na educação e criação de seus irmãos.

Um pouco antes de 1870, alguns de seus parentes haviam imigrado para o Brasil e se estabeleceram na região de Franca. Nesta mesma época encontravam-se em Franca os cônegos Francisco Petráglio e Ângelo Petráglio. Foi esta a razão pela qual Caetano Petráglio procurou Franca e aqui se radicou definitivamente em maio daquele ano.

Chegando à Franca, juntamente com Emílio Petráglio, estabeleceu-se com uma pequena botica (farmácia), comprada a prestações. Por algum tempo foi proprietário do Hotel do Comércio.

Em 1882, aos trinta e quatro anos de idade, casou-se com Dona Eufrásia Amélia Monteiro, filha do Capitão Manoel Monteiro de Araújo e Dona Maria Eufrásia Nogueira. Desse casamento nasceu um único filho: o Dr. Antônio Petráglio.

Prestou relevantes serviços à população francana, quer como farmacêutico, quer como cidadão dotado de grande coração e sempre prestativo a atender os que dele necessitavam.

Também participou da batalha contra a febre amarela. Sua farmácia, seu lar e sua vida sempre estiveram à disposição da cidade.

Sua atividade não se limitou à profissão de farmacêutico. Junto com o francano Francisco Tárzia, montou em Franca a primeira fábrica de cervejas do interior do Estado de São Paulo.

Em 1896, fundou o Banco Meridional, uma agência bancária para facilitar as transações cambiais com a Europa, principalmente com a Itália. Foi também, um dos fundadores do PRP (Partido Republicano Paulista), juntamente com Simão Caleiro, Francisco Martins, João de Faria e Júlio Cardoso.

Na Santa Casa de Franca foi provedor e grande incentivador do seu progresso. Por seus trabalhos fora da Pátria distante, mas sempre elevando o nome da Península Italiana, recebeu as condecorações de Cavalheiro Oficial.

Caetano Petráglio faleceu aos 77 anos de idade, em 27 de junho de 1925.

Da mesma forma, seu filho **Antônio Manoel Monteiro Petráglio**, nascido em Franca em 29 de abril de 1886, foi um médico respeitado por sua dedicação ao atendimento à comunidade francana. Especializado em ginecologia, obstetrícia e pediatria, dedicou grande parte de sua vida à profissão e às causas sociais, participando da fundação do Instituto de Proteção e Assistência de Franca, além de contribuição indispensável para o controle da gripe espanhola na cidade, em 1918.

Foi vereador e diretor clínico da Santa Casa, contribuindo também com várias doações de terrenos para a construção de órgãos públicos, como o terreno da Escola Doutor Júlio Cardoso, Parque infantil na Estação, Igreja de São Judas Tadeu, entre outros.

Foi professor voluntário junto com Sabino Loureiro, criando também, a Sociedade Francana de Belas Artes.

Como não se casou e nem teve filhos, Antônio Petráglio em testamento criou o Instituto Família Cavaleiro Caetano Petráglio (Infacape), que administra e atua em causas sociais, a qual, após sua morte, também doou ao Estado o terreno do novo Campus da UNESP (Universidade Estadual Paulista), inaugurado em 2009, e a área do Cemitério Santo Agostinho.

Doutor Antônio Petráglio faleceu em 19 de junho de 1957, aos 71 anos, por complicações de diabetes.⁶³

TÚMULO DO PADRE ALONSO FERREIRA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número da sepultura: 335; quadra 01.

O Padre Alonso Ferreira de Carvalho nasceu no dia 18 de maio de 1844 na cidade de Araxá, MG. Filho de João Ferreira de Carvalho e Maria Francisca da Conceição, estudou no colégio dos Lazaristas São Vicente de Paulo, na cidade de Campo Belo, MG.

Em 20 de setembro de 1874 foi ordenado sacerdote pelo Seminário de Goiás. Foi Vigário na cidade de Santa Juliana, próximo à Araxá.

No ano de 1880 transferiu-se para Franca. Na cidade, não foi Vigário e sim coadjutor e fabriqueiro da Igreja Matriz. Foi o fundador e primeiro Vigário da Paróquia de Cristais Paulista, segundo o Almanaque da Franca (1943).

Como coadjutor (de 13 de fevereiro de 1881 a 13 de fevereiro de 1888) juntamente com outros padres, auxiliou Monsenhor Cândido Rosa, vigário da paróquia de Franca, pertencente, nessa época, a diocese de Ribeirão Preto.

Em 1898, Monsenhor Rosa se afastou das atividades da paróquia por problemas de saúde, vindo a falecer em 21 de abril de 1903.

⁶³ Fontes consultadas:

Condephat – processo de tombamento nº 49.935/2009.

Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” Subsídios Históricos – Biografias.

SCOT, Tânea Maria Souza; SILVA, Rita Marta Mozetti. Escola Caetano Petráglio. Excelência educacional.

Registros e Memórias. In: AÍMOLI, Michele; SILVA, Analice (orgs). Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P. 126-30.

Padre Alonso Ferreira de Carvalho, desde 1891, por indicação do vigário, passou a exercer as funções de fabriqueiro da Matriz, uma espécie de tesoureiro que administrava o patrimônio da Igreja.

Permaneceu neste cargo até 19 de setembro de 1929, quando faleceu às 13 horas deste, sendo sepultado no dia seguinte, causando grande repercussão na cidade, por tratar-se de uma pessoa querida da população.

Padre Alonso, além do Sacerdócio, desempenhou também a função de Capitalista e empreendedor, possuindo terras, e sendo fundador do primeiro curtume francano, além de atuar ainda na realização de empréstimos a juros, entre outras operações financeiras.⁶⁴

Sua sepultura em granito traz como ornamento apenas uma cruz no alto, demonstrando leveza, sem grandes detalhes na sua confecção.⁶⁵

TÚMULO DE JOSÉ GARCIA DUARTE, BARÃO DA FRANCA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 016; quadra 01

Nascido em 08 de novembro de 1824 em Arcângelo, ex-São Miguel do Cajuru, José Garcia Duarte era filho de Antônio Garcia Duarte e de Ana Vitória.

Ainda menor, transferiu-se com sua família para a Província de São Paulo, fixando-se no distrito de São Simão, região de Casa Branca.

Transportou-se para esta cidade quando neste Estado agitava-se com certa intensidade o plantio cafeeiro. Nela se fez lavrador pertinaz e inteligente, sendo o primeiro cultivador a montar a primeira máquina de beneficiar café em Franca.

Participou da vida política francana, sendo eleito por duas vezes vereador à Câmara Municipal.

Além de vereador e presidente da Câmara, em 1873, o Coronel Duarte ocupava o cargo de Delegado de Polícia da Comarca de Franca, acumulando ainda o cargo de Capitão da Guarda Nacional, 1ª Companhia, Estado Maior, 8º Esquadrão de Cavalaria.

⁶⁴ FERREIRA, Valdir Geraldo. **Alonso Ferreira de Carvalho: Padre e Capitalista**. Artigo digital arquivado nos subsídios históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”.

⁶⁵ Condephat – processo de tombamento nº 49.935/2009.

Nas eleições municipais de 1882 foi o cidadão mais votado.

O Barão da Franca destacou-se também como benemérito cidadão, promovendo campanhas de assistência social aos pobres e às instituições de saúde e caridade.

Em 1888, pelos serviços prestados à comunidade francana, recebeu de D. Pedro II o título de “Barão da Franca”, entrando para a história como único cidadão francano (apesar de não ter nascido aqui) a receber uma comenda do regime monárquico.

Casou-se em primeiras núpcias a 12 de junho de 1853, com Ana Cândida Junqueira, filha de José Bernardes da Costa Junqueira e de Inácia Diniz Junqueira, tendo duas filhas: Firmina Garcia Duarte e Inácia Garcia Duarte.

Tornou-se viúvo em 29 de outubro de 1872 e casou-se em segundas núpcias com Maria Amélia Vassimon, natural de Ibiraci, filha de Nicolau Tolentino de Vassimon e de Maria Rita Carolina Vassimon, mais tarde, Baronesa da Franca, com quem não teve filhos.

Construiu o palacete Baronesa da Franca, prédio que ainda existe na Praça Barão da Franca. Nesse prédio residiu por muitos anos.

O Barão era um grande admirador das artes e em virtude disso, construiu o Teatro Santa Clara, destruído em um incêndio. Foi o construtor da primeira ponte sobre o rio Sapucaí e foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia de Franca.

Faleceu em 09 de fevereiro de 1891, tendo recebido por ocasião do sepultamento uma verdadeira consagração por parte da população francana.⁶⁶

Sepultura em mármore Carrara, traz como ornamento principal, uma mulher em prantos segurando uma coroa de flores, chorando a perda do seu ente.⁶⁷

TÚMULO DE FERNANDO ROSA PUCCI. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 158, quadra 01.

⁶⁶ Biografia extraída de ARANEGA, Rita de Cássia Argente; TREVISANI, Fernanda. Escola Barão da Franca. In: Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P. 77-104.

⁶⁷ Informações baseadas na análise do processo de tombamento Condephat nº 49.935/2009 e no trabalho de BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)>. Acesso em: 09 set. 2021

Sepultura de uma criança. Fernando Rosa Pucci, falecido em 25 de junho de 1976, com 31 dias, filho de Cláudio Pucci e Maria Cristina Rodrigues Vilella Rosa Pucci.⁶⁸

Sepultura confeccionada em mármore, provavelmente no ano de 1896. “As crianças dormem” representando o descanso eterno advindo com a morte.⁶⁹

Maria Elízia Borges em sua pesquisa sobre arte funerária ressalta que “uma das características particulares deste cemitério foi reservar as primeiras quadras, do lado esquerdo, apenas para túmulos de crianças. “É essencial penetrar no espaço físico e na alma do cemitério que deu um valor especial para as crianças falecidas no início do século XX, em Franca.⁷⁰

TÚMULO DE JOÃO A. DE ARAÚJO PINHEIRO E DE MARIA AMÉLIA ARAÚJO PINHEIRO (BARONESA). Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 093; quadra 04.

Datada da década de 1920, “a Pranteadora” representa uma mulher ajoelhada sobre o túmulo e que interpreta em pranto o lamento e a dor da perda do Dr. João Antunes de Araújo Pinheiro. A coroa de flores indicativa de uma alegoria divina representa a vitória da alma humana sobre o pecado e a morte. Construído por Attílio Glerice. São Paulo.⁷¹

Maria Amélia de Vassimon, filha de Nicolau Tolentino de Vassimon e de Maria Rita Carolina de Vassimon, nasceu aos 26 de junho de 1859 na Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Aterrado, atual cidade de Ibiraci, no Estado de Minas Gerais.

Casou-se em primeiras núpcias com o Capitão José Garcia Duarte (futuro Barão da Franca), em fevereiro de 1873, Contando a menina Maria Amélia, treze anos de idade, assim como Ignácia, sua enteada. O Capitão José Garcia Duarte estava com 48 anos de idade.

⁶⁸ Arquivo Histórico. Cópia do Registro de óbito do Cemitério da Saudade. CONDEPHAT. Processo de tombamento nº 49.935/2009.

⁶⁹ BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)>. Acesso em: 14 set. 2021.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)> Acesso em: 20 set. 2021.

Por ter sido fundador do Lazareto, casa de socorro e auxílio aos leprosos, também da Santa Casa de Misericórdia de Franca e do Theatro Santa Clara, situando se este, ao fundo da atual agência dos Correios, dentre muitas outras melhorias que promoveu na Vila Franca, o Capitão José Garcia Duarte, recebeu do imperador D. Pedro II o título de “Barão da Franca”, no ano de 1888.

Neste período construiu na Praça da Aclamação, atual Praça Barão da Franca, a segunda casa assobradada da Vila. Denominou-a Palacete Baronesa da Franca. O outro sobrado que existia era o de seu cunhado, Coronel Antônio Flávio Martins Ferreira, anos mais tarde adquirido pelo Dr. Gusmão.

O Capitão José Garcia Duarte, Barão da Franca, morreu em 09 de Fevereiro de 1891, aos 66 anos de idade, tendo usufruído deste título por apenas três anos.

Viúva aos 32 anos de idade, a Baronesa da Franca, D. Maria Amélia Garcia Duarte, sem filhos, herdou uma grande fortuna, além das concessões favorecidas pelo título.

Casou-se no ano seguinte em segundas núpcias, no dia 28 de janeiro de 1892 com o Juiz de Direito, Dr. João Antunes de Araújo Pinheiro, recebendo o sobrenome Araújo Pinheiro.

O Juiz de Direito, Dr. João Antunes de Araújo Pinheiro, nasceu na cidade do Espírito Santo, Estado de Pernambuco, no dia 17 de outubro de 1857.

Era filho de Antônio Antunes da Silva e de Teresa Francisca dos Santos Pinheiro.

Formou-se em ciências sociais e jurídicas na Faculdade de Direito do Recife, tendo exercido na Comarca de Franca, os cargos de Promotor Público, Juiz Municipal e Juiz de Direito, abandonando a Magistratura possivelmente em 1895.

Fazendo referência aos cargos públicos que ocupou, declarou ter "... procedido sempre com a necessária independência e imparcialidade no cumprimento de meus deveres, sem ligações nem favores de Diretórios políticos".

Maria Amélia de Araújo Pinheiro foi por ele instituída herdeira universal, recebendo por ocasião de sua morte, ocorrida em 05 de fevereiro de 1914.

Maria Amélia de Araújo Pinheiro, a Baronesa da Franca, faleceu em 28 de março de 1929, poucos meses antes de completar setenta anos.

Em testamento, deixou seus bens para várias instituições religiosas e de caridade, como a Santa Casa e Igreja Católica, sendo também sua vontade, a construção de um asilo para crianças órfãs, preferencialmente no palacete, onde residiu grande parte de sua vida.⁷²

⁷² As biografias de Maria Amélia de Araújo Pinheiro, José Garcia Duarte e João Antunes de Araújo Pinheiro foram extraídas do seguinte referencial bibliográfico:
LIMA, Luz Nadia. Barão da Franca, baronesa e o juiz de Direito. **Comércio da Franca**, Franca, 28 nov. 1999. Caderno Especial de aniversário de Franca.
CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 49.935/2009.

TÚMULO DE FRANCISCA LUIZA DE MACEDO. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 530; quadra 02.

Construída em mármore, provavelmente entre o final dos anos 1910 e início da década de 1920, destaque para a figura do anjo ao centro, como guardião do túmulo da família Macedo.

Francisca Luiza de Macedo faleceu em 22 de março de 1919, aos 40 anos de idade, casada com Carlos Pacheco de Macedo, com quem teve sete filhos.

Carlos Pacheco de Macedo destacou-se como comerciante no ramo de couro e selaria, fundando a primeira indústria de calçados mecanizada de Franca, em 1921, a “Calçados Jaguar”.

Embora o empreendimento tenha durado apenas cinco anos, quando teve sua falência decretada, Carlos Pacheco abriu caminho para que novos empreendedores dessem continuidade ao seu idealismo e pioneirismo.

Carlos Pacheco deixou Franca, fixando morada em Jundiaí, e, posteriormente, no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1938.⁷³

⁷³ Fontes consultadas: CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 49.935/2009.

ARQUIVO HISTÓRICO CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO. Processo de inventário de Francisca Luiza de Macedo. 2º Ofício Cível. Processo nº 946. Caixa 063.

CEM nomes da História. **Comércio da Franca**, Franca, 28 nov. 1999. Caderno Especial de Aniversário de Franca.

TÚMULO DOS BATALHADORES. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.



Número de sepultura: 263, quadra 02.

Trata-se de um Monumento Funerário coletivo em homenagem aos soldados constitucionistas francanos que perderam a vida nas batalhas de 1932.

A Marmoraria dos Irmãos Minervino adotou formas geométricas estilizadas advindas do *art déco*, para homenagear o mérito desses heróis revolucionários.⁷⁴

Arnaldo Vilhena; Mário Masini; Octacílio Dias Fernandes; João Batista de Araújo; Adriano Cintra; Hermes de Moura Borges; Jayme de Aguiar Barbosa; José Ferreira e José Rufino são os nove francanos que morreram defendendo o estado de São Paulo quando este se insurgiu contra o governo federal, de Getúlio Vargas, exigindo a mudança do interventor paulista e a convocação de uma assembleia constituinte.⁷⁵

⁷⁴ BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)> Acesso em: 16 set. 2021.

⁷⁵ MUSEU Histórico José Chiachiri. 09 de julho: **São Paulo em Armas pelo Brasil**. Constituição. Franca, SP, 2011.

PORTAL DO CEMITÉRIO DA SAUDADE. Situado à Rua Simão Caleiro, nº 1450, Centro, Franca, São Paulo. Decreto nº. 9.538, de 25 de novembro de 2010.



A construção do Cemitério da Saudade, no ano de 1855, ocorreu no sentido de adequar o espaço urbano municipal às novas exigências relacionadas às questões de saúde pública e da própria expansão urbana, determinadas a partir de 1828, no reinado de Dom Pedro I, quando não mais seria permitida a realização dos sepultamentos no interior das igrejas.⁷⁶

Vale ressaltar que a realização dos sepultamentos, seja no interior ou nos arredores das igrejas, se caracterizava como maneira de aproximação com os santos e com Deus. Para Lopes (2014), “Os religiosos acreditavam que o último lugar de repouso deveria ser perto dos santos. Por isso, eram enterrados nas igrejas. Não há nada mais sagrado que um templo”.⁷⁷

No caso de Franca, a atual fonte luminosa se encontra onde se localizava o antigo cemitério junto à antiga matriz, demolida em 1912.⁷⁸

No ano de 1884, em razão das constantes reclamações sobre o estado de abandono que se encontrava o Cemitério da Saudade, a municipalidade assumiu a administração do local.

Construído no estilo neoclássico, cuja condução da obra teve como responsável o construtor Ricardo Soldá, as pesquisas realizadas pelo Arquivo Histórico revelam que o pórtico de entrada do Cemitério da Saudade teve sua conclusão no final do ano de 1934.

Conforme destacado pelo jornal “Comércio da Franca”, edições de 28 de outubro e 04 de novembro de 1934, naquele momento o pórtico do Cemitério da Saudade foi entregue à população, especificamente na gestão do então prefeito Dr. Zenon Fleuri. “A elle deve-se o

⁷⁶ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 49.935/2009. ARQUIVO HISTÓRICO CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO. (subsídios Históricos – Cemitérios).

⁷⁷ LOPES, Régis. Enterros em igrejas foram prática comum até o século XIX. *Jornal O Povo* [online], Fortaleza, 02 nov. 2014. Disponível em:

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/11/01/noticiasjornalcotidiano,3341197/enterros-em-igrejas-foram-pratica-comum-ate-o-seculo-xix.shtml>>. Acesso em: 05 out. 2021.

⁷⁸ Conforme estudo de Wanderley dos Santos, 1990.

magestoso pórtico que hoje se ergue à entrada do cemitério local, com escriptório e um necrotério cuja necessidade de ha muito se fazia sentir.”⁷⁹

O mesmo periódico destacava ainda, que

Concluídas definitivamente suas obras, estas já entregues à prefeitura pelo competente constructor Ricardo Solda, o magestoso pórtico que se ergue à entrada principal do cemitério local, com sala para sua administração e commodo para necroterio. Além de se tratar de um serviço que em muito concorreu para melhorar consideravelmente o aspecto de nossa necrópole, vem elle preencher uma grande necessidade, que era o necroterio.⁸⁰

Sua construção alicerçada por colunas que remetem à arquitetura Grega no estilo clássico dão ao mesmo, estética e proporções que o qualificaram como objeto de preservação, sendo então, tombado pelo Condephat local.

CAPELA DO CEMITÉRIO DA SAUDADE. Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010. Situada no Interior do Cemitério da Saudade de Franca, na região central do mesmo.



No tocante à presença das capelas no interior dos cemitérios, Maria Elízia Borges (2006) ressalta que a partir do século XIX, como forma de manter a ligação temporal-espiritual, tem-se a iniciativa de se levar a igreja para o cemitério (lembrando que até então o cemitério se encontrava dentro da igreja) permitindo ainda que os visitantes pudessem ali, rezar pelos seus entes queridos, seja de forma coletiva ou individual.⁸¹

⁷⁹ UM Administrador. **Comércio da Franca**. Franca, 28 out. 1934. [p. 80 do acervo digital do arquivo histórico].

⁸⁰ O Pórtico do Cemitério. **Comércio da Franca**. Franca, 04 nov. 1934. [p. 84 do acervo digital do arquivo histórico].

⁸¹ BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em:

<www.artefunerariabrasil.com.br/camiterio/cemiterio-da-saudade-franca/#galeria>. Acesso em: 03 nov. 2021.

No caso dos jazigos-capela, construídos sobre determinadas sepulturas, Borges observa que tratava-se também, de uma maneira de se colocar em evidência “o *status quo* das famílias tradicionais da cidade.”⁸²

No tocante à Capela de São Miguel, segundo Wanderley dos Santos (1990)⁸³, sua construção já era cogitada em 1878. Contudo, as pesquisas nos mostraram que sua concretização só ocorreu em 1901. Construção esta vinda da iniciativa de Belarmino Lopes Valadão, tendo como construtor Constantino Caza Bona.

Em 15 de outubro de 1908 o jornal “Tribuna da Franca” ao dedicar uma nota em razão do falecimento de Belarmino, descreveu sua trajetória enaltecendo alguns de seus feitos, incluindo a obra da referida capela:

Após longos padecimentos finou-se nesta, na tarde de segunda-feira última o estimado Cap. Bellarmino Lopes Valladão, abastado capitalista que aqui residia ha muitos annos.

O pranteado extinto era casado com a Sra. D. Rosalina Lopes de Oliveira, de cujo enlace não houveram filhos.

Alma essencialmente caridosa e moldada nos mais puros sentimentos da religião christã, legou por isso parte de sua fortuna à Egreja Matriz e a diversas instituições pias desta cidade.

Possuidor de um caracter probo, honesto e verdadeiramente dedicado às boas causas, prestou assignalados serviços a esta terra, entrando neste numero a capella de S. Miguel, erecta no cemitério, a qual foi construída sob sua administração, quasi que totalmente a sua custa.⁸⁴

Com 117 anos de existência, a Capela de São Miguel se constituiu como símbolo religioso e local de conforto para receber as orações daqueles que ali sepultaram seus entes queridos, sendo inclusive tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca, por meio do Decreto nº 9.538, de 25 de novembro de 2010.⁸⁵

⁸² BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil**. Disponível em: <www.artefunerariabrasil.com.br/camiterio/cemiterio-da-saudade-franca/#galeria>. Acesso em: 03 nov. 2021.

⁸³ SANTOS, Wanderley dos. **Cemitério da Saudade**. Subsídios históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. [Cemitérios] Ano 1990.

⁸⁴ FALLECIMENTOS. **Tribuna da Franca**, Franca, 15 out. 1908. [P.09 Acervo digital do Arquivo Histórico].

⁸⁵ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 49.935/2009.

ARQUIVO HISTÓRICO CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO. (subsídios Históricos – Cemitérios).

TÚMULO DA FAMÍLIA ORLIK LUZ. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.586, de 03 de março de 2011.



Número de sepultura: 0531, quadra 02.

Dr. Joaquim Orlik Luz nasceu em 28 de fevereiro de 1884 em Três corações, MG, filho de Maria Cândida Luz e Joaquim Deocleciano Luz.

Com o falecimento de Joaquim Deocleciano, Mariana, em 1888, com seus três filhos, Joaquim, João e Izaura, decide se mudar para Franca, em busca de melhores condições de vida e estudo para os filhos.

Com o apoio de João Miceno, dentista e seu conterrâneo, bem como de suas filhas que exerciam o magistério em Franca, matriculou os filhos na escola dirigida por elas em 1889.

João Luz formou-se em Farmácia, tendo sido um dos grandes profissionais na área, muito conhecido e respeitado em Franca.

Joaquim Orlik Luz, além da formação em Farmácia, buscou ainda a formação em Odontologia e Medicina, atuando especificamente em odontologia e posteriormente, na Medicina, onde ganhou profundo respeito e admiração do povo francano.

Joaquim Orlik casou-se em 1913, com Marieta Vilela de Andrade, com quem teve dois filhos, Nícia e Hélio.

Contudo, seis anos depois, Marieta faleceu em 1919, vítima da gripe espanhola, pandemia que ceifou a vida de muitos francanos.

Em agosto de 1920, Joaquim Orlik se casa em segundas núpcias com Ruth Barbosa Luz, com quem teve quatro filhos, Nadia, Ruy, Newton e Maria da Glória.

Com o passar dos anos dedicou-se também à agricultura, especialmente ao cultivo do café, na fazenda Petrópolis. Nome que atualmente também denomina o bairro criado nas adjacências da fazenda.

Assolado por complicações de hérnia inguinal por muitos anos, o Dr. Joaquim Orlik Luz faleceu em 16 de setembro de 1949.⁸⁶

⁸⁶ FALEIROS, José Reynaldo Nascimento. (Garcia Netto). **Filhos deste solo** – medicina & sacerdócio. Franca, SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007, P. 125-132.

O conjunto arquitetônico cuja escultura angelical e motivos floridos em mármore importado da Itália se constitui como homenagem aos membros de uma família que muito se dedicou ao bem estar e desenvolvimento da comunidade francana ali sepultados.⁸⁷

FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONOU A ANTIGA FÁBRICA DE CALÇADOS JAGUAR E O ANTIGO INSTITUTO BIOTERÁPICO. Decreto nº 9.632 de 20 de junho de 2011. Localizado na Rua Major Claudiano, nº1856, Centro.



Fachada do prédio em 1924.



Fachada do prédio em 2021.

Construído em 1919, este imóvel revela importantes aspectos da história de Franca, por tratar-se de um símbolo do período de transformação econômica vivido pela sociedade daquela época em razão do advento da mecanização da produção calçadista.

Sendo este prédio (terreno e sobrado), sede da primeira indústria de calçados de Franca, também resgata a memória de personalidades que ali passaram, como Major Elias Motta, o Major e empresário Carlos Pacheco de Macedo e os doutores Clóvis Ribeiro Vieira e Américo Maciel de Castro.⁸⁸

O edifício é também um dos poucos existentes na cidade no estilo arquitetônico eclético, que revela em sua superfície *art déco* mesclado com formas clássicas e belos detalhes, ainda que em sua base, esteja bastante descaracterizado.

As últimas décadas do século XIX, e o início do século XX, representaram o crescimento da implantação de indústrias em algumas regiões do país, sobretudo na capital paulista e cidades do interior.

Este crescimento revelou um considerável aumento nos recursos econômicos que refletiu a possibilidade de desenvolvimento aos municípios do Estado, até então dependentes exclusivamente da economia cafeeira de exportação e dos recursos do governo do Estado que buscou interferir com o Convênio de Taubaté no mercado do produto primário de exportação por meio de instituições de crédito e de controle da arrecadação do então chamado imposto de exportação.

⁸⁷ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 49.935/2009.

ARQUIVO HISTÓRICO CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO. (subsídios Históricos - Biografias).

⁸⁸ Histórico do Prédio extraído do CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 7.639/2011.

No município de Franca, a inserção da indústria calçadista não foi repentina, evoluiu do processamento de couros e do artesanato de selarias e produtos ligados ao transporte de mercadorias.

A primeira iniciativa de investimento em uma fábrica de calçados ocorreu no final da década de 1910 e a industrialização propriamente dita só amadureceu na década de 1930.

Destaca-se, então, o anseio da cidade de Franca em se modernizar, passando assim a compor o cenário em busca do embelezamento e higienização que caracterizam aquilo que o historiador Evaldo de Mello Doin denominou “*Belle Époque paulista*”⁸⁹ e com a qual as atividades urbanas articularam-se. Data do começo do século as primeiras intervenções no sentido do embelezamento da antiga área central que iria se transformar no centro urbano da cidade.

Franca, assim como as demais áreas interioranas no contexto da *belle époque*, assumiu aspectos do estilo *Hausmaniano* introduzido no Rio de Janeiro por Pereira Passos em 1903-1904. Muito desse estilo que visava constituir os chamados *Boulevards* foi empregado nos imóveis então construídos numa específica articulação de espaços públicos e privados em pleno processo de modernização.

Na medida em que se privilegiou, inicialmente, a modernização do espaço central do município, fato que ocorreu – como dito anteriormente – de maneira análoga a outras cidades, Franca não sofreu a intervenção de nenhum plano de remodelação do espaço físico, como ocorreu em outros lugares, pois nas demais a concentração de moradores pobres no centro redundou em desapropriações e em demolições. Já em Franca, porque o centro já estava ocupado pelos moradores mais abastados e influentes a necessidade de grandes desapropriações não exigiu uma maior atuação da municipalidade neste sentido⁹⁰, Portanto o que houve foram mudanças de imóveis residenciais para comerciais, além da expansão do centro.

As causas desse processo de expansão estiveram fortemente condicionadas pela riqueza oriunda da cafeicultura de exportação e não podem ser desconsideradas: a chegada de expressivo contingente de imigrantes, a movimentação interna de brasileiros de várias regiões e a expansão das linhas férreas de transporte do produto principal.

Esses foram fatores que se articularam de modo a consolidar as possibilidades de complementaridades entre a oferta do café e demais produtos agrícolas e matérias-primas formando sólidos liames entre a capital e o interior, estabelecendo cadeias produtivas de abastecimento interno tanto no setor dos gêneros alimentícios, como no setor de bens de consumo industrializado.

Carlos Pacheco de Macedo e a Fábrica Jaguar

Neste fluxo de migrantes, destaca-se na cidade de Franca o nome do Major Carlos Pacheco de Macedo, responsável pela inserção da primeira fábrica de calçados mecanizada em Franca, a “Jaguar”, oriunda da transformação de sua antiga selaria. O Major nasceu em Formiga, Minas Gerais, em 04 de novembro de 1875. Pouco se sabe a respeito de suas origens, é provável que tenha sido carreiro até fixar-se em Franca, em 1896. Contudo, obteve sucesso como negociante.

⁸⁹ DOIN, Evaldo de Melo. **Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do Café**. Vol. I. Franca: UNESP/FHDSS, 2001. Tese de Livre Docência.

⁹⁰ FOLLIS, Fransérgio; **Modernização Urbana na Belle Époque paulista**; Unesp, 2004, p.56.

A “Carlos Pacheco & Cia”, gerenciava transações de compra e venda e de fabricação de selas sob encomenda, e foi tornando-se economicamente relevante no município, pois na época decorria uma tendência de negócios no domínio familiar, de parentesco⁹¹, os quais muitas vezes, dependiam de que ambas as relações, comercial e familiar, estivessem positivas para prosseguirem. Aliado a estes fatores que inibiram as empresas concorrentes, e aos anseios e iniciativas de Carlos Pacheco, como o investimento no aumento da produção, o Major transformou sua selaria na fábrica de calçados Jaguar. Contudo, em período de crise, no ano de 1926, a indústria Jaguar faliu.

Nos anos de florescimento econômico do Major Carlos Pacheco de Macedo, o mesmo adquiriu um complexo de residências que se situava ao lado do edifício a qual funcionava a fábrica de calçados, ao longo da Rua Major Claudiano, esquina com a Rua Voluntários da Franca.

Algumas construções incorporavam-se à fábrica, devido as suas necessidades de ampliações, contudo, o edifício em apreço acabou tornando-se sua residência. O edifício ainda teria os herdeiros de Pacheco como proprietários.

O citado edifício nos revela o estilo arquitetônico *eclético*, ou seja, a mistura de dois estilos sem necessariamente conceituar um novo, mesclando em sua superfície aspectos clássicos e de *art déco*, arte marcada pelo rigor geométrico e predominância de linhas verticais, havendo a tendência de tornar, através da percepção, o edifício mais alto. Em sua base havia destaque na riqueza de detalhes clássicos, no entanto, atualmente esta se encontra bastante descaracterizada.

O palacete conseguiu fama não apenas pela sua beleza arquitetônica, mas por ser reconhecido como a residência do Major Carlos Pacheco de Macedo.

Trata-se, ainda assim, de um dos vestígios dos primórdios da atividade calçadista, de vez que o imóvel anexo à residência de que trata essa exposição de motivos e no qual funcionou a primeira fábrica de calçados de Franca foi demolido no princípio da década de 1990 de modo a impedir que a memória relacionada a ele fosse preservada.

Américo Maciel de Castro Junior, Clovis Ribeiro Vieira e o Instituto Bioterápico Brasileiro

Nos primórdios da crise financeira referida anteriormente, e que atingiu de modo agudo os negócios de Carlos Pacheco, este se vê envolvido na obrigação de desfazer-se de alguns bens. Em 1924, vende o palacete de sua antiga residência. O edifício situado a Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 64, torna-se, em primeiro de junho de 1924, o “Laboratório de Analyses e Pesquisas Clinicas”⁹², posteriormente Instituto Bioterápico Brasileiro.

O Laboratório insere-se num contexto de formulação e disseminação de “teoria dos miasmas”, ideia que associava a ocorrência de epidemias com a insalubridade do meio urbano cuja mudança sugere reformas sociais com intuito de melhorar as condições de higienização e consequentemente de saúde da população⁹³.

Participaram da fundação do Instituto, o Doutor Américo Maciel de Castro Junior e o farmacêutico Clovis Ribeiro Vieira, ambos graduados no Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro.

⁹¹ TOSI, Pedro Geraldo: **Capitais no Interior: Franca e a História da Indústria Calçadista (1860-1945)**; Unesp 2003, p. 141-145.

⁹² Almanaque Histórico de Franca, 1943, p. VI.

⁹³ FOLLIS, Fransérgio; **Modernização Urbana na Belle Époque paulista**; Unesp, 2004, p. 63

Américo Maciel de Castro Junior nasceu em Franca e graduou-se como Médico Sanitarista pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo e microbiologista pelo Instituto Oswaldo Cruz. Foi Vereador, Deputado Estadual, Professor e Diretor da Escola Normal Livre de Franca, atual E.E. Torquato Caleiro. Em 1943, tornou-se diretor da instituição a qual ministrava Faculdade de Farmácia e Odontologia da universidade de São Paulo. Foi um importante pesquisador científico, tendo diversos artigos e trabalhos publicados⁹⁴. Contribuiu amplamente ao Instituto Bioterápico por seu empenho e inteligência.

Os dados sobre Clovis Ribeiro são escassos, sabe-se que este se empenhou a conscientizar a população sobre os perigos da hidrofobia, e da necessidade da vacinação anti-rábica, publicando diversos artigos e trabalhos.

Em 1927, foi criada com o auxílio do Capitão Joaquim de Paula Costa, junto dos poderes públicos, a seção Pauster, para atender pessoas atacadas por animais raivosos.

O Instituto Bioterápico é parte da história de Franca pelos seus duradouros serviços de vacinação anti-rábica, análises microscópicas e bacteriológicas, além da fabricação de inúmeros produtos farmacêuticos auxiliando a comunidade francana.

O Instituto Bioterápico encerrou as suas atividades, visto que os seus serviços prestados foram incorporados a outros setores da sociedade, como a Secretaria de Saúde.

O edifício passa, desde então, por uma série de proprietários, herdeiros da família de Sebastião de Carvalho, até voltar-se a atividades comerciais devido ao fato de suas características, entre elas: os dois pavimentos e a localização privilegiada, que tipificam o sobrado comportarem uma das grandes necessidades da contemporaneidade para a qual o imóvel é considerado adequado.

Dentre estes espaços comerciais a que se prestaram o uso do imóvel em tela, estão Sanbinos Calçados e Artefatos LTDA e Lojas Sândalo S/A. Por fim, o edifício é comprado pelo grupo Magazine Luiza uma das grandes empresas da cidade que se tornou uma rede de considerável abrangência, mas que nunca fez uso do imóvel para as suas finalidades operacionais.⁹⁵

⁹⁴ Biografia de Américo Maciel de Castro Jr; Arquivo Histórico de Franca: “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”

⁹⁵ Informações inseridas no Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 7.639/2011.

TÚMULO DO DR. JÚLIO CARDOSO. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011.



Quadra 02, sepultura número 546.

Júlio César Cardoso nasceu em Recife, no dia 04 de outubro de 1869 e faleceu em São Paulo, em 20 de junho de 1920. Foi jornalista, advogado e destacado político de Franca.

Ainda jovem transferiu-se para o Rio de Janeiro e, em 1889, iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo. Além de se dedicar aos estudos, também participava de intensos debates políticos na imprensa paulistana, na qual chegou ao cargo de redator do jornal “O Estado de São Paulo”.

Em 1893 recebeu o diploma de bacharel em Direito, mas não pôde exercer sua profissão por ora. Recrutado pelo governo da época, incorporou-se ao primeiro batalhão de Voluntários Paulistas.

Foi nomeado Promotor Público tanto de São Simão quanto de Franca, mas não exerceu esse cargo. Preferiu participar da política francana: indiretamente, por meio dos jornais da época – “Diário da Franca”, “O Município”, “A Gazeta”, “O Francano” – e diretamente, assumindo os cargos de vereador da Câmara, de 1898 a 1906, e de Juiz de Paz logo depois.

Em 1910, Júlio Cardoso foi eleito deputado estadual, exercendo o cargo por três mandatos seguidos, até 1920, quando veio a falecer.

Suas importantes iniciativas políticas, como a instalação de uma Escola Profissional – que hoje leva seu nome – e a construção de uma Delegacia de Polícia, foram grandes benefícios para os cidadãos deste município.

Veio a falecer ainda no auge de sua carreira política, vítima de uma congestão cerebral em um hotel em São Paulo.

Seu corpo foi trasladado para Franca, onde os francanos fizeram-lhe as devidas homenagens. Porém, o Estado teve que saldar as despesas do funeral, pois sua situação econômica quando de sua morte era muito precária.

Sua humilde sepultura no Cemitério da Saudade talvez não esteja à altura dos feitos deste ilustre homem – considerando somente critérios artísticos –, mas merece reconhecimento por representar parte de sua história.

TÚMULO DE YGINO RODRIGUES, o Poeta. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011.



Quadra 02, número de sepultura 3230.

Ygino Rodrigues nasceu em Goiás Velho, em 1872 e faleceu na Santa Casa de Misericórdia de Franca, aos 03 de julho de 1907, com apenas 35 anos. Pouco se sabe sobre sua vida antes e depois de sua chegada na Franca do Imperador – devido aos raros documentos e quase nenhum estudo – mas suas poesias são encontradas em vários jornais goianos, ribeirão-pretanos e francanos do final do século XIX e início do século XX.

Conta-se que um de seus primeiros feitos nesse município foi quando do seu casamento com Maria Thereza Espíndola aos 30 anos de idade. Essa mulher teria sessenta anos e muitos filhos, os quais acabaram por ser um empecilho na união: eles provavelmente não aprovavam tal relacionamento – um tanto incomum para a época –, chegando mesmo a expulsar o poeta da casa em que moravam.

Mas Ygino era um tipo popular que respondia em versos às inimizades, aos problemas da cidade e às suas decepções. Assim, embora escrevesse poesias delicadas como “A Pinta Preta” e “Ato de Contrição”, também elaborava ácidos ataques como em “Vindita” e “Eu e o Sr. Intendente”.

Pode-se dizer que o poeta ainda sofria as influências do “mal do século”, o qual Lord Byron “inaugurou” no início do século XIX e que se caracterizava ora por temas tétricos e versos profundos ora por versos afetuosos e simples. Esse tipo de poesia marcou os escritores da primeira fase do Romantismo literário do Brasil, sobretudo nas grandes cidades – o que fica evidente nos escritos de Álvares de Azevedo – e é interessante notar como foi a repercussão desse modelo no interior de São Paulo.

O túmulo de Ygino jaz no Cemitério da Saudade de Franca. Nele se percebe, como em outros túmulos do início do século XX, o dedicado trabalho das famosas marmorarias da Praça Nossa Senhora da Conceição, que utilizavam o precioso mármore de Carrara (Itália) para produzir suas artes funerárias.

Em sua sepultura concretizou-se uma justa e concreta homenagem do povo francano ao poeta. Através de Fulgêncio de Almeida, muitos intelectuais da época ajudaram a

construir nesse cemitério uma bela sepultura, onde se observam esculpidos diversos livros sobre o túmulo, indicativo da admiração às suas obras e um delicado anjinho acima de uma coluna neoclássica. Nele também se encontra o seguinte epitáfio:

*“Repousam aqui os despojos do malogrado poeta goyano Ygino Rodrigues. Tombou abraçando a lyra ainda na primavera da vida, legando às letras pátrias o fructo de seu estro – Tributo do povo da Franca”.*⁹⁶

TÚMULO DO CORONEL FRANCISCO MARTINS FERREIRA DA COSTA. Cemitério da Saudade.
Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011



Quadra 02, número de sepultura 326.

Francisco Martins Ferreira Costa nasceu em 05 de dezembro de 1845, na fazenda São Thomé, situada na comarca de Franca e faleceu no dia 28 de julho de 1912, aos 67 anos de idade. Filho do Capitão André Martins Ferreira Costa e Anna Eusébia Carolina Diniz, casou-se em 23 de novembro de 1864 com Emerenciana Villela de Andrade.

O Cel. Francisco Martins trabalhou em Santa Rita do Paraíso exercendo o cargo de Juiz Municipal. Naquela cidade participou do Partido Liberal, liderando-o com grande apoio dos demais membros.

Mudando-se para a cidade de Franca, continuou a participar ativamente na política e veio a se tornar o presidente da primeira Intendência do Governo Provisório, no momento em que a República foi proclamada. No regime republicano ocupou outros cargos: Juiz de Paz, vereador, delegado de polícia.

Em 1905, teve seu nome homenageado pelo primeiro Grupo Escolar de Franca, tornando-se seu patrono. Sua carreira na política nacional foi longa e profícua, chegando ao posto de deputado estadual. Na época em que exercia em Franca os cargos de presidente do

⁹⁶ Fontes consultadas: CONDEPHAT. Processo de tombamento nº 27.341/2011. Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Subsídios Históricos. [Biografias].

Diretório do Partido Republicano, da Câmara Municipal e do Banco de Custeio Rural, o Cel. Francisco Martins veio a falecer subitamente, vítima de uma embolia cerebral – consequência de uma complicação numa arteriosclerose.⁹⁷

Sua sepultura, localizada no Cemitério da Saudade de Franca, representa um pouco de sua vida e da cidade daquele período. A utilização do famoso mármore de Carrara, o belo anjo esculpido e o tom sóbrio de seu túmulo – representativo da seriedade política do Coronel, tão bem destacada por seus contemporâneos.⁹⁸

TÚMULO DE MARIA RITA VASSIMON, a mãe da Baronesa da Franca. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011.



Quadra 02, número de sepultura 1.100.

Pouco se sabe sobre a história de Maria Rita Carolina Vassimon, pois, como no caso dos outros personagens francanos, há pouca documentação.

Ainda assim, sabe-se que Maria Rita casou-se em 1848 em Ibiraci – cidade mineira que na época era conhecida como Dolores do Aterrado – com Nicolau Tolentino, um imigrante francês filho do Barão de Vassimon. Teve com ele seis filhos, dos quais cinco eram mulheres. Uma dessas filhas, Maria Amélia, casou-se com José Garcia Duarte, o Barão de Franca.

Em 1891, faleceu D. Maria Rita Carolina de Vassimon, por razões ainda desconhecidas. No mesmo ano também faleceu o Barão de Franca, ficando viúva a Baronesa – que após um ano casou-se novamente, passando a se chamar D. Maria Amélia de Araújo Pinheiro. Mesmo em meio a tantas mudanças importantes em sua vida pessoal, a Baronesa teve o cuidado de fazer uma bonita homenagem quando da morte de sua mãe.

⁹⁷ BARBOSA, Sônia Maria; VAZ, Sandra Cintra. **Coronel Francisco Martins** – Há mais de cem anos educando. In: AÍMOLI, Michele; SILVA, Analice (orgs). Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P. 29-30.

⁹⁸ CONDEPHAT. Processo de tombamento nº 27.341/2011.

Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Subsídios Históricos. [Biografias].

É o que se percebe no túmulo de D. Maria Rita. Apesar de hoje estar muito deteriorada por conta do tempo e da falta de cuidados, sua sepultura possui uma arte funerária muito peculiar e delicada: a imagem sacra esculpida tem traços suaves e se apoia numa cruz, numa posição em que ela parece refletir sobre a morte.

Lembrança de sua filha, o túmulo merece ser preservado por sua beleza e também como reconhecimento da importante história da família da Baronesa de Franca.⁹⁹

EVENTO RELIGIOSO HALLEL. Lei nº 7.584, de 22 de setembro de 2011.



Fonte da imagem: < <https://www.hallelvale.com.br/hallel-no-mundo>>. Acesso em 18 nov. 2021.

Evento religioso realizado pela Associação Nova Evangelização “João Paulo II” desde 1988.¹⁰⁰

Quando a renovação carismática católica completou 10 anos na diocese de Franca, seus membros procuravam uma maneira de celebrar a data com os jovens. Veio a inspiração de se fazer um evento, onde a música cristã fosse o motivo para chamar a juventude para a conversão. Embora havendo a inspiração vinda do “*Rock in Rio*”, diferentemente daquele evento, a ideia principal era de que “Jesus queria aqueles jovens ouvindo falar de paz, alegria, esperança e muito amor.”

O primeiro Hallel ocorreu no dia 23 de julho de 1988. O sucesso nos objetivos alcançados no sentido de levar evangelização aos jovens foi tão grande que o evento já ocorreu por 32 anos consecutivos até 2019, sendo interrompido em 2020 e 2021 em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid 19.

A partir do III Hallel foi criado o módulo de Maria. Nos anos seguintes foram sendo criados novos módulos com o intuito de atender às expectativas dos peregrinos, tanto jovens como adultos, seja para quem esteja tendo o primeiro contato com a evangelização ou para aqueles que já têm uma caminhada de conversão na igreja.¹⁰¹

⁹⁹ CONDEPHAT. Processo de tombamento nº 27.341/2011.

Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Subsídios Históricos. [Biografias].

¹⁰⁰ CÂMARA DE FRANCA. Lei nº 7.584, de 22 de setembro de 2011. Dispõe sobre o tombamento de evento religioso e turístico Hallel. Disponível em: < <https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-7584-de-22-de-setembro-de-2011>>. Acesso em 03 nov. 2021.

¹⁰¹ Adaptado da página oficial do Hallel. Disponível em: <<https://www.hallel.org.br/historia.html>> Acesso em: 28 set. 2021.

TÚMULO DE MANOEL ANTÔNIO DA COSTA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.692, de 10 de outubro de 2011.



Quadra 02, número de sepultura 081.

Manoel Antônio da Costa foi casado com Dorothea Claudina Vilela e morou com a família na fazenda Santo Antônio, termo de Franca.

Há poucas informações sobre sua vida, mas um Inventário de 1880, localizado no Arquivo Histórico Municipal de Franca “Capitão Hipólito Pinheiro”, informa que o mesmo faleceu em 10 de fevereiro daquele ano. O casal teve quatro filhos: Maria Zumilla de Andrade, Theolina Isaudelina de Andrade, Francisco Antônio da Costa e Francisca Emirena da Costa. Pelo que consta, era uma família abastada, pois possuía vários escravos, além de muitos bens móveis e semoventes.

Sua esposa Dorothea faleceu em 18 de novembro de 1934, aos 91 anos de idade.¹⁰²

Sua sepultura tem estilo Neoclássico, o qual pode ser identificado pelas volutas coríntias e a colocação do busto do falecido. O estilo Neoclássico foi muito utilizado na arte tumular a partir do Renascimento, quanto passou a ser frequente a representação idealizada dos mortos como forma de homenageá-los.¹⁰³

¹⁰² NECROLOGIA. D. Dorothea Claudina Villela. **Tribuna da Franca**. Franca, 22 nov. 1934. [P. 05 Acervo digital do Arquivo Histórico].

¹⁰³ Fontes Consultadas: CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 27.341/2011.

Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” – Processo de inventário de Manoel Antônio da Costa. 2º Ofício Cível – nº 499. Caixa 30.
Jornal Tribuna da Franca, 22 nov. 1934.

TÚMULO DE GABRIEL. Cemitério da Saudade. Decreto nº 9.729, de 12 de janeiro de 2012.



Número de Sepultura nº 221, quadra 02.

Dr. Fernando Vilela de Andrade era casado com sua prima Rita Ernestina Junqueira de Andrade, ambos descendentes do Capitão Mor – Francisco Antônio Diniz Junqueira.¹⁰⁴

O Dr. Fernando Vilela de Andrade faleceu em 1893. O casal teve como filho somente Gabriel, nascido em 17 de junho de 1892 e que faleceu em 12 de fevereiro de 1894.¹⁰⁵

Após a morte do marido e do filho, Rita Ernestina mudou-se para Ribeirão Preto, onde casou-se novamente, constituindo nova família.

Conforme inventário de Fernando Vilela de Andrade, datado de 1893, o casal possuía terras na “Fazenda dos Três Irmãos” e uma casa situada no Bairro da Estação, esquina com a Rua do Comércio.¹⁰⁶

Cabe ressaltar que a família do Capitão Mor Francisco Antônio Diniz Junqueira, aqui estabelecida desde os primórdios, teve importante participação na formação do povoado, tanto nas atividades econômicas e sociais, quanto administrativas, como por exemplo, na emancipação político-administrativa de Franca.

As características da arquitetura e da arte tumular do jazigo foram estudadas pelo arquiteto e urbanista Prof. Dr. Marcelo Pini Prestes. Para ele, a volumetria tumular pode ser observada em três partes:

- Base retangular sem detalhes significativos; base intermediária: três módulos onde se encontram significativos baixos-relevos, estatuários de anjos fúnebres, ornamentos: tocheiros e laçarotes; Baldaquino com estátua de anjo orante.¹⁰⁷

O túmulo em apreço constitui um exemplo significativo da arte tumular em mármore de Carrara próprio do século XIX.

¹⁰⁴ MATOS José Junqueira de Américo. **Família Junqueira**, sua História e genealogia. Vol. I, 2004.

¹⁰⁵ Informações sobre as datas contidas na lápide do túmulo, no cemitério da Saudade.

¹⁰⁶ Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” – Processo de inventário de Fernando Vilela de Andrade. 1º Ofício Cível – nº 0021. Caixa 81.

¹⁰⁷ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 42.773/2011.

ESCOLA ESTADUAL BARÃO DA FRANCA. Decreto nº 9.743, de 06 de fevereiro de 2012.
Localizado na Rua Francisco Marcolino, nº 875, Bairro Estação.



O café chegou ao Brasil no final do século XVIII através da iniciativa de grandes fazendeiros do Norte e Nordeste do país. Entretanto, foi somente na segunda metade do século XIX que a produção passou a ter relevância, pois nessa época verificou-se que a região sudeste proporcionava clima mais favorável para a cultura cafeeira.

As mudas de café levadas para São Paulo forneceram boas colheitas, tornando o Estado um dos mais ricos e influentes do cenário nacional, o que possibilitou o desenvolvimento econômico-social de suas cidades.

A cidade de Franca também teve participação importante nessa prosperidade do café no interior do Estado e, mesmo que num momento posterior em relação a outros municípios como Campinas, Rio Claro e Mogi Mirim, nota-se que tal prosperidade foi responsável por um aumento significativo de suas rendas,¹⁰⁸ pela ampliação de seu comércio interno e pelas transformações de seu espaço urbano.

Nesse contexto, quando a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação – importante empresa organizada em 1872 com o intuito de construir estradas de ferro no interior de São Paulo – passou a ter como parte de sua rota o município de Franca,¹⁰⁹ a notícia da vinda dos “trilhos da modernidade” foi recebida com grande entusiasmo pela cidade, pois a ferrovia representava a chegada do progresso, o qual era muito esperado no imaginário da época.

A educação também passou a ser um desafio fundamental para modernizar e melhorar as cidades: acreditava-se que era necessário popularizar o ensino, levando-o às diversas camadas da sociedade através da criação de novas escolas; além disso, propostas de mudanças pedagógicas no ensino primário¹¹⁰ foram elaboradas. O progresso seria

¹⁰⁸ FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café: Franca, 1880-1920**. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2008. p.18-19.

¹⁰⁹ Ibid., p. 50-51.

¹¹⁰ SOUZA, Rosa Fátima de. **Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XX, n. 51, novembro/2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>. Acessado em: 25 out. 2021.

alcançado “civilizando” a sociedade, ou seja, construindo escolas para formar verdadeiros cidadãos.

Com o sucesso das lavouras cafeeiras e a busca pela modernização, a cidade de Franca começou a urbanizar-se em outra direção. A chegada da referida Companhia Mogiana em 1887 motivou a migração de moradores e comerciantes para o topo da colina oeste – local em que se situavam os trilhos e que ficou conhecido como “Bairro Estação” –, aumentando o número de pedidos por terrenos¹¹¹ nessa região que se encontrava pouco urbanizada.

Uma das primeiras reivindicações dos novos moradores foi o pedido de escolas: em 1900 começou a funcionar no bairro uma escola municipal conhecida como “Escola Preliminar”, onde o professor Francisco Augusto de Assis Pereira ministrava aulas e que, em 1901, era freqüentada por cerca de 20 alunos¹¹².

Necessitava-se também de uma escola feminina, pois a existente no centro, conhecida como Grupo Escolar, ficava muito distante do Bairro Estação. Assim, em 1906 foi aprovada a transferência de uma “escola municipal feminina”, mas em 1908 um novo pedido de escola feminina para o bairro foi feita, uma vez que a anterior já não existia mais.

A preocupação e a pressão popular com relação à educação continuaram após a década de 1920, contribuindo para que novas escolas fossem instaladas na região.

Surgem, no início da década de 1920, as “Escolas Reunidas da Estação”, onde eram ministradas aulas para alunos da 1ª e 2ªs séries. O diretor do estabelecimento era o professor José Peixoto. As aulas nas classes masculinas eram ministradas pela professora Adelaide Bonilha e pelo professor Siqueira Abreu, enquanto as classes femininas ficavam a cargo das professoras Dolores Maciel e Irene Mendes.

O prédio onde funcionava a escola era alugado, situava-se à Rua Diogo Feijó nº 36, no Bairro da Estação.

Em outubro de 1934, o Governo do Estado de São Paulo abriu concorrência pública à locação de um prédio para instalação do Grupo Escolar do Distrito da Estação para o ano de 1935. As exigências quanto à localização do prédio evidencia o desejo de que a escola funcionasse no centro econômico e administrativo do distrito.

Em 1936, durante o governo de Armando de Salles Oliveira, iniciou-se a construção do prédio próprio do Grupo Escolar do Distrito da Estação e, em 12 de fevereiro de 1940 foi entregue ao público. Passou então, a se localizar na Rua Francisco Marcolino, nº 875, na divisa entre o Bairro da Estação e a Vila Santos Dumont.

Até 1926, a escola permaneceu com o nome de “Escolas Reunidas da Estação”. Contudo, pelo decreto estadual nº 16.720, de 15 de janeiro de 1947, recebeu o nome de “Grupo Escolar Barão de Franca”, em homenagem ao Coronel José Garcia Duarte.

O Barão da Franca destacou-se também como benemérito cidadão, promovendo campanhas de assistência social aos pobres e a instituições de saúde e caridade.

Em 1888, pelos serviços prestados à comunidade francana, recebeu de D. Pedro II o título de Barão da Franca, entrando para a história como único cidadão francano (apesar de não ter nascido aqui) a receber uma comenda do regime monárquico.

Casou-se em primeiras núpcias a 12 de junho de 1853, com Ana Cândida Junqueira, filha de José Bernardes da Costa Junqueira e de Inácia Diniz Junqueira, tendo duas filhas: Firmina Garcia Duarte e Inácia Garcia Duarte.

¹¹¹ LIMA, Cacilda Comássio. **A construção da cidade**: Franca – século XIX. Franca: UNESP, 1997. p. 92.

¹¹² Atas da Câmara Municipal de Franca: 21/05/1900, p. 42-42v e 06/02/1901, p. 90v apud FOLLIS, Fransérgio. **Estação: O bairro – Centro**. Franca: Fundação Municipal “Mário de Andrade”, 1998.p. 113.

Tornou-se viúvo em 29 de outubro de 1872 e casou-se em segundas núpcias com Maria Amélia Vassimon, natural de Ibiraci, filha de Nicolau Tolentino de Vassimon e de Maria Rita Carolina Vassimon, mais tarde, Baronesa da Franca, com quem não teve filhos.

Construiu o palacete Baronesa da Franca, prédio que ainda existe na praça Barão da Franca. Nesse prédio residiu por muitos anos.

O Barão era um grande admirador das artes e em virtude disso construiu o Teatro Santa Clara, destruído num incêndio. Foi o construtor da primeira ponte sobre o rio Sapucaí e foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia de Franca.

Faleceu em 09 de fevereiro de 1891, tendo recebido por ocasião do sepultamento uma verdadeira consagração por parte da população francana.¹¹³

O prédio inaugurado em 1940, um edifício grande e novo encantou os primeiros alunos que lá estudaram. As escadas de madeira, as dez salas de aula, biblioteca, sala de professores, sala de direção, consultório odontológico com sala de espera, sala de leitura, museu, portaria, arquivo, cozinha, vestíbulo e dois sanitários. Nas salas de aula havia uma lousa de cimento verde, carteiras de madeira e um crucifixo.

Muitas coisas mudaram na Escola Barão de Franca, que desde 1996 oferece ensino de 1ª a 4ª séries. Foram feitas algumas reformas e adaptações para melhor acolher os alunos: aumentou-se o número de salas, modificou-se a função de outras, cobriu-se o pátio, entre outros¹¹⁴. No entanto, o prédio mantém a maior parte de sua estrutura original: fachada, janelas, escadas de madeira, portas, pisos, além das árvores centenárias existentes no fundo da escola.

É necessário observar que, durante a comemoração de oitenta anos da Escola Barão de Franca foi possível comprovar o quanto a existência da escola é significativa. As gerações de alunos e ex-alunos, moradores ou não do bairro Estação, movimentaram corredores e salas, relembrando os acontecimentos do tempo em que lá estudaram. Pais e filhos, mães e filhas, até avós e netos estiveram presentes numa confraternização que comportou emoções e reconhecimentos por tudo aquilo que a escola Barão representou em suas vidas.¹¹⁵

Representante concreta da preocupação com o progresso da sociedade brasileira e francana, a Escola Estadual Barão de Franca merece ser preservada através do tombamento, pois constitui uma importante parte da história e da memória do bairro Estação e de seus moradores. O tombamento da escola também pode ser uma porta aberta à conscientização dos alunos sobre a preservação de bens patrimoniais importantes para a população.¹¹⁶

¹¹³ ARANEGA, Rita de Cássia Argente; ARAÚJO, Fernanda Trevisani Menezes. Escola Barão da Franca. Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P.81.

¹¹⁴ ARANEGA, Rita de Cássia Argente; ARAÚJO, Fernanda Trevisani Menezes. Escola Barão da Franca. Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P.81.

¹¹⁵ Ibid., p. 82.

¹¹⁶ CONDEPHAT – Processo de tombamento nº 21.323/2011.

ANTIGO POSTO DE PUERICULTURA. Decreto nº 9.921, de 04 de fevereiro de 2013.
Localizado na Rua Ouvidor Freire, nº 1422.



Inaugurado em novembro de 1945¹¹⁷, o edifício situado à Rua Ouvidor Freire, 1422, esquina com a Rua Dr. Alcino Ribeiro Conrado, atende desde suas origens às necessidades da comunidade francana no que tange à prestação e serviços de saúde e assistência social.

Inicialmente foi Posto de Puericultura¹¹⁸ tendo o Doutor Chafi Facuri, um dos grandes nomes da medicina local e regional, assim como distinto cidadão francano, como um dos médicos responsáveis pelo atendimento durante 25 anos.

Após encerrar sua atividade como Posto de Puericultura, o edifício abrigou diversas outras entidades assistenciais que serviram à comunidade, como LBA (Legião Brasileira de Assistência), Projeto Mosaico, na década de 90, voltado para a recuperação de adolescentes infratores em liberdade assistida, e em 2010, tornando-se sede na região Central do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e posteriormente, constituiu-se como uma unidade do AME (Ambulatório Médico de Especialidades), gerido pelo estado e prefeitura.

Além da memória afetiva e emocional relacionada ao seu uso na prestação de serviços de saúde e sociais, esta construção é também uma representação da arquitetura neocolonial brasileira, estilo este que buscava uma arte genuinamente nacional.

Todo esse conjunto de características aliadas ao atendimento de mais de sete décadas à população constitui como um patrimônio da comunidade francana, justificando assim, seu tombamento como forma de se garantir a preservação desta memória e história para as futuras gerações.¹¹⁹

¹¹⁷ POSTO de Puericultura. **O Francano**. Franca, 17 nov. 1945.

¹¹⁸ Puericultura diz respeito ao conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado infantil, relacionados aos aspectos, médico, higiênico, nutricional, psicológico, entre outros, iniciando do período de gestação até por volta dos cinco anos de idade.

¹¹⁹ Histórico baseado nas informações do Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 18.253/2012.

ESCOLA ESTADUAL CAETANO PETRÁGLIA. Localizada na Rua Santos Pereira nº 654. Decreto nº 9.942, de 1º de Abril de 2013.



A Escola Estadual “Caetano Petráglio” faz parte de um conjunto de unidades educacionais em estilo neocolonial construído ao longo da primeira metade do século XX no interior do estado de São Paulo.

Coordenado pelo Departamento de Obras Públicas (DOP), o projeto de autoria do arquiteto Hernani Do Val Penteado (o mesmo que viria a projetar na década seguinte o saguão de passageiros de Aeroporto de Congonhas) foi concluído em 1948.

Em seus aspectos gerais, o conjunto mantém suas características originais, com suas arcadas e pátios internos em torno dos quais se organizam as salas de aula. Da mesma forma, os caixilhos de ferro e os acabamentos de piso (em madeira na sala de aula, administração e auditório, granilite e cerâmica vermelha (nas áreas comuns) se encontram, de maneira geral, preservados e em bom estado.¹²⁰

O Grupo Escolar da Cidade Nova foi instalado aos onze dias do mês de novembro de 1933, criado por Decreto de 21 de outubro do mesmo ano, unindo as seguintes escolas: Escola da Cidade Nova feminina, Escola da Cidade Nova masculina, Escola do Bairro dos Coqueiros e Escola do Bairro da Vila Aparecida, tendo como primeiro diretor o Professor Antônio Fachada.

Estava localizado na confluência das ruas Padre Anchieta e Praça Dr. João Mendes. Foi inaugurado com a presença do Inspetor Escolar Professor Dorival Dias Minhoto, que deu posse às professoras das escolas acima, sendo que uma das professoras assumiu a direção do Grupo Escolar.

Iniciou seu funcionamento, com cinco classes, contendo cento e sessenta e nove alunos matriculados. O prédio era adaptado, construído de tijolos, com um só pavimento.

Possuía quatro salas de aulas e uma sala que servia como diretoria. O pátio era comum para ambos os sexos, não havendo separação no recreio, meninos e meninas dividiam o mesmo espaço. Também não havia jardim ou qualquer outra área.

A iluminação das salas de aula era precária. Devido à luz solar, as cortinas ficavam o tempo todo fechadas, os quadros negros eram de madeira e ficavam pendurados nas

¹²⁰ SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Ofício GDE 46/00137/18 destinado ao Condephat Franca. Proposta para adequação a NBR-950 (acessibilidade) para a Unidade Escolar Caetano Petráglio em atendimento à Ação Civil Pública. São Paulo, 15 mai. 2018.

diversas paredes, de modo que recebiam luz forte e muito reflexo, impossibilitando assim a visão dos alunos. Devido à falta de espaço para ampliação das salas, eram recusadas, anualmente, em torno de cem matrículas para novos alunos.

Corria o ano de 1945, sendo prefeito o Dr. José Guerrieri de Rezende, que procurou deixar em Franca, durante a sua gestão, um trabalho que marcasse a sua administração pública. Dirigiu-se então ao Governador do Estado de São Paulo, Dr. Fernando Costa, conseguindo a autorização para a mudança do Grupo para um novo prédio. O prédio em que hoje funciona a escola servia de Colônia de Férias.

Após três anos de muita espera e expectativa, na Rua Santos Pereira, passava a funcionar o novo prédio, inaugurado em fevereiro de 1948. O professor José dos Reis Miranda Filho exercia o cargo de diretor nesta ocasião e anos mais tarde foi chamado para auxiliar na Inspeção, sendo substituído pela Professora Marinha Lima Gomes.¹²¹

Caetano Affonso Gaspar Antônio Petráglio¹²² nasceu o Cavalheiro Petráglio na Vila de Piaggine Soprane, Província de Salerno, Itália, em 29 de agosto de 1848. Foram seus pais: Antônio Petráglio, advogado e Sra. Carolina Vairo Petráglio.

Realizou seus estudos iniciais em sua terra natal e mais tarde completou seus estudos secundários em Salerno.

Em Nápoles, cursou dois anos de medicina e interrompeu os estudos por razões financeiras e devido à morte de seus pais; tendo que substituí-los na educação e criação de seus irmãos.

Um pouco antes de 1870, alguns de seus parentes haviam imigrado para o Brasil e se estabeleceram na região de Franca. Nesta mesma época encontravam-se em Franca os cônegos Francisco Petráglio e Ângelo Petráglio. Foi esta a razão pela qual Caetano Petráglio procurou Franca e aqui se radicou definitivamente em maio daquele ano.

Chegando à Franca, juntamente com Emílio Petráglio, estabeleceu-se com uma pequena botica (farmácia), comprada a prestações. Por algum tempo foi proprietário do Hotel do Comércio.

Em 1882, aos trinta e quatro anos de idade, casou-se com Dona Eufrásia Amélia Monteiro, filha do Capitão Manoel Monteiro de Araújo e Dona Maria Eufrásia Nogueira.

Desse casamento nasceu um único filho: o Dr. Antônio Petráglio. Prestou relevantes serviços à população francana, quer como farmacêutico quer como cidadão dotado de grande coração e sempre prestativo a atender os que dele necessitavam. Também participou da batalha contra a febre amarela, sua farmácia, seu lar e sua vida sempre estiveram à disposição da cidade.

Sua atividade não se limitou à profissão de farmacêutico. Junto com o francano Francisco Tárzia, montou em Franca a primeira fábrica de cervejas do interior do Estado de São Paulo.

Em 1896, fundou o Banco Meridional, uma agência bancária para facilitar as transações cambiais com a Europa, principalmente com a Itália. Foi também, um dos fundadores do PRP (Partido Republicano Paulista), juntamente com Simão Caleiro, Francisco Martins, João de Faria e Júlio Cardoso.

¹²¹ Histórico da Escola e biografia do patrono extraídos de SCOT, Tânea Maria Souza; SILVA, Rita Marta Mozetti. Escola Caetano Petráglio. Excelência educacional. Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, P. 126-30.

¹²² Ibidem.

Na Santa Casa de Franca foi provedor e grande incentivador do seu progresso. Por seus trabalhos fora da Pátria distante, mas sempre elevando o nome da Península Italiana, recebeu as condecorações de Cavaleiro Oficial.

Caetano Petráglio faleceu aos 77 anos de idade, em 27 de junho de 1925.¹²³

**TOMBAMENTO DE 15 CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES
“FERNANDO COSTA” Decreto nº 9.961, de 09 de maio de 2013.**

O Parque de Exposições Fernando Costa é um espaço público projetado segundo os critérios e soluções visando atender as necessidades de grandes exposições agropastoris.

Estes tipos de espaços são herdeiros das antigas exposições do século XIX que objetivavam aglutinar no mesmo lugar o diálogo entre cultura e tecnologia sob o prisma do progresso.

Os espaços de exposições agropastoris tiveram no Brasil seu apogeu nas décadas de 1930-1950 como espaços de visibilidade do progresso econômico da região.

Data desse período a busca pela efetivação da tipologia arquitetônica neocolonial. Um grupo de arquitetos e intelectuais do período, os quais tiveram envolvimento com a dinâmica de criação e propagação de legislações patrimoniais propuseram um novo modo de pensar a arquitetura como forma de democratização e visibilização do referencial emblemático do patrimônio arquitetônico brasileiro, criando projetos de edifícios privados e públicos denominados “neocoloniais”. E dentro deste contexto, podemos caracterizar o modo de produção da fachada principal do Parque Fernando Costa.

Este modo de produção priorizava alguns elementos de tipologias e volumetria encontradas na arquitetura luso-colonial. Porém, o material e a tecnologia construtiva refletiam a ideia de “progresso” que circulava na época.¹²⁴

Data de 27 de março de 1943, o registro da primeira exposição de gado realizada em Franca. Evento realizado de improviso no campo da Associação Atlética Francana (Rua Simão Caleiro), em decorrência de uma visita agendada pelo Interventor Federal Fernando Costa à cidade, que entre outras agendas, inauguraria as novas instalações da Escola Normal Livre de Franca e Estação de Tratamento de Água de Miramontes.¹²⁵

Tal visita se caracterizava como um evento de grande importância, repleta de encontro com as mais importantes autoridades da cidade e região, marcada por banquete na AEC (Associação dos Empregados do Comércio), desfiles cívicos, bailes, entre outros compromissos.

Em relação à exposição pecuária, a edição do jornal “Diário da Tarde” de 17 de março de 1943 trazia os seguintes destaques: “A exposição pecuária no campo da Associação Atlética Francana promete revestir-se de um ineditismo sem par à Franca, que pela primeira

¹²³ Complementação bibliográfica baseadas nos subsídios históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” e Processo de Tombamento CONDEPHAT nº 14.248/2012.

¹²⁴ PRESTES, Marcelo Pini. **Parecer arquitetônico da fachada do Parque Fernando Costa**. Condephat. Processo de tombamento nº 31.701/2005. Fl. 06.

¹²⁵ PROGRAMA de recepção e solenidades ao Snr. Interventor Federal e sua comitiva. **Diário da Tarde**, Franca, 16 mar. 1943. [acervo digital] P. 23.

vez, apresentará a um ilustre homem de Estado, uma exposição de seu gado selecionado, os mais finos plantéis de “Gyr” “InduBrasil” e outras raças.¹²⁶

O mesmo periódico destacava ainda, o envio de um telegrama de um grupo de pecuaristas ao governo, informando sobre a realização da exposição:

(...) Criadores abaixo assinados cientes e gratos pela visita de V. Excia. deverá fazer a esta cidade dia 27 do corrente resolveram improvisar uma exposição em honra a V. Excia. que tanto tem feito pela pecuária nacional pt Para isso já deram início hoje construção dos pavilhões pt
Saudações cordiais.

Dr. José Ribeiro Conrado	Paulo Jacinto Lemos
Continentino Jacinto da Silva	Francisco de Andrade Junqueira
Manoel Jacinto Neto	Dr. Jonas Deocleciano Ribeiro
Higino Caleiro Filho	Antônio Jacinto Lemos
José Jacinto da Silva	Paulo Cesar Figueiredo
João Alberto de Faria	Dr. Fernando Faleiros
Nilo Jacinto Lemos	Renato Caleiro
Dr. Júlio Batista da Costa Filho	Dr. Ricardo Pinho. ¹²⁷

Dado ao sucesso da exposição, durante sua visita, o Interventor Federal prometeu aos criadores a instalação de um parque de exposições permanentes, como meio de fomentar a pecuária local e regional.¹²⁸

Definida uma área na Vila Chico Júlio como local para a instalação do parque de exposições, foram dez anos de espera para sua conclusão e inauguração. Tal demora para a conclusão do parque gerou críticas e sugestões para a transformação do local inacabado em uma escola de medicina veterinária:

“A ideia de se transformar o recinto “inacabado” da Exposição de Animais situado além da Vila Chico Julio, em Franca, em Escola de Medicina Veterinária, vem encontrando eco. Já se discutiu o problema, já foram tomadas medidas a propósito. (...) Uma elite de moços estudiosos fará de Franca a “Meca” do seu saber”.

(...) Se examinarmos a finalidade para qual foi criada o “inacabado” recinto podemos concluir que os benefícios que o mesmo possa a vir proporcionar, reverterá somente para uma centena, no máximo duas, de indivíduos que se dedicam à pecuária com o fito quase que exclusivo de auferir lucros pecuniários.¹²⁹

Contudo, a ideia da Escola de Medicina Veterinária não foi encapada e, em dezembro de 1951, com o aval do Departamento de Obras Públicas do Estado, conduzidas por Alberto Schirato e Geraldo de Andrade, as obras do Parque de Exposições foram retomadas, já no final da administração Antônio Barbosa Filho, com o compromisso de ter sua continuidade

¹²⁶ A visita do interventor federal à Franca. **Diário da Tarde**, Franca, 17 mar. 1943. [acervo digital] P. 23.

¹²⁷ Ibidem. [acervo digital] P. 23.

¹²⁸ CHIACHIRI, José. Pecuária. **Diário da Tarde**, Franca, 01 abr. 1943. [acervo digital] P. 01.

¹²⁹ ESCOLA de Medicina Veterinária para Franca. **Diário da Tarde**, Franca, 23 out. 1947. [acervo digital] P. 31.

na administração do prefeito eleito, Dr. Ismael Alonso Y Alonso, que tomaria posse em janeiro do ano seguinte.¹³⁰

Ademais, necessitariam ainda cerca de um ano e meio para que o empreendimento pudesse ser concluído e o sonho da primeira exposição em um parque permanente fosse realizado em Franca.

Depois de um longo período de paralisação de obras, atinge a sua fase de acabamento o magestoso Recinto da Exposição de Animaes e Produtos Derivados.

Um régio presente, dotado à Franca pelo saudoso interventor Fernando Costa. Sofreu, como todas obras públicas os períodos de paralisações.

(...) Em realidade se torna finalmente o sonho dos nossos fazendeiros e pecuaristas, que de ha muitos anos vinham com ansiedade aguardando esta concretização.¹³¹

Em 27 de junho de 1953, Franca realizava sua primeira exposição permanente de gado em recinto próprio. Organizada pela Associação dos Produtores do Vale do Sapucaí, contando com presença de representante da presidência da República e autoridades do estado e região, o evento se concretizou como um dos maiores acontecimentos já registrados, até então, na cidade.

Constituiu um espetáculo sem precedentes na história de Franca, a inauguração da I Exposição de Animaes e Produtos Derivados. De ha muito tempo Franca não assistia a tão notável empreendimento e os três dias em que durou a exposição lembraram, a todos os francanos os tempos faustosos de nossa terra, cheia de movimento, animação, dinheiro e fartura. Oxalá seja isso prenúncio de dias melhores para esta zona tão cheia de possibilidades materiais e econômicas.¹³²

Em março de 1957, Franca inaugurava sua primeira exposição a nível estadual. acontecimento que a partir de então, colocaria a cidade no circuito dos grandes eventos agropecuários do país.

A instalação do Parque de Exposições na Vila Chico Júlio veio a contribuir para o desenvolvimento, não só do bairro, como também, para toda aquela região da cidade. Com a realização de uma exposição estadual, o poder público precisou angariar esforços para a condução do asfalto até o recinto¹³³ em conjunto com a Associação Rural do Vale do Sapucaí, responsável pela organização do evento.¹³⁴ Fato que sem dúvida, levou melhorias a todos os moradores locais e das imediações.

¹³⁰ REINICIADA a construção do recinto de exposição de animais. **Diário da Tarde**, Franca, 07 dez. 1951. [acervo digital] P. 01.

¹³¹ FINALMENTE a realização do grande sonho de nossos pecuaristas. **O Francano**, Franca, 26 abr. 1953. [acervo digital] P. 12.

¹³² ACONTECIMENTO sem precedente na história de Franca. **Diário da Tarde**, Franca, 02 jul. 1953. [acervo digital] P. 01.

¹³³ ASFALTAMENTO do trecho – cidade-recinto da exposição. **Diário da Tarde**, Franca, 20 fev. 1957. [acervo digital] P. 27.

¹³⁴ PREFEITURA Municipal de Franca ao povo. **Diário da Tarde**, Franca, 23 fev. 1957. [acervo digital] P. 31.



Jornal "O Francano", 02 de março de 1957.



Parque Fernando Costa no ano de 1956. Acervo digital do Arquivo Histórico de Franca.

A área do parque, aproximadamente 150.000 m² foi doada pelo pecuarista Tenente Continentino Jacintho à Prefeitura de Franca, que cedeu ao Governo do Estado passando a gerenciá-lo. Após alguns anos, o Estado firmou convênio com a Prefeitura de Franca assinando um Termo de Cessão da área, e desde então a responsabilidade pela estrutura física e manutenção da área do parque é da Prefeitura.¹³⁵

¹³⁵ Informações disponíveis em: www.franca.sp.gov.br <O Parque de Exposições "Fernando Costa" - Administração Municipal - Administração Direta - DESENVOLVIMENTO - Município de Franca> Acesso em 01 out. 2021.

Com uma arquitetura estilo colonial clássica, o Parque de Exposições “Fernando Costa” é tombado pelo Condephat e considerado patrimônio histórico e cultural do município.

Fernando Costa

Fernando de Sousa Costa nasceu em Jacareí, SP, em 10 de junho de 1886, filho do militar, Coronel Querubim Febeliano da Costa, e Augusta de Sousa Costa.

Viveu sua infância e quase toda a adolescência na capital paulista, onde cursou os ensinos, primário e secundário no colégio Liceu do Sagrado Coração de Jesus, localizado no bairro dos Campos Elíseos, na região central de São Paulo.

Seguindo para Piracicaba, no interior do estado, frequentou a Escola Complementar e, posteriormente, ingressou na Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, onde se formou engenheiro agrônomo em 1907.

Ainda na cidade, lecionou em um curso primário mantido pela Escola Iguatária, a fim de garantir a continuidade de seus estudos, e exerceu atividades no jornalismo, quando dirigiu a Gazeta de Piracicaba.

Após diplomar-se, casou com Anita da Silveira Costa, indo os dois residirem em Pirassununga (SP), onde Fernando Costa iniciou as atividades de engenheiro agrônomo e construiu sua fazenda-modelo. Não demorou a ingressar na política, começando com a eleição para o cargo de prefeito da cidade, em 1912.

Lançou-se candidato à Câmara Estadual em 1919, sendo, então, eleito deputado estadual. Foi indicado, em 1927, para chefiar a então nova e autônoma Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio - que, até então, era parte da Secretaria de Viação e Obras Públicas, órgão do qual Fernando Costa fora presidente da comissão na Câmara Estadual.

Exercendo o cargo de Secretário da Agricultura de São Paulo durante o governo de Júlio Prestes, até 1930, fez um extenso trabalho de reestruturação de departamentos. A partir da reorganização das diretorias de Agricultura, Indústria Pastoral e de Terras, Minas e Colonização.

Foi Ministro da Agricultura do Governo Vargas entre 1938 e 1941, durante o Estado Novo, tendo fundado o Instituto Biológico e o Parque da Água Branca, que leva seu nome, além de ter realizado pesquisas de exploração de petróleo.

Foi também nomeado interventor do Estado de São Paulo entre 1941 e 1945. Tomou posse do cargo no dia 4 de junho de 1941, substituindo Ademar de Barros.

Em 10 de outubro de 1945, foi assinado o decreto-lei que antecipava as eleições estaduais para 02 de dezembro, fazendo-as coincidir com as federais.

O decreto proporcionava aos interventores a possibilidade de se candidatarem e lhes dava um prazo de 30 dias para a desincompatibilização. Interessado em candidatar-se ao governo de São Paulo, Fernando Costa exonerou-se em 27 de outubro do cargo que ocupava, no que foi acompanhado por outros interventores de vários estados.

Porém, com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, assumiu interinamente o governo do país o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares, cujos primeiros atos foram revogar o decreto que antecipava as eleições e nomear novos interventores, quase todos, elementos do Poder Judiciário.

Fernando Costa dedicava-se à campanha eleitoral como candidato ao Executivo paulista quando veio a falecer, em desastre de automóvel, na rodovia Anhangüera, no dia 21 de janeiro de 1946.¹³⁶

A partir do processo de estudo de tombamento aberto em 2005, o Condephat municipal e o poder público local definiram pelo tombamento de 15 espaços localizados no Parque Fernando Costa, os quais são listados abaixo:



Área Frontal, Pórtico da Fachada situado na Avenida Dr. Flávio Rocha nº 500 e a Rua Cláudio Carvalho s/n.



Lago Central, localizado em frente à entrada do Parque.



Pavilhão 1 – Baías para cavalos, situadas no lado direito da pista central.



Seis galpões para gado, situados entre a pista central e a área de shows.

¹³⁶ Biografia extraída do CPDOC FGV. Disponível em: <FERNANDO DE SOUSA COSTA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br)> Acesso em 01 out. 2021.



Dois pavilhões pequenos para ovinos, situados ao lado da pista de julgamentos de Ovinos “Dr. José Luiz da Costa Ribeiro”.



Arquibancada, localizada à esquerda da Pista Central, situada entre a Casa do Criador e o Bambuzal.



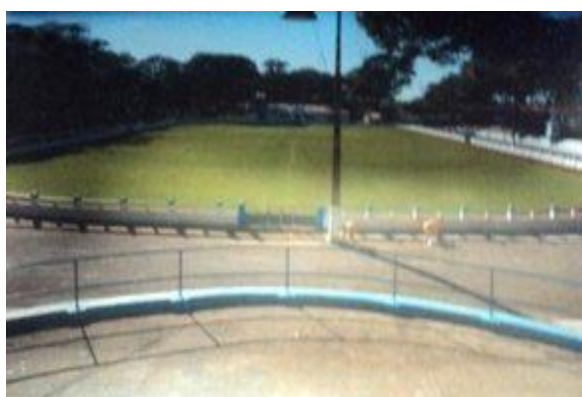
Fonte situada no centro do Lago.



Casa antiga de Força, localizada em frente à área de shows e entre as Baías nº 03 e 06.



Auditório, primeira edificação à esquerda da entrada do Parque.



Pista Central do Parque, localizada onde se realizam os desfiles e julgamentos dos animais.



Mastro da Bandeira em frente à pista central do parque.



Casa do Zelador, situada à esquerda do Pórtico de entrada, atrás do Auditório.



Bambuzal, situado entre a arquibancada e o barracão nº 08 (restaurante).



Lavador de animais, situado entre as Baías nº 05, 06 e 07.



Administração - primeira edificação à direita da entrada do Parque.

TÚMULO DO MAJOR ANTÔNIO NICÁCIO DA SILVA SOBRINHO. Decreto Nº 9.974 de 03 de junho de 2013.



Quadra 01, sepultura número 197.

Antônio Nicácio da Silva Sobrinho nasceu no distrito do Carmo do Cerrado, Município de Ituverava, em 11 de setembro de 1855. Ao mudar-se para Franca com a família, dedicou-se à arte pirotécnica e ao comércio.¹³⁷

Republicano exaltado, foi profundo admirador do Marechal Floriano Peixoto, ao ponto de quando da chegada da notícia da derrocada da Revolta da Armada, convidou o povo francano para uma *Marche au Flambeaux* pelas ruas da cidade, acompanhado aos hinos patrióticos executados pela banda do Tristão.¹³⁸

Conhecido pelo espírito liberal e “consciente de que a escravidão era uma mancha na vida brasileira, ao receber como dote de casamento, uma escrava mulata, alforriou-a imediatamente”.¹³⁹

Foi intendente da Câmara Municipal e precursor do movimento urbanista de Franca, contribuindo para a projeção do traçado do bairro Cidade Nova.

Em 1897 efetivou o contrato de abastecimento de água potável para a cidade, sendo o precursor da canalização de água potável em Franca.¹⁴⁰

Preocupado com a educação local, tentou trazer à cidade, professores para instrução primária gratuita em sua própria chácara, além de ser grande benfeitor junto ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, sendo um de seus maiores colaboradores.¹⁴¹

Casou-se com Emiliania Ângela Nicácio da Silva em 11 de maio de 1879, com quem teve oito filhos. Emiliania faleceu em 18 de agosto de 1893, aos 37 anos.¹⁴²

¹³⁷ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 36.860/2012, referente à da Sepultura de Antônio Nicácio da Silva Sobrinho.

¹³⁸ CEM nomes da História. **Comércio da Franca**, Franca, 28 nov. 1999. Caderno Especial de aniversário da cidade.

¹³⁹ DEPOIMENTO de Adriano Nicácio. Poliantéa comemorativa ao 50º aniversário do Colégio Nossa Senhora de Lourdes 1888-1938. Franca, SP, 1939.

¹⁴⁰ Ibidem,

¹⁴¹ Ibidem.

O Major Nicácio faleceu em 27 de setembro de 1898, aos 43 anos.¹⁴³

Sepultura em mármore Carrara do final do século XIX, traz em sua parte mais alta a figura de uma mulher sentada segurando um buquê de rosas com um semblante de tristeza ao que parece sentir a ausência do ente ali sepultado.

TÚMULO DO CORONEL CHRYSÓGONO DE CASTRO. Decreto 9.974 de 03 de junho de 2013.



Sepultura número 596, quadra 01.

Chrysógono de Castro nasceu na cidade de Formiga, MG, em 14 de janeiro de 1860, tendo sido casado com Cândida Ferreira da Costa, com quem teve quatro filhos.

Na juventude partiu sozinho para a cidade do Rio de Janeiro, onde, por seus próprios esforços, num ramo dominado majoritariamente por imigrantes estrangeiros, aprendeu a atividade comercial.

Posteriormente se especializou na atividade de boticário, aprendendo inclusive, boas noções de medicina.

Em Passos, MG, foi promotor público e no exercício desse cargo, estabeleceu boas relações.

No final do regime monárquico, quando a Estrada de Ferro chegou à Franca, transferiu-se para esta cidade, e aqui instalou um grande estabelecimento comercial, no sobrado do Largo da Matriz.

De personalidade cheia de qualidades contraditórias, excêntrica e liberal, prevalecendo sempre o bom senso e a sinceridade, Chrysógono de Castro na verdade foi um monarquista que militou no Império no Partido Liberal, sendo, no ano de 1900, nomeado Coronel da Guarda Nacional.

Inaugurou a primeira Casa Bancária na cidade de Franca, era muito procurado por pessoas que desejavam conselhos sobre negócios e investimentos.

¹⁴² CEM nomes da História. Biografia de Antônio Nicácio da Silva Sobrinho. **Comércio da Franca**, Franca, 28 nov. 1999. Caderno Especial de aniversário da cidade.

¹⁴³ Ibidem.

Era notório por sua firmeza e atitudes extravagantes, como por exemplo, repreender com tiros de chumbo, juízes e jornalistas que julgava serem incoerentes.

Chrisógono de Castro faleceu em 03 de março de 1934.¹⁴⁴

A sepultura confeccionada em mármore de Carrara traz diversos ornamentos em alto relevo, com destaque para a figura do anjo que parece depositar flores sobre a lápide, trazendo ao local uma sensação de paz e tranquilidade.¹⁴⁵

EVENTO RELIGIOSO CULTURAL E TURÍSTICO DENOMINADO COMADEF - Confraternização da Mocidade da Igreja Assembleia de Deus, vinculado à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Franca. (Tombamento imaterial) Lei nº 7.895 de 15 de julho de 2013.



Imagem extraída de: <<http://www.adfranca.com.br/fotos.php?id=1853>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

A Confraternização da Mocidade das Assembleias de Deus de Franca - COMADEF – teve sua primeira edição realizada em 1976 quando sua sede ainda era na Rua Antônio Bernardes Pinto, Vila Chico Júlio.¹⁴⁶

Embora ligado à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, o evento tem cunho interdenominacional e tem por objetivo promover entre jovens e adolescentes a unidade da paz e, sobretudo, moldar o caráter retirando-os da dependência química e despertando-os para os valores morais e espirituais.

Ao longo desses anos, através da COMADEF, centenas de jovens e adultos experimentaram em suas vidas uma verdadeira transformação religiosa, moral e social. A partir destas transformações passaram a constituir famílias, reintegraram-se na sociedade e foram despertados em suas vocações como líderes e pastores.

¹⁴⁴ Dados biográficos extraídos da publicação: CEM nomes da História. Biografia de Chrysógono de Castro. **Comércio da Franca**, Franca, 28 nov. 1999. Caderno Especial de aniversário da cidade

¹⁴⁵ Dados elaborados a partir da análise do processo de tombamento do Condephat nº 36.860/2012.

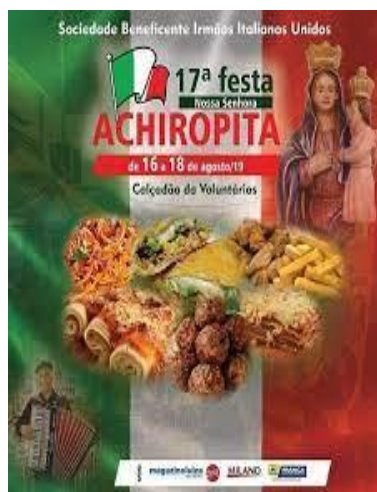
¹⁴⁶ Histórico extraído do Projeto de Lei nº 131/2013. Disponível em: CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Projeto de Lei nº 131/2013. Dispõe sobre o tombamento do evento religioso, cultural e turístico COMADEF como patrimônio histórico e cultural do Município e inclusão no calendário oficial de eventos do Município. Disponível em: < <https://sgl.franca.sp.leg.br/visualizar?id=43122> > Acesso em: 05 out. 2021.

Trata-se de um evento religioso, cultural e turístico, pois conta com a participação de caravanas que vêm de outros municípios do Estado de São Paulo e de outros Estados da Federação. No aspecto cultural, o evento conta com a apresentação de grupos e cantores da música Gospel e preleções da palavra de Deus com pastores de todo Brasil.

A COMADEF não tem fins lucrativos e a entrada é franca a todas as pessoas, independente do credo religioso. O evento é realizado durante a Semana Santa, em três noites, no Ginásio Pedrocão, com público presente utilizando a máxima lotação do Ginásio.

Durante o dia, louvores e sermões são ministrados no Templo sede da Igreja Assembléia de Deus na Rua General Osório, 555, no Bairro Estação, em Franca.¹⁴⁷

EVENTO RELIGIOSO, CULTURAL E TURÍSTICO, FESTA DA NOSSA SENHORA ACHIROPITA
(tombamento imaterial). Lei nº 7.912 de 14 de agosto de 2013.



Cartaz de divulgação da 17ª Festa da Achiropita. Fonte: Portal Pop Mundi.

O tombamento deste evento objetiva refletir sobre a história, a religião e a cultura dos imigrantes italianos, bem como pelo reconhecimento à magnitude das ações de cunho social que são proporcionadas pela Festa Nossa Senhora de Achiropita.¹⁴⁸

Tradição trazida do Bairro do Bixiga, na capital paulista, em Franca, desde o ano de 2003, sempre no mês de agosto, a festa é realizada no calçadão da Rua Voluntários da Franca em frente à Sociedade Beneficente Irmãos Italianos Unidos, responsável pela

¹⁴⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Projeto de Lei nº 131/2013. Dispõe sobre o tombamento do evento religioso, cultural e turístico COMADEF como patrimônio histórico e cultural do Município e inclusão no calendário oficial de eventos do Município. Disponível em: < <https://sgl.franca.sp.leg.br/visualizar?id=43122> > Acesso em: 05 out. 2021.

¹⁴⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Projeto de Lei nº 116/2013. Dispõe sobre o tombamento do evento religioso, cultural e turístico Festa da Nossa Senhora Achiropita como patrimônio histórico e cultural do Município e sua inclusão no calendário oficial de eventos do Município. Disponível em: < <https://sgl.franca.sp.leg.br/visualizar?id=42795> > Acesso em: 05 out. 2021.

organização. O preparo e a comercialização dos pratos típicos da cozinha italiana são preparados por diversas entidades assistenciais locais.¹⁴⁹

Os recursos arrecadados são destinados a obras sociais de 30 entidades assistenciais que são diretamente beneficiadas com a Festa.

SEDE BENEFICENTE DA SOCIEDADE IRMÃOS ITALIANOS DE FRANCA. Rua Voluntários da Franca e suas construções. Decreto nº 10.034 de 27 de agosto de 2013.



A criação da Sociedade Italiana de Franca está diretamente relacionada com a história da imigração italiana para o Brasil, que foi mais intensa neste mesmo período, ou seja, entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX. Nessa época, a escravidão do negro africano chegava ao fim e o imigrante italiano tornou-se mão-de-obra fundamental para substituí-lo nas lavouras de café¹⁵⁰, por isso o interesse do governo brasileiro no trabalho europeu. Mas houve incentivo do governo italiano também, pois a imigração ajudaria a diminuir a crise econômica¹⁵¹ da Itália, que já atingia vários setores daquele país.

Os recém-chegados contaram com diversas sociedades beneficentes por todo o Brasil, criadas para recebê-los e ajudá-los a estabelecerem-se. Regulamentadas pelo governo¹⁵², as associações de auxílio mútuo italianas foram mais expressivas em São Paulo, onde o número de imigrantes também foi maior. Em geral, o principal critério para a inserção nessas sociedades era o bom comportamento moral – mesmo que algumas

¹⁴⁹ CALÇADÃO vira palco de festa italiana. Comércio da Franca, Franca, 17 ago. 2006. Disponível em <<https://gcn.net.br/noticias/6883/franca/2006/08/cal-ccedilad-atilde0-vira-palc0-de-festa-italiana-6883>>. Acesso em: 05 out. 2021.

¹⁵⁰ DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca**: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: Unesp – FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. p. 41.

¹⁵¹ DESTRO, Martha Rosa Pisani. O italiano no quadro europeu. In: _____. **Memória, Cultura e Educação**: o imigrante italiano em São Paulo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1994. p. 43.

¹⁵² LUCA, Tânia Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas de São Paulo. In: DE BONI, L. A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 385 apud DI GIANNI, op. cit., p. 87.

também estabelecessem o critério de local de nascimento¹⁵³ como fator relevante. Dessa forma, para ser um membro da associação o imigrante deveria ser honesto, trabalhador e respeitar as exigências do novo ambiente de trabalho: características que iam ao encontro dos interesses dos fazendeiros que procuravam mão-de-obra italiana¹⁵⁴.

No âmbito urbano, a maioria dos estrangeiros trabalhou no comércio ou como artesãos, mostrando-se muito habilidosos nesses espaços, pois a maioria já tinha instrução ou experiência nessas áreas¹⁵⁵. Outros italianos com poder aquisitivo tornaram-se grandes industriais, impondo-se no mercado popular quase sem concorrência e ganhando reconhecimento nacional. Além disso, é preciso considerar os investimentos italianos na indústria juntamente com a solidariedade étnica entre esses imigrantes, pois tal solidariedade foi fundamental para a criação de um espaço econômico próprio¹⁵⁶ do italiano no Brasil, como afirma Tércio Pereira Di Gianni.

Società di Mutuo Soccorso “Fratelli Italiani Uniti”

A *Sociedade Beneficente dos Irmãos Italianos Unidos de Franca* foi fundada em 20 de setembro de 1892 pelos respectivos imigrantes: Achille Maselli, Andrea Comite, Barão de Luca, Benedetto Japaolo, Caetano Giacomello, Caetano Petráglio, Ermenegildo Scarlato, Francesco Orfeo, Francisco Társia, Giuseppe Falvo, Leonardo Barci, Leonildo Fillippi, Luigi Sabato, Vincenzo Chicca e Vincenzo Grammani.

O principal objetivo dos membros era criar uma associação que pudesse manter fortalecidos os laços com a cultura italiana em meio à mudança de país e à tentativa de adaptação dos recém-chegados. Para isso, a sociedade procurou auxiliar financeira e culturalmente os demais imigrantes que chegavam nesta cidade¹⁵⁷.

Os interessados na associação deveriam corresponder a requisitos que diziam respeito ao estado físico e moral dos imigrantes: seriam aceitos italianos adultos até 60 anos, sem vícios ou doenças crônicas e com boa postura moral. O local de nascimento também era importante, pois no estatuto da sociedade era obrigatório informá-lo. No entanto, havia o reconhecimento fraternal da etnia e do sangue italianos – mesmo que ainda não houvesse muitos descendentes à época – e que se caracterizou pela aceitação de membros que não haviam nascido na Itália:

Todos os italianos, geograficamente falando, bem como os filhos destes, nascidos fora da Itália, tendo os requisitos exigidos pelo regulamento, podem ser filiados à sociedade, assim como os filhos da cidade do Porto.¹⁵⁸

¹⁵³ MARTINS, José de Souza. **Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento brasileiro entre 1880 e 1914: o caso de São Paulo.** Dados – Revista de Ciências Sociais. V.24, n.2, p. 241 apud DI GIANNI, Ibid., p. 88-89.

¹⁵⁴ CHIARINI, Ana Maria. **Imigrantes e Italiani All’Estero: os diferentes caminhos da italianidade em São Paulo.** 1992. 185 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992. p. 16.

¹⁵⁵ DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior.** Franca: Unesp – FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. p. 56.

¹⁵⁶ Ibidem. P. 63.

¹⁵⁷ DONADELLI, Jorge Félix (Coord.). Sociedade. In: _____. **Vila Franca dos Italianos.** Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2003. p. 31.

¹⁵⁸ Décimo Artigo do Estatuto da Sociedade Beneficente dos Irmãos Italianos Unidos de Franca apud DI GIANNI, op. cit., p. 95.

Dessa forma, ainda que as características igualitárias fossem influência dos ideais liberais que rondavam a Itália e que tais igualdades se desfizessem após a composição da fraternidade – devido às hierarquias estabelecidas entre os membros de cargos diferentes¹⁵⁹, a Sociedade Italiana de Franca pode ser considerada a mais acessível das mutuais do período, uma vez que além de aceitar os italianos de sangue e de cultura, não estabelecia número de membros, nem distinção por posição social em seus critérios para incluir os membros.

Pode-se dizer que muitas atividades elencadas pelo estudo de Jorge Félix Donadelli em 2003 ainda hoje permanecem. Sendo assim, além das reuniões mensais a Sociedade Italiana realiza muitas outras atividades: o jantar semanal, que ocorre todas as quintas-feiras para manter fortalecidos tanto os laços com os costumes italianos quanto à amizade entre os membros; os cursos de italiano, que são oferecidos às famílias dos membros e aos professores interessados em difundir essa língua; a festa de Nossa Senhora da Achiropita, tradição que vem dos italianos da capital paulista e é realizada em Franca sempre no mês de agosto; entre outras.

Considerada uma sociedade beneficente, a associação também auxilia a população carente, destinando parte de suas arrecadações às entidades filantrópicas. Isso contribui para a cidade e permite que a Sociedade Italiana possa ser reconhecida pela comunidade francana¹⁶⁰.

O edifício da Rua Voluntários da Franca: a principal sede da Sociedade Italiana

As primeiras reuniões da Sociedade Italiana de Franca foram realizadas na casa de um dos membros, Francisco Társia. Após um período, a associação pôde comprar a Chácara Santa Luzia, localizada na zona central da cidade – onde hoje é o Estádio Palmeirinhas. Neste local, os sócios se reuniram até 1935, quando em 24 de fevereiro daquele ano, foi inaugurada a nova sede, num edifício construído na antiga Rua Jorge Tibiriçá e que ainda existe hoje, na Rua Voluntários da Franca¹⁶¹.

Conforme registrado no contrato de construção da sede, foi aberto um edital de concorrência com participação exclusiva de empreiteiros sócios da instituição. Concorrência que teve como vencedor, o construtor, Ricardo Soldá¹⁶², Italiano, também responsável pela construção do pórtico do Cemitério da Saudade. A aprovação da construção do prédio pela prefeitura ocorreu em maio de 1933.¹⁶³

Um dado interessante: na Segunda Guerra Mundial, esse edifício foi solicitado pelo governo para abrigar a Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹⁶⁴, sendo devolvido aos italianos logo após o término do conflito.¹⁶⁵

¹⁵⁹ Décimo Artigo do Estatuto da Sociedade Beneficente dos Irmãos Italianos Unidos de Franca apud DI GIANI, op. cit., p. 92-93.

¹⁶⁰ DONADELLI, op. cit., p. 33-34.

¹⁶¹ SOCIEDADE italiana de Mútuo Socorro. Inauguração de sua nova sede. **Comércio da Franca**, Franca, 03 mar. 1935. [Acervo digital] P. 01.

¹⁶² ARQUIVO HISTÓRICO. Subsídios Históricos. Contrato de construção da sede da Sociedade Italiana [documento digitalizado].

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ A LBA foi um órgão governamental criado em 28 de agosto de 1942 para amparar as famílias dos soldados que foram convocados para a Segunda Guerra. A muitas cidades brasileiras tiveram sedes, presididas, em geral, pelas primeiras-damas. Esse órgão foi extinto em 1995. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/.../legiao-brasileira-de-assistencia. Acesso em: 30 ago. 2011.

Em cada parede deste suntuoso prédio temos a marca de muitas lutas, de muitas conquistas, de muitas contribuições. Temos uma história que merece e deve ser valorizada.¹⁶⁶

“PASSEIO FRANCA/ RESTINGA” Lei nº 7.921, de 04 de setembro de 2013.



A primeira edição do Passeio Franca-Restinga ocorreu em 29 de maio de 1983, idealizado pelo Professor e então Coordenador de Esportes da Prefeitura, Pedro Morilla Fuentes (Pedroca), com o objetivo de fomentar a prática de esportes na cidade.¹⁶⁷

Em sua primeira edição os participantes saíram da entrada do Clube Amazonas seguindo em caminhada descontrada, seguidos posteriormente, por aqueles que desejassem realizar o percurso de bicicleta.¹⁶⁸

Em seu primeiro ano, cerca de 2.500 pessoas participaram do evento. Em 2018, última edição do passeio, aproximadamente 40 mil pessoas saíram da Avenida Severino Tostes Meirelles e cumpriram o percurso, seja na modalidade corrida, pedalada ou caminhada.¹⁶⁹

Em setembro de 2013, a partir do Projeto de Lei nº 148/2013, de autoria do Vereador Adermis Marini, o evento foi tombado como patrimônio imaterial da cidade.¹⁷⁰

Em 2019 o passeio foi adiado na sua data tradicional e, posteriormente, cancelado por falta de autorização do DER (Departamento de Estradas e Rodagem) o qual justificou a falta de efetivo para se garantir a segurança dos participantes.¹⁷¹

¹⁶⁵ DONADELLI, loc. cit.

¹⁶⁶ CONDEPHAT. Processo de tombamento nº 50.574/2012. Tombamento da sede da Sociedade Italiana.

¹⁶⁷ CAMINHADA de lazer hoje até Restinga. **Comércio da Franca**, Franca, 29 mai. 1983. P. 10.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ FRANCA-Restinga faz 36 anos e atrai milhares de participantes. **Comércio da Franca**, Franca, 08 mai. 2018. Disponível em: <<https://gcn.net.br/noticias/376839/franca/2018/05/franca-restinga-faz-36-anos-e-atrai-milhares-de-participantes>>. Acesso em 05 out. 2021.

¹⁷⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Lei nº 7.921, de 04 de setembro de 2013. Dispõe sobre o tombamento do evento cultural e esportivo Passeio Franca-Restinga. Disponível em: <<https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-7921-de-04-de-setembro-de-2013>>. Acesso em: 06 out. 2021.

¹⁷¹ TRADICIONAL passeio Franca-Restinga será cancelado. **Comércio da Franca**, Franca, 08 ago. 2019. Disponível em: <<https://gcn.net.br/noticias/401021/franca/2019/03/-tradicional-passeio-franca-restinga-sera-cancelado>>. Acesso em: 06 out. 2021.

PRATO “FILÉ JK” (tombamento imaterial) Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Franca/ SP. Lei nº 7.960 de 25 de novembro de 2013.



JK Restaurante Gasparini. Disponível em: <<http://www.restaurantegasparini.com.br/jk.asp>>

O prato leva o nome “JK” em homenagem ao Ex-Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61).

A lenda mais comum (não confirmada por familiares) é a de que a invenção do prato se deu nos anos 1960, no Grande Hotel de Araxá (MG), onde o então presidente Juscelino Kubitschek se hospedava com frequência para encontros políticos e para rever amigos.

Um ex-cozinheiro do hotel, conhecido como João Crioulo, é apontado como o responsável pela introdução da novidade em Franca. Ele trabalhou no extinto restaurante Pajé, na Praça Barão da Franca.¹⁷²

A combinação de ingredientes que compõe o prato mais tradicional da cidade leva Filé *mignon* à milanesa, recheado com queijo e presunto, acompanhado de arroz especial com ovo e ervilhas. Bananas e batatas fritas, além de algumas fatias extras de muçarela.

Desde então, o prato é sucesso na maioria dos restaurantes de Franca e outras localidades. Em novembro de 2013, por meio da Lei Municipal nº 7.960, de 25 de novembro daquele ano, por projeto de lei nº 253/2013, de autoria do Vereador José Eurípedes Jepy Pereira, o Filé JK foi tombado como patrimônio imaterial da cidade.¹⁷³

¹⁷² LENDA sobre prato criado por JK é mania gastronômica em Franca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Suplemento Ribeirão Preto. 19 dez. 2010. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1912201023.htm>>. Acesso em: 06 out. 2021.

¹⁷³ CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Lei nº 7.960, de 25 de novembro de 2013. Dispõe sobre o tombamento imaterial do Prato “Filé a JK” como patrimônio histórico e cultural do Município. Disponível em: <<https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-7960-de-25-de-novembro-de-2013>>. Acesso em: 06 out. 2021.

TÚMULO DO MAJOR ISAÍAS PIRES DE LIMA. Cemitério da Saudade. Decreto nº 10.124, de 31 de março de 2014.



Sepultura número 08, Quadra 01.

Isaías Pires de Lima nasceu entre as regiões de Canoas (atual Claraval) e Dolores do Aterrado (atual Ibiraci), MG, em 1855, filho de Paulino Pires de Lima e Anna Theodora do Nascimento. Foi professor, vereador e Vice-Intendente Municipal da Comarca de Franca.

Por volta de 1881, a região de Canoas era agradável nos termos da época, mas ainda em fase de formação. Tinha 150 casas, duas praças e uma igreja, ao qual ainda não possuía pároco. Por isso recorriam ao vigário do Aterrado.¹⁷⁴

Ainda não existia instrução primária no local. Isaías Pires de Lima, ao dedicar grande valor à educação, comprometeu-se com o magistério, ministrando aulas, como professor particular, desde jovem no local, além de buscar recursos para permitir o acesso dos alunos pobres matriculados em sua escola.¹⁷⁵

Casou-se com Maria Theodora de Lima, filha de Caetano Antunes Cintra e Maria Thereza Rodrigues Cintra, aos 23 anos. A união aconteceu em 07 de setembro de 1878 na Comarca de Franca.¹⁷⁶

Divorciou-se da esposa em 1895, sendo este um dos primeiros divórcios registrados em Franca.¹⁷⁷

Foi eleito vereador em Franca em 1903, e logo tornou-se Vice-Intendente de Alvaro Abranches, e representante da comissão de finanças.¹⁷⁸

Sempre assíduo nas reuniões da Câmara, buscou contribuir para as melhorias da cidade. Em reunião registrada na ata da Câmara de 03 de abril de 1903, consta como sua iniciativa a autorização para a jurisdição que traria a primeira empresa de energia elétrica

¹⁷⁴ FREGUEZIA do Divino Espírito Santo do Garimpo das Canoas. **Almanak Sul Mineiro**. Typografia Universal de H. Laemmert & C. Rio de Janeiro, 1884. P. 284. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=213462&Pesq=isaias+pires+de+lima&pagfis=744>>. Acesso em: 07 out. 2021.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Processo de divórcio de Isaías Pires de Lima e Maria Theodora de Lima. Ano de 1895. 1º Ofício Cível. Processo nº 004. Caixa 1366.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ CONDEPHAT. Processo de tombamento da sepultura de Isaías Pires de Lima. Processo nº 1944/2014. Arquivado no Arquivo Histórico Municipal.

para a cidade. Fato que se concretizaria um ano depois, com a chegada da energia elétrica em Franca.¹⁷⁹

Ainda jovem, teve sua vida interrompida em 11 de outubro de 1903, aos 48 anos, sem deixar filhos.

Pelos grandes serviços prestados à comunidade, o Major Isaías Pires de Lima foi homenageado pela Câmara Municipal de Franca que construiu uma lápide com os seguintes dizeres: “Homenagem da Câmara Municipal de Franca ao seu vereador Isaías Pires de Lima. Falecido aos 12 de outubro de 1903”.¹⁸⁰

IMÓVEL SITUADO À RUA DR. JÚLIO CARDOSO Nº 2171, Centro. Decreto nº 10.125, de 31 de março de 2014.



O imóvel situado à Rua Dr. Júlio Cardoso nº 2171¹⁸¹ é uma edificação que tem em pontão central o número 1928, ano em que foi construída. Construção esta realizada por Júlio Dompieri, tendo como proprietário, Elias Nassif, marcada pelo estilo arquitetônico eclético, no qual vários estilos de locais, períodos e tendências são aplicados isoladamente ou conjugados entre si,

Naquela época, os imóveis como o aqui referido estavam sendo construídos nas áreas próximas ao centro da cidade e em corredores de ligação com os bairros, principalmente naquelas ruas que uniam o Bairro da Estação e o da Cidade Nova às praças do centro da cidade.

A década de 1920, considerada a década da inauguração do Brasil moderno, revela que, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico, várias cidades do sudeste e em especial, as do interior paulista, incorporaram um novo estilo da vida à sociedade da época.

Tal estilo de vida ficou representado na urbanização da população e na mudança das profissões eminentemente agrárias para o surgimento das profissões urbanas. Esses novos

¹⁷⁹ CONDEPHAT. Processo de tombamento da sepultura de Isaías Pires de Lima. Processo nº 1944/2014. Arquivado no Arquivo Histórico Municipal.

¹⁸⁰ CONDEPHAT. Processo de tombamento da sepultura de Isaías Pires de Lima. Processo nº 1944/2014. Arquivado no Arquivo Histórico Municipal.

¹⁸¹ Histórico do imóvel extraído do processo de tombamento nº57.832/2013 elaborado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico de Franca – CONDEPHAT.

profissionais incorporarão as chamadas camadas médias urbanas da sociedade e esse estado social requeria edificações de uso residencial para esses novos profissionais e suas famílias.

Arquivos de plantas baixas aprovadas na Prefeitura de Franca naquele tempo e hoje preservadas no Arquivo Histórico Municipal revelam um grande número de plantas semelhantes ao imóvel em apreço.

Nesses quase cem anos passados, inúmeras edificações foram demolidas, outras tantas foram descaracterizadas de modo que o imóvel em tela resta como um raro exemplar de uma época.

Ademais, a referida habitação, entre as décadas de 1960 e 1990, foi residência do Professor Chafik Felipe. Além de profissional da Educação no Ginásio Torquato Caleiro ministrando a disciplina de Artes, que fazia parte do currículo da educação básica da época, o Professor Chafik também ensinava desenho e pintura. Era na área dos fundos desse imóvel que vários de seus alunos foram iniciados em desenho geométrico, princípios da arquitetura e habilitação em pintura.

Chafik Felipe nasceu em Pedregulho, SP, em 14 de setembro de 1924, filho dos libaneses, José Felipe e Honória Abud Felipe. Foi casado com Márcia Cândida Barbosa Felipe e faleceu em Franca em 03 de dezembro de 2010, sem deixar filhos.

O professor Chafik Felipe foi reconhecidamente, um dos melhores mestres de desenho que Franca já possuiu. Várias gerações de francanos foram formadas pela dedicação, entusiasmo e competência de Chafik Felipe.

As características desse imóvel habitacional que predominou na paisagem urbana de cidades como Franca nesse período são, casa térrea guarnecida de alpendre lateral e porões de ventilação com uma ou duas entradas laterais. Sendo seus portões de ferro fundido, desenhando arabescos na sua parte superior e chapas de vedação na parte inferior.

Duas janelas envidraçadas com caixilhos de madeira sendo, em geral, uma para a sala de visitas e outra para o quarto do casal. Ambas voltadas para a rua. Além dessa descrição interna, a habitação era dotada de mais um quarto de dormir com janela voltada para corredor lateral e uma copa cozinha voltada para os fundos, além de um único banheiro para todos os habitantes.

Poucas dessas casas eram também dotadas de portão para entrada de veículos – que poderiam ser carroças e depois automóveis – e casa de fundos para dispensa ou para abrigar ateliês e até mesmo jovens casais que ainda não tinham sua própria habitação.

Em face da complexidade dos elementos da memória histórica e da ambientação paisagística da cidade, além de sua localização privilegiada na constituição da malha urbana, esse imóvel foi definido como exemplar a ser preservado por meio de tombamento pelo Condephat municipal em março de 2014.

ANTIGO ARMAZÉM DA ESTAÇÃO. Avenida Bernardino Pucci, nº 2099 a 2115, Bairro da Estação. Decreto nº 10.229, de 25 de setembro de 2014.



A Estação Ferroviária de Franca foi inaugurada em 1887, sendo esta, na época, um dos objetivos mais importantes a serem atingidos pela ferrovia. Depois da chegada da linha a Casa Branca, em 1878, é que a Mogiana passou a avaliar a alternativa de seguir em linha reta para o norte, chegando a essa cidade, mas, graças à expansão muito rápida da nova região de Ribeirão Preto, a companhia decidiu-se por mover a linha para oeste, e somente depois de cruzar o rio Pardo, aí sim, voltar para nordeste para atingir a velha Franca do Imperador.

Ciente de que o bairro se desenvolveria rapidamente, a Companhia Mogiana adquiriu na margem oeste da linha férrea, vários terrenos na região, totalizando pouco mais de 9.000 m², os quais foram utilizados para a construção do seu conjunto ferroviário, composto de casas, depósitos e até um campo de futebol.¹⁸²

Dentro desse conjunto o antigo armazém ferroviário em destaque, embora tenha sofrido algumas modificações, conserva sua fachada totalmente construída em tijolo aparente, de tamanho, qualidade e soluções construtivas compatíveis com a originalidade do imóvel.¹⁸³

Esse imóvel, juntamente com o prédio da Estação ferroviária e o conjunto formado pelas duas casas geminadas e posto de abastecimento de água da Mogiana, localizados em Miramontes, compõem o patrimônio tombado que visa preservar a memória da presença da Ferrovia em nossa região, bem como todo o progresso que dela ficou por legado.

¹⁸² FOLLIS, Fransérgio. **Estação: o Bairro-Centro**. Fundação Mário de Andrade, Franca, 1998, P.53.

¹⁸³ CONDEPHAT. Processo de Tombamento nº 13.110/2014.

GRANDE PAINEIRA. Localizada às margens da Rodovia Cândido Portinari (SP 334), entre os quilômetros 406 e 407. Tombada pela lei nº 8.238, de 03 de março de 2015.



A árvore pertence à espécie *Ceiba Speciosa*, da família Malvaceae, e é característica da Floresta Latifoliada Estacional Semidecídua da Bacia do Paraná. É uma espécie de grande porte, representativa da flora regional. Seu nome popular deriva do fato de que seus frutos produzem sementes às quais ficam aderidas painas, muito úteis na disseminação dessas sementes. Tais painas foram outrora usadas para o enchimento de colchões e travesseiros. É extremamente ornamental quando em plena floração, prestando-se admiravelmente para o paisagismo. É indicada para plantios mistos em áreas degradadas de preservação permanente.¹⁸⁴

O espécime em questão é um patrimônio histórico, cultural e natural do município por se constituir como um marco do local, uma vez que deu nome ao Posto Paineirão, inaugurado em 1990 e ao bairro Jardim Paineiras, que tem a data de fundação em 04 de agosto de 1993.

É uma referência local aos transeuntes da Rodovia Cândido Portinari. Referência cultural porque à sua sombra muitos já passaram e, além disso, suas flores e painas remetem à lembrança de muitos que viveram no campo. Trata-se ainda, de uma referência natural, pois representa a flora regional e dá abrigo e alimento à fauna silvestre.¹⁸⁵

Com seu tombamento, a mesma permaneceu entre as duas pistas da rodovia Cândido Portinari, quando a mesma foi duplicada, garantindo sua preservação de um exemplar centenário da espécie.

¹⁸⁴ SILVA, Mateus Domingos Mendes. **Requerimento de tombamento da grande paineira.** Condephat. Processo de tombamento nº 2014051286. Ano 2014.

¹⁸⁵ Ibidem.

EXPRESSÃO CULTURAL “ILÉ ALAKETÚ ASÉ OGIYAN OFURÚRU” Sede localizada à rua Sueli Reis Caran, 1160 – Jardim Portinari. Tombada pelo Decreto nº 10.795, de 27 de julho de 2018.



Fonte: GCN.net.br – Acesso em 02 set. 2018. <https://gcn.net.br/noticias/383639/franca/2018/08/o-sagrado-do-ase-preservedo>

O patrimônio cultural material e imaterial é a expressão identitária de uma comunidade. Tais formas de expressão possibilitam o fortalecimento dos vínculos e as relações entre seus representantes, fazendo com que estas sejam transmitidas às gerações futuras, as quais se constituem como herdeiras desse legado cultural que na maioria das vezes, ultrapassa as fronteiras geográficas nas quais tiveram suas origens.

Contudo, a sobrevivência dessas identidades culturais, além do estreitamento dos laços do próprio grupo, depende substancialmente de ações vindas do poder público, por meio dos órgãos responsáveis por oferecer as condições legais de salvaguarda do patrimônio cultural existente nas comunidades sob sua competência.

Franca, que ao longo de sua formação histórica recebeu um grande contingente de imigrantes, tanto de outras regiões brasileiras, quanto de origem estrangeira, incluindo portugueses, italianos, espanhóis, sírio-libaneses, africanos, entre outros, se constitui como uma localidade que abriga vários tipos de expressões culturais trazidas por esses povos, sendo que algumas delas já se constituem como patrimônio imaterial do município, como as Cavalhadas, Festa de Nossa Senhora de Achiropita, além das congadas e folia de reis, representações das culturas europeia, árabe e africana.

Ademais, na cidade existe um grupo de matriz afro-descendente que desde 1998 conserva os saberes e fazeres culturais que remetem a 180 anos de tradição, oriundos da Casa de Candomblé Ilé Osumarê Araka Asé Agodo. O Ilé Alaketú Asé Ogiyan Ofurúru, localizado no bairro Jardim Portinari, à Rua Sueli Reis Caran, é um terreiro da nação Keto, que reporta aos antigos reinos de Daomé (atual Benin) e reinos Yorubanos (atual Nigéria), tem procurado conservar traços identitários, como língua nativa, herbalogia, cânticos sagrados, danças, culinárias, artesanato, alfaiataria, entre outros, mantendo viva a tradição secular da qual descendem.

Vale ressaltar ainda que a referida expressão cultural é considerada como Patrimônio Histórico do Brasil, sendo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

O reconhecimento desta expressão cultural como patrimônio tombado tende a contribuir para o fortalecimento dos movimentos relacionados à cultura afro-descendente locais, especificamente em relação às suas lutas contra o preconceito, inclusão e qualificação social, bem como na preservação e na transmissão desses saberes e fazeres.¹⁸⁶

ACERVO DA ACADEMIA FRANCANANA DE LETRAS. Acondicionado na Casa da Cultura e do Artista Francano. Tombado pelo Decreto nº 11.037 de 24 de abril de 2020.



A ideia da criação da Academia Francana de Letras remonta ao ano de 1954, quando em um grupo de jovens intelectuais da cidade, despertava o desejo de aqui se fundar uma entidade que reunisse e abrigasse os artistas da época. Desejo este que, no entanto, só se concretizaria em 17 de dezembro de 1996, apoiado pela Universidade de Franca, tendo como coordenador o Professor Everton de Paula.¹⁸⁷

Além deste reconhecido intelectual, a estruturação da Academia Francana de Letras contou ainda com a participação de outros importantes representantes da cultura letrada local, como Alfredo Palermo, João Alves Pereira Penha, Josaphat Guimarães França, Luiz Cruz de Oliveira, Jane Lúcia Mahalem do Amaral, além do apoio administrativo e financeiro de Clóvis Eduardo Pinto Ludovice, então Reitor da Universidade de Franca.

Desde sua fundação, além dos nomes já mencionados, se constituíram ou ainda se constituem como membros, José Chiachiri Filho, Álvaro Azzuz, Carlos Alberto Bastos de Matos, Vicente Minicucci, José Eurípedes de Oliveira Ramos, Carlos de Assumpção, Castro Eugênio Liporoni, Lúcia Helena M. Brigagão, Maria Luiza Salomão, Perpétua Amorim, Ivani Marchesi, César Coletti, entre outros.¹⁸⁸

Isto posto, em razão da significativa contribuição intelectual dos membros que compuseram ou compõem esta instituição, bem como em decorrência da constante produção acadêmica local e das demais obras incorporadas à sua biblioteca, o Condephat local reconheceu o evidente significado e relevância do Acervo que pertence a esta Academia, constituindo-o assim, como Patrimônio Tombado do Município de Franca.¹⁸⁹

¹⁸⁶ PRESTES, Marcelo Pini; PEREIRA, Wanderlei Donizete. **Estudo para justificativa do tombamento da expressão cultural Ilé Alaketú Asé Ogiyan Ofurúru.** Condephat, Processo de tombamento nº 2018014027.

¹⁸⁷ ACADEMIAS Literárias. A Academia Francana de Letras. **Recanto das Letras.** Franca, 13 fev. 2007. Disponível em: < <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/379678> > Acesso em: 15 out. 2021.

¹⁸⁸ DE PAULA, Everton. Fundação da Academia Francana de Letras. In: AMORIM, Perpétua; MARCHESI, Ivani de Lourdes (Orgs). **Memórias da Academia Francana de Letras.** Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2017, P. 13-14.

¹⁸⁹ CONDEPHAT, Processo de tombamento nº 2018/014030.

ACERVO DO MUSEU DO CALÇADO DE FRANCA. Localizado nas dependências do “Luiza Labs”, pertencente ao Grupo Magazine Luiza, na Avenida Dr. Ismael Alonso Y Alonso, 3.250, Bairro São José. Tombado pela Lei Municipal nº 9.261 de 28 de Setembro de 2022.



Inaugurado em 25 de Outubro de 2001, por iniciativa de Regina Consuelo de Luca de Mello fundadora do Instituto Cultural Wilson Sábio de Mello¹⁹⁰, ocupando as dependências de um de seus prédios, localizado à Rua Monsenhor Rosa, 1843, o Museu do Calçado de Franca foi criado tendo como objetivo principal, preservar a história, a memória e a cultura da produção calçadista local, iniciada em meados do século XIX e que possibilitou à cidade o recebimento do título de “Capital do Calçado”.

Quando na sua inauguração, o acervo já contava com mais de 3000 itens que remetem à história do calçado, tanto em nível local, quanto global, contendo calçados de diversas épocas, ferramentas, calçados utilizados por grandes personalidades, como o Papa João Paulo II, além de documentos e fotografias destacando, principalmente, a trajetória das principais empresas calçadistas de Franca e seus precursores.

Em 2007 o acervo passou a ser de responsabilidade da Universidade de Franca por meio de contrato de comodato, sendo transferido para a antiga Casa Paroquial, na Rua Monsenhor Rosa, esquina com a Rua Saldanha Marinho, permanecendo aberto ao público naquele local até novembro de 2011, quando foi transferido para as dependências da própria Universidade.¹⁹¹

Com as mudanças administrativas a qual a Universidade foi submetida, aliado a outros fatores conjunturais, o acervo do Museu do Calçado foi doado à FEAC (Fundação Esporte, Arte e Cultura), autarquia da Prefeitura Municipal, pelo Instituto Cultural Wilson Sábio de Mello, a qual passou a se responsabilizar por sua guarda e conservação.¹⁹²

Em agosto de 2020 a Câmara Municipal de Franca aprovou a assinatura do termo de comodato, transferindo para o Grupo Luiza a responsabilidade e organização do acervo, o qual se encontra exposto nas dependências do “LuizaLabs”, localizado no antigo prédio dos Calçados Agabê, onde pode ser visitado pelo público em geral.¹⁹³

Em setembro de 2022, visando preservar o acervo, a Câmara Municipal juntamente com o poder executivo local aprovou a lei de tombamento do acervo, tornando-o patrimônio histórico e cultural do município.¹⁹⁴

¹⁹⁰ MUSEU do Calçado é inaugurado em Franca. **Comércio da Franca**, Franca, 25 out. 2001, P. A10.

¹⁹¹ UNIFRAN reinaugura Museu do Calçado de Franca. Disponível em: <Unifran reinaugura Museu do Calçado de Franca (sampi.net.br)> Acesso em: 15 mai. 2023.

¹⁹² LUIZALABS vai abrigar o Museu do Calçado. Disponível em: < LuizaLabs vai abrigar o Museu do Calçado (sampi.net.br)>. Acesso em: 15 mai. 2023.

¹⁹³ IBIDEM.

¹⁹⁴ FRANCA, Lei nº 9.261, de 28 de setembro de 2022. Dispõe sobre o tombamento e administração do acervo do Museu do Calçado. **Diário Oficial [do] Município de Franca**. Franca, 28 mai. 2022, Ed. 2.132. Disponível em: ,[2132-28092022.indd \(franca.sp.gov.br\)](#). Acesso em: 15 mai. 2023.

IMÓVEL PERTENCENTE À FAMÍLIA BALDIJÃO SEIXAS. Localizado à Rua Dr. Júlio Cardoso, nº 2.136 (antigo nº 1.100). Tombado pelo Decreto Municipal nº 11.631, de 10 de Maio de 2023.



Este imóvel, cuja finalidade era a residência da própria família, foi construído durante a década de 1940 por Antônio Baldijão Seixas, um dos grandes especialistas na área criminal, advogado e professor, sendo um dos mais proverbiais oradores e dos mais eloquentes causídicos do Direito Penal, cujo legado deu origem a uma verdadeira escola de criminalistas, destacando-se Agostinho Olney Maniglia, David Nasser, Eduardo Saadi, entre

tantos outros.¹⁹⁵

Nascido em 16 de maio de 1914 em Ituverava, SP, filho de Sebastião Seixas e Adélia Baldijão Seixas, formou-se em 1936 pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Especializou-se em Direito Penal, exercendo também, o Magistério em colégios e em faculdades de Franca, sendo também, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo, deixando livros escritos em diferentes áreas.

Participou ainda da política local, sendo vereador por dois períodos, sendo também, presidente da Associação Atlética Francana, além de atuar em diversas causas sociais.

Além de atuar na área jurídica, Antônio Baldijão Seixas se dedicou também ao setor imobiliário, sendo responsável pela construção de dezenas de imóveis residenciais na cidade, dando notável contribuição para o desenvolvimento estético e urbano local.¹⁹⁶

Foi casado com Maria Eufrida Ewbank Seixas (Dona Nenê Ewbank) por mais de 50 anos, com quem teve quatro filhos. Antônio Baldijão Seixas faleceu em 10 de maio de 1989, aos 74 anos.¹⁹⁷

Considerando ainda que se trata de imóvel que faz parte da paisagem de uma das mais tradicionais ruas da cidade, construída na década de 1940, dotada de materiais nobres para a época em que fora edificado, composta de soluções arquitetônicas que conferiam destaque à obra, especialmente elementos vazados, de estilo romântico, antecipando características que seriam comuns ao modernismo, contendo, inclusive, singular obra em azulejos em referência à descoberta do Brasil, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca (CONDEPHAT) decidiu pelo tombamento do imóvel.

¹⁹⁵ Dados extraídos da Justificativa para solicitação de tombamento, elaborada por Pedro Geraldo S. Tosi.

¹⁹⁶ A iniciativa particular a serviço da coletividade. **Franca em Revista**. Empresa Comércio da Franca, Ano 1961, P. 55.

¹⁹⁷ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Subsídios Históricos. Biografias.

TOMBAMENTO IMATERIAL DO BASQUETEBOL FRANCANO. Tombado pela Lei Municipal nº 9.396, de 04 de Julho de 2023.



Embora já haja registros da prática desse esporte em Franca desde o ano de 1908¹⁹⁸, o basquetebol teve sua prática contínua iniciada em 1928, através das turmas masculinas e femininas das escolas locais, e nas décadas seguintes se consolidou. Quando surgiu os Jogos Abertos do Interior, em 1936, que teve apenas o “bola ao cesto” (nome que o basquete era conhecido) como modalidade disputada naquela edição, Franca foi uma das cidades fundadoras e representada pela Escola Profissional

trouxe a medalha de bronze. Em 1951, quando chega ao município o jovem professor Pedro Morilla Fuentes, o saudoso Pedroca, para assumir a cadeira de educação física do E.E.T.C., uma verdadeira revolução acontece.

Atuando a princípio como jogador e técnico, foi montada uma “seleção de basquete” para representar Franca em eventos pela região. Em 1954, graças ao basquetebol a quadra do E.E.T.C. foi palco da terceira edição dos “Jogos do Obelisco”, que teve a presença dos futuros campeões mundiais Wlamir Marques e Pecente.

Este foi o primeiro grande evento esportivo de caráter intermunicipal que Franca teve a honra de ser sede em toda a sua história. Em 1959, o basquete local passa a encontrar lugar no Clube dos Bagres, um clube amadorista e poliesportivo cuja fundação teve a participação de vários ex-praticantes do bola ao cesto, passando a partir de então a representar a cidade nos principais torneios do estado de São Paulo.

Com Pedroca como técnico e Hélio Rubens, Heraldo Figueiredo, Marcos Magrin (Piu-Piu), Chico Damasceno, Katiê, Antônio Roberto Andrade (Anginho Andrade), Marcos Rodrigues (Marquinho), Oswaldo Aranha Dias (Mandioca), William Wanderley Jorge e Wilson como atletas, as primeiras conquistas expressivas foram obtidas: o terceiro lugar no Troféu Bandeirantes e o título dos Jogos da Alta Mogiana.

Ao longo da década de 1960, o basquete francano sob tutela do Clube dos Bagres ganhou projeção nacional, se tornando em um dos melhores quadros da modalidade no interior paulista, alcançando em diversas oportunidades os títulos dos Jogos Abertos do Interior e do Campeonato Paulista do Interior. Em virtude destes feitos, a cidade recebeu a visita, inclusive, de grandes equipes internacionais, todas interessadas em conhecerem o basquete de alta qualidade praticada pelos comandados por Pedroca.

Há mais de cinquenta anos o basquetebol de Franca torna a cidade conhecida não só no Brasil como também no exterior e durante a década de 1970 isso se intensificou. Com a equipe passando a ser sustentada pela calçados Emmanuel e posteriormente pela indústria Amazonas, o basquete local conheceu suas maiores glórias, vencendo múltiplas vezes o campeonato sul-americano, o campeonato nacional e o campeonato estadual.

O maior feito desta época certamente foi o primeiro vice-campeonato mundial na Itália, oportunidade que Franca contava com a base da seleção brasileira e enfrentou de igual para a igual os principais clubes europeus. O feito foi tão grandioso que rendeu,

¹⁹⁸ O Jornal “Tribuna da Franca”, de 06 de dezembro de 1908 anunciava a realização naquela data de uma partida de *basket Ball* escolar em comemoração à posse da primeira diretoria do Clube Recreativo Francano. Fonte: Acervo digital do Arquivo Histórico Municipal.

inclusive, a primeira transmissão internacional via rádio da história do interior paulista, fato levado a efeito pela Rádio Difusora de Franca, com narração de Jovassi Correia Dias.

Justamente em virtude de sua projeção o basquete francano se tornou nesta época em um importante veículo de divulgação não apenas da cidade, mas também das empresas locais do ramo calçadista (o principal setor produtivo do município). Entre 1971 e 1983, por exemplo, uma dezena de empresas estamparam suas marcas em algum momento nos uniformes do quadro comandado por Pedroca, podendo citar: Calçados Emmanuel, Indústria Amazonas, Paragon, Calçados Francano, Samello, Calçados Terra, Sândalo, Decolores, Martiniano e Keller.

Graças ao apoio de empresas e muitos abnegados da comunidade francana, a prática do basquete em nível profissional sempre foi mantida de forma ininterrupta, mesmo não dispondo de bases sólidas. Após vários anos sem concorrer aos grandes títulos, a equipe agora sob o comando técnico de Hélio Rubens e com o patrocínio da Ravelli Calçados retoma os caminhos das glórias no final dos anos 1980, se tornando novamente referência do esporte no país.

A popularidade do basquete entre os francanos impulsionou o surgimento de várias escolinhas públicas e privadas, colocação de cestas de basquete em diversos pontos da cidade e até mesmo o surgimento de uma segunda agremiação profissional que perdurou até 1996 (o Dharma Yara).

Através do Franca Basquetebol Clube, que desde 1992 é o nome pelo qual é conhecida a equipe mais tradicional da cidade, as conquistas de nível internacional e nacional continuaram acontecendo, despertando o interesse de inúmeras empresas multinacionais e de renome a apoiarem a equipe, algo que apenas reforça a credibilidade que referido esporte ostenta.

Desde 2018, a equipe voltou a ocupar posição de destaque no cenário nacional ao conquistar inúmeros títulos expressivos, os quais atualmente colocam Franca como detentora do melhor basquete do país. O clube que representa oficialmente Franca na modalidade é o que mais possui títulos internacionais na América Latina (11), é o que mais possui títulos de nível nacional (14) e o que mais possui títulos paulistas (15).¹⁹⁹

A esse rol de conquistas, há de se acrescentar que em 24 de setembro de 2023, na Tailândia, o basquetebol francano obteve uma de suas maiores conquistas ao vencer o Telekom Baskets Bonn da Alemanha, conquistando para a cidade e sua torcida, o tão sonhado título de Campeão Mundial de Basquete.

Do ponto de vista cultural, o basquete é igualmente importante para Franca. De acordo com dados levantados por Rodolfo César Pino, ainda na década de 1970 a cidade já era mencionada pelos jornais da capital paulista como sendo a “Capital do Basquete”, expressão que hoje possui um simbolismo muito importante para todo aquele que se identifica como “francano” e que serve como denominação alternativa do município (assim como ocorre com a expressão “capital do calçado”).²⁰⁰

¹⁹⁹ Dados históricos elaborados pelo pesquisador Rodolfo César Pino extraídos do Projeto de Lei apresentado pelo Vereador Daniel Bassi à Câmara Municipal, solicitando o tombamento imaterial do Basquete Francano. Disponível em: <https://sapl.franca.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2023/7738/pl_-_basquete_como_patrimonio_cultural_1.pdf> Acesso em 23 jan. 2024.

²⁰⁰ Ibidem.

IMÓVEL SITUADO À RUA CAMPOS SALLES, 2073, QUE PERTENCEU AO MÉDICO DR. ANTÔNIO PEIXE. Tombado pelo Decreto Municipal nº 11.865, de 15 de Julho de 2024.



Projetado por Alberto Schirato, arquiteto francano graduado pela Faculdade de Engenharia-Arquitetura Mackenzie, tendo sido este um dos projetos mais expressivos desenvolvidos por este arquiteto na cidade, o casarão foi construído em 1944 para ser moradia do médico Antônio Peixe, um dos grandes profissionais da medicina que já atuaram em Franca, tendo sido, inclusive, premiado pela Sociedade de Internos da Santa Casa do Rio de Janeiro pelo seu trabalho "A Vitamina K nas Síndromes Hemorrágicas do Fígado", Peixe foi titulado pelo Conselho de Imprensa Falada como personalidade do ano de 1971, com papel no setor de Saúde em Franca.

Antônio Peixe manteve seu consultório até o ano de 1982, vindo a falecer em 18 de julho de 1989.

Anos mais tarde, após o falecimento do Dr. Antônio Peixe, o imóvel foi adquirido por Luiza Helena Trajano, mulher de presença marcante no cenário empresarial brasileiro, com destaque para o trabalho desenvolvido à frente do Grupo Magazine Luiza.

A construção em tela não possui um estilo definido. "Trata-se de uma edificação considerada eclética. Carrega elementos de um colonial tardio e se mescla com portas e janelas em formato ogival (compostos por dois arcos, comumente simétricos). Com fachada característica do estilo desenvolvido por Alberto Schiratto".²⁰¹

²⁰¹ Dados extraídos da justificativa do Decreto de tombamento, elaborada por Pedro Geraldo S. Tosi, com complementos extraídos do acervo do Arquivo Histórico Municipal "Capitão Hipólito Antônio Pinheiro".

IMÓVEL SITUADO À AVENIDA RIO BRANCO, 520, ESTAÇÃO – ‘PRÉDIO DA MSM’.
Tombado pelo Decreto Municipal nº 12.009 de 27 de maio de 2025.



Foto: F3 Notícias.

A hoje Avenida Rio Branco, localizada no bairro da Estação, era a entrada da cidade na década de 1930. Tamanha visibilidade fez com que empresários da época decidissem investir e construir naquela localização, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil que, em março de 1938, deu entrada no Procedimento 186 da Repartição de Obras Públicas, Águas e Esgotos do Município de Franca ao encaminhar ofício datado de 25 de fevereiro do mesmo ano, no Projeto de Edificação sob a responsabilidade técnica do escritório Irmãos Adamo & Biassetton Ltda. – Engenheiros, Architectos e Construtores – Concreto Armado.

O núcleo original da edificação era composto de Memorial Descritivo e quatro plantas baixas evidenciando os alinhamentos, a volumetria, os planos construtivos e os recortes do empreendimento industrial a ser instalado na então Avenida Bom Jardim s/nº, tendo Mário Adamo como profissional que assinou o projeto completo de edificação.

Além deste acesso pela Avenida Rio Branco, o prédio também tinha entrada na hoje avenida Santos Dumont, onde ficava a Estrada de Ferro Mogiana, o que facilitava o embarque e desembarque de matéria-prima e produtos. Anos depois, em 1942, se estabeleceu no local a COTAL, Cia. Têxtil Industrial.

Posteriormente, por sua arquitetura e localização privilegiada na entrada da cidade, tornou-se a localização, por mais de 70 anos, de uma fábrica de saltos, solas, solados e placas de borracha vulcanizada destinadas à confecção de calçados em Franca e em todo o mercado calçadista do Brasil, a MSM, que fez parte do Grupo Samello, responsável pela introdução e produção dos primeiros mocassins no Brasil, criadora dos *docksides*, sendo uma das maiores exportadoras de calçados do País por vários anos, chegando a empregar mais de 3 mil pessoas.

No auge de sua existência produziu mais de 12 mil pares por dia e fez sapatos para grifes como Prada e Ralph Lauren, e tornou-se também um grupo econômico reconhecido como uma das iniciativas industriais mais notáveis do parque industrial nacional por ter tido a capacidade gerencial de se estabelecer como uma atividade industrial verticalizada, na medida em que produzia couros, solados, calçados e os comercializava em lojas próprias espalhadas pelas principais cidades do país com presença em todas as regiões e com influência no mercado internacional de calçados.

O prédio possui estilo de galpões industriais, ao feitio da Revolução Industrial Inglesa, com tijolos aparentes e telhados sustentados por complexas estruturas de madeira e ventilação natural nas dependências fabris. A fachada é ornamentada com recuos e marquises em balanço de concreto armado. Conta ainda com estrutura de suporte de uma caixa d'água em ferro com rebites contendo o logo da MSM (última empresa que ocupou o prédio) e uma chaminé que se tornaram uma referência visual na paisagem da cidade, principalmente do bairro Estação.

Possuiu, ainda, galpões industriais para produção; parte com dois pavimentos onde funcionavam centro social, refeitório, cozinha, anfiteatro, Recursos Humanos e Segurança do trabalho; caldeiraria, pesagem e acabamento de pré-frezado; mecânica; mistura/cilindros, laboratórios e sala de reuniões, mezanino (escritório e sala de reunião); produção/prensa; financeiro, ambulatório médico, parte com dois pavimentos com aparelhagem/acabamento de sola e expedição; salas para escritórios de vendas e “*show room*”; almoxarifado/palmilhas e departamento pessoal). A maior parte dos galpões possuía cobertura com telhas de cimento e o restante, cobertura metálica. Todos os setores têm sanitários, e o imóvel possuía ainda poço artesiano, estacionamento e guarita.

Diante deste contexto, este imóvel se destaca como um capítulo imprescindível que se une à história da “Capital do Calçado”, sobretudo, por sua intensa representatividade na cidade de Franca, o qual se constituiu por tantas décadas como ambiente de trabalho de tantos francanos (homens e mulheres), bem como de trabalhadores moradores de municípios da região.²⁰²

²⁰² OLIVEIRA, Marcella Murari; PRESTES, Marcelo Pini. **Estudo para justificativa do tombamento do prédio situado à Avenida Rio Branco, 520, o ‘Prédio da MSM’**. Condephat, Processo de tombamento nº 2024009289.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÍMOLI, Michele; SILVA, Analice (orgs). Registros e Memórias. **Diretoria de Ensino de Franca**. vol. 01. 2012, 559 p.

BAZON, Ana Cláudia. **Saúde pública : a trajetória dos serviços de saneamento básico no município de Franca**. (Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação em História). Franca: UNESP, 2007, 95p.

BORGES, Maria Elízia. Arte Funerária no Brasil. Disponível em: <Cemitério da Saudade – Arte Funerária Brasil (artefunerariabrasil.com.br)> Acesso em: 09 set. 2021.

CENTENAS de pessoas confeccionam o tapete de Corpus Christi. E milhares foram até à praça vê-lo. **Comércio da Franca**, Franca, P. C.2, 17 jun. 2006.

CHIACHIRI, José. **O Colégio Champagnat**. Resumo sobre o Histórico do prédio. 1998.

CHIARINI, Ana Maria. **Imigrantes e Italiani All’Estero**: os diferentes caminhos da italianidade em São Paulo. 1992. 185 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992. 176f.

DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca**: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: Unesp – FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. 175p.

DOIN, Evaldo de Melo. **Capitalismo bucaneiro**: dívida externa, materialidade e cultura na saga do Café. (Tese de Livre Docência). Vol. I. Franca: UNESP/FHDSS, 2001.

DONADELLI, Jorge Felix. **Vila Franca dos Italianos**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2003, 228p.

FALEIROS, José Reynaldo Nascimento. (Garcia Netto). **Filhos deste solo** – medicina & sacerdócio. Franca, SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007, 300 p.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café: Franca, 1880-1920**. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2008. 160 p.

FELIPPE Chafik. **O Bairro de Miramontes**. Franca: Prefeitura de Franca, Sec. de Educação e Cultura, 1992, 102 p.

FERREIRA, Valdir Geraldo. **Alonso Ferreira de Carvalho: Padre e Capitalista**. [Artigo digital arquivado nos subsídios históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”], 1999, N/P.

FOLLIS, Fransérgio. Estação: **O bairro-centro**. Franca: Prefeitura Municipal, Fundação Mário de Andrade, 1998, 139 P.

_____. **Modernização Urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo, Ed. Unesp, 2004, 152p.

FRANCA em Revista. Empresa Comércio da Franca, Franca, SP, Ed. do ano de 1961.

GAETA, Maria Aparecida J. V. **“Santos” que não são santos**: estudos sobre a religiosidade popular brasileira. Mimesis, Bauru, v. 20, n. 1, p. 57-76, 1999. Disponível em: <mimesis_v20_n1_1999_art_05.pdf (unisagrado.edu.br)>. Acesso em 13 set. 2021.

LIMA, Cacilda Comássio. **A construção da cidade**: Franca – século XIX. Franca: UNESP, 1997. 108 p.

LIMA, Luz Nadia. Barão da Franca, baronesa e o juiz de Direito. **Comércio da Franca**, Franca, 28 nov. 1999. Caderno Especial de aniversário de Franca.

LOPES, Régis. Enterros em igrejas foram prática comum até o século XIX. **Jornal O Povo** [online], Fortaleza, 02 nov. 2014. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/11/01/noticiasjornalcotidiano,3341197/enterros-em-igrejas-foram-pratica-comum-ate-o-seculo-xix.shtml>>. Acesso em: 05 out. 2021.

OLIVEIRA, Marcella Murari; PRESTES, Marcelo Pini. **Estudo para justificativa do tombamento do prédio situado à Avenida Rio Branco, 520, o ‘Prédio da MSM’**. Condephat, Processo de tombamento nº 2024009289.

NASCIMENTO, Hygino A; MOREIRA, Eufrauzino. **Almanaque Histórico de Franca**. Franca: Tipografia Renascença, 1943.

MATOS José Junqueira de Américo. **Família Junqueira, sua História e genealogia**. Vol. I, 2004.

MUSEU Histórico José Chiachiri. 09 de julho: **São Paulo em Armas pelo Brasil**. Constituição. Franca, SP, 2011.

O Centurião. **Comércio da Franca**, Franca, 01 jan. 1971.

PEREIRA, Wanderlei Donizete; SILVA, Jorge Luiz Domingues da. Relógio do Sol de Franca: Símbolo de identidade, memória e pertencimento de uma comunidade. In: **Museus para igualdade, diversidade e inclusão**. [Revista da Semana dos Museus de Franca]. BERTELLI, CÉLIO et. al. (orgs), Franca, Associação Paulo Duarte, Maio 2020. 212 p.

POLIANTEA Comemorativa ao 50º aniversário do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Franca, 1888-1938.

QUEEN, Paulo. **Usos e apropriações no espaço urbano: O caso das Praças de Franca**. 1986. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Franca, Franca, 1986,

SANTOS, Wanderley dos. **Cemitério da Saudade**. Subsídios históricos do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. [Cemitérios] Ano 1990.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Inovação educacional no século XIX**: A construção do currículo da escola primária no Brasil. Cadernos Cedes, ano XX, n. 51, novembro/2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>. Acessado em: 25 out. 2021.

TOSI, Pedro Geraldo: **Capitais no Interior**: Franca e a História da Indústria Calçadista (1860-1945); Franca: Ed. UNESP 2002, 366p.

ANEXO I - LEGISLAÇÃO DO CONDEPHAT – FRANCA, SP.

Histórico

- **Lei Nº 2.736, de 03 de Agosto de 1981** – Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca.
- **Decreto Nº 4.486, de 21 de Setembro de 1981** – Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 2.736, de 03 de agosto de 1981.
- **Lei Nº 3.170, de 12 de junho de 1987** – Modifica a redação do artigo 4º da Lei Nº 2.736/81 e das outras providências.
- **Decreto Nº 8.200 de 1º de Julho de 2003** – Aprova o Regimento Interno do CONDEPHAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca).
- **ANEXO I** – Regimento Interno do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do município de Franca.

José Granzotte, Presidente da Câmara Municipal de Franca, Estado de São Paulo, faço saber que o Prefeito Municipal Sancionou nos termos do § 5º do artigo 30, ambos da Lei Orgânica dos Municípios, a seguinte Lei:

Lei Nº 2.736, de 03 de AGOSTO de 1981: Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca.

Artigo 1º- Fica criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca.

§ único – o órgão ora criado fica subordinado ao Departamento de Educação e Cultura do Município.

Artigo 2º- Compete ao Conselho a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Município, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos, do seu valor folclórico, artístico, documental, turístico ou ambiental, bem como dos recantos paisagísticos e ecológicos que merecem ser preservados.

Artigo 3º- Caberá ao Conselho para a efetivação de suas finalidades:

I – Propor ao Prefeito Municipal o tombamento de móveis e imóveis previstos no artigo anterior, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária;

II – Celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio Municipal;

III – Propor a compra de bens móveis ou recebimento em doação;

IV – Sugerir a concessão de auxílio ou subvenção a entidades ou particulares, que objetivam as mesmas finalidades do Conselho que conservam e projetam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V – Ter a iniciativa de projetar e executar as obras de conservação e restauração de que necessitam os bens públicos ou particulares discriminados neste artigo;

VI – Cadastrar os bens tombados na forma de legislação vigente;

VII – Adotar outras providencias previstas em regulamento.

Artigo 4º- O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município compor-se-á de 09 (nove) membros de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos relativos à finalidade do órgão, designados pelo prefeito Municipal e indicados pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Educação e Cultura, (dois membros);

II – Curso de História do Instituto de História e Serviço Social da UNESP, campus de Franca;

III – Câmara Municipal de Franca;

IV – CONDEPHAAT do Estado de São Paulo;

V – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNIFRAN;

VI – Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, núcleo de Ribeirão Preto;

VII – Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca;

VIII – Cúria Diocesana de Franca;

§ 1º- O Presidente do Conselho será escolhido pelo Prefeito dentre os Conselheiros designados.

§ 2º- O Departamento de Educação e Cultura do Município e os órgãos e entidades discriminados neste artigo apresentarão ao Prefeito, sempre em lista tríplice, os nomes para escolha dos respectivos representantes.

§ 3º- Os membros do Conselho terão mandato de 02(dois) anos, podendo ser reeleitos ou dispensados a qualquer momento, sendo suas atividades consideradas como relevantes serviços prestados ao município.

§ 4º- As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente também o voto de desempate.

Artigo 5º- O Departamento de Educação e Cultura do Município porá a disposição do Conselho o Pessoal Técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

Artigo 6º- O Conselho será sempre ouvido nos casos de alienabilidade e disponibilidade das obras Históricas ou Artísticas, bem como dos monumentos naturais, todos de propriedade do Município.

§ único- Aceito pela Prefeitura Municipal o parecer do Conselho, toda e qualquer desapropriação deverá ser objeto de aprovação da Câmara Municipal, através de projeto de lei e iniciativa do executivo.

Artigo 7º- Os imóveis do Município classificados como patrimônio artístico ou histórico, deverão abrigar, preferencialmente, museus da espécie, de caráter público.

Artigo 8º- A organização e funcionamento do Conselho serão fixados em regulamento.

Artigo 9º- O poder executivo expedirá o regulamento desta lei, dentro de 60(sessenta) dias, contando a partir de sua data de publicação.

Artigo 10º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Franca, 03 de agosto de 1981.

Decreto Nº 4.486, de 21/SETEMBRO/1981, Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 2.736, de 03 de agosto de 1981.

MAURÍCIO SANDOVAL RIBEIRO, Prefeito Municipal de Franca, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E TURISTICO DE FRANCA:

Artigo 1º- Constitui o patrimônio histórico, artístico e turístico do município o conjunto de bens existentes em seu território, que pelo valor etnológico, histórico, artístico e paisagístico, fica sob a proteção do Poder Público, nos termos do artigo 180 e parágrafo único da Constituição Federal e 129 da Constituição Estadual.

Artigo 2º- O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico de Franca, de que trata a Lei nº 2.736/81, subordinado ao Departamento de Educação e Cultura, é o órgão que tem por objetivo proteger e preservar o patrimônio histórico, artístico e turístico do Município.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO:

Artigo 3º- O conselho será constituído de 09 (nove) membros, escolhidos na forma indicada pela Lei nº 2.736, de 03/08/1981.

Artigo 4º- O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês independente de convocação e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente para debater assunto urgente e inadiável.

§ 1º - O Conselho não poderá reunir-se a não ser com a presença de 50% mais um de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente também o voto de qualidade.

§ 2º - O Conselheiro que faltar a 03 (três) sessões consecutivas, sem justificativa aceita pelo conselho, incorrerá na perda de mandato.

Artigo 5º- O Conselho tem as seguintes atribuições:

I – Propor às autoridades competentes o tombamento dos bens nele referidos, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária;

II – Sugerir e manifestar-se sobre convênios e acordos com entidades públicas e particulares, visando à preservação do patrimônio de que trata este artigo;

III – Propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação;

IV – Sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivam as mesmas finalidades do Conselho, ou a particulares que conservem e projetam documentos, honras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V – Projetar as obras e conservação e restauração de que necessitam os bens públicos ou particulares, discriminados neste artigo;

VI – Cadastrar os bens tombados na forma de legislação vigente;

VII – Adotar outras providências previstas em regulamento;

VIII – Elaborar seu regimento interno, encaminhando à direção do Departamento de Educação e Cultura para aprovação.

Artigo 6º- Ao Presidente do Conselho compete:

I – convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II – Cumprir e fazer o Regimento Interno do Conselho;

III – Constituir, por proposta de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para desenvolver estudos de natureza específica.

IV – Designar relatores para os assuntos ou processos.

V – Delegar poderes;

VI – Solicitar a providencia dos órgãos competentes nos casos de correição destinada à defesa do patrimônio histórico, cultural e turístico do Município.

Artigo 7º- As propostas do Conselho serão enviadas ao Diretor do Departamento de Educação e Cultura que decidirá o que estiver no âmbito de competência do

Departamento ou encaminhará, com parecer circunstanciado, o que for de competência do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Artigo 8º- Os bens que compõem o patrimônio histórico, artístico e turístico do Município serão defendidos e preservados pelos processos de tombamentos nos termos da legislação federal pertinente e na forma deste Decreto.

Artigo 9º- Os bens tombados não poderão ser demolidos, destruídos, mutilados ou alterados, nem sem prévia autorização do Conselho, reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa a ser imposta pelo mesmo Conselho de até 20% (vinte por cento) do respectivo valor, neste incluído o do terreno, e se for o caso, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis ao infrator.

§ 1º- Na hipótese de alienação onerosa dos bens referidos neste artigo, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, a União, o Estado e o Município, terão nesta ordem, direito de preferência para aquisição, obedecido o processo estabelecido para a espécie, pelo Decreto-Lei Federal nº 25, de 20 de novembro de 1937.

§ 2º A alienação gratuita, a cessão de uso, a locação ou remoção de qualquer bem tombado deverá ser comunicada ao Conselho com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 3º- Os bens tombados, pertencentes ao Município, só poderão, ser alienados, ou transferidos de uma para outra dessas entidades, comunicado o fato ao Conselho.

§ 4º- No caso de transferência da propriedade de bem imóvel tombado, inclusive por cessão “causa-mortis”, competirá ao serventuário do Registro de Imóveis competente, efetuar ciência ao conselho.

§ 5º- Os bens tombados ficam sujeitos a inspeção periódica do Conselho.

§ 6º- Na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem tombado, o respectivo proprietário deverá comunicar a ocorrência ao Conselho dentro de no Maximo 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor do bem.

Artigo 10º- Não poderão ser tombadas as obras de origem estrangeira pertencentes a representações diplomáticas ou consulares empresas estrangeiras, casas de comercio ou que também vindo do exterior para exposição ou certames.

Artigo 11º- O proprietário que não dispuser de recurso para proceder a obras de conservação e reparação de que o bem tombado necessite, deverá comunicar a circunstancia ao Conselho, que manifestar se á sugerindo providências cabíveis.

§ 1º- Omitindo-se o Conselho quanto a providencias necessária referida no artigo anterior assistirá ao proprietário o direito de pleitear o cancelamento do tombamento.

§ 2º- O Conselho poderá projetar e indicar a execução de obras de conservação de bens tombados independentemente de comunicação ou anuência do proprietário, uma vez comprovada à urgência das mesmas.

Artigo 12º- Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300,00m (trezentos metros), em torno de qualquer edificação ou sitio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sitio ou edificação.

Artigo 13º- Nenhuma obra – construções ou loteamentos ou instalação, da propaganda, painéis, dísticos, cartazes ou semelhantes – poderá ser aproveitada em zonas declaradas de interesse turístico municipal ou na vizinhança de bens tombados, desde que contrariem padrões de ordem estética fixadas Prefeitura Municipal.

§ 1º- A fixação dos padrões referidos neste artigo será objeto de decreto, por proposta do Conselho.

§ 2º- O estabelecimento de zonas de interesse turístico municipal.

Artigo 14º- O tombamento se efetiva por resolução do Prefeito Municipal, e posterior inscrição do bem tombado no livro próprio.

Artigo 15º- Para o tombamento de bens moveis e imóveis, o Conselho manterá os seguintes Livros de Tombo:

I - Livro de Tombo Etnográfico e Paisagístico;

II - Livro de Tombo das Artes Aplicadas;

III - Livro de Tombo das Artes;

IV - Livro de Tombo das Artes Populares;

V - Livro de Tombo Histórico.

§1º- No livro de Tombo Etnográfico e Paisagístico serão inscritos os bens de valor etnográfico e os monumentos naturais paisagísticos;

§2º- No Livro de Tombo das Artes Aplicadas as obras que se incluem na categoria de Artes Aplicadas, nacionais ou estrangeiras de valor pictórico, escultórico e arquitetônico.

§3º- No Livro de Tombo das Artes, as obras nacionais e estrangeiras;

§4º- No Livro de Tombo das Artes Populares, os bens relacionados com as manifestações folclóricas, características de épocas e regiões do Município.

§5º- No Livro de Tombo Histórico, os objetos de interesse histórico e as obras de arte histórica.

Artigo 16º- O Tombamento de bens pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito provado, inclusive ordens de instituições religiosas far-se-á voluntaria ou compulsoriamente, e no caso do bem imóvel, os atos respectivos serão averbados no Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 17º- O Tombamento de bens se inicia pela abertura do processo respectivo, por solicitação do interessado ou por deliberação do Conselho tomada “ex-officio”.

Parágrafo Único- A deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou simples abertura do processo assegura a preservação do bem até a decisão final da autoridade, pelo que o fato será imediatamente comunicado à autoridade policial sob cuja jurisdição se encontra o bem em causa, para os devidos fins.

Artigo 18º- Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes notificados para, se o quiserem contestar a medida no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º- Não ocorrendo sustentação, será o tombamento submetido a aprovação do Prefeito Municipal, e uma vez publicada a resolução, imediatamente inscrito no Livro de Tombo;

§2º- Constatada a proposta, o Conselho se manifestará encaminhando o processo a apreciação final do Prefeito.

§ 3º- Da decisão do tombamento em que houve impugnação caberá recurso ao Prefeito Municipal.

Artigo 19º- O tombamento de bens pertencentes ao Estado ou Município se fará compulsoriamente, comunicada obrigatoriamente, a iniciativa da medida ao órgão interessado.

Artigo 20º- Serão sumariamente arquivadas as propostas de tombamento que não sejam devidamente instruídas e justificadas.

Artigo 21º- A abertura do processo de tombamento, quando da iniciativa do proprietário, ou a notificação deste nos demais casos susta, desde logo, qualquer projeto ou obra que importe em mutilação, modificação ou destruição dos bens em exame.

Artigo 22º- Para as transformações das obrigações impostas por este decreto, para as quais não será prevista penalidade específica, o Conselho poderá aplicar multas no valor de 01(um) a 20% (vinte por cento) do bem tombado, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade funcional, criminal ou civil.

Artigo 23º- O Conselho divulgará, anualmente atualizada, a relação dos bens tombados do Município.

Artigo 24º- Os bens tombados na área do Município pela diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado serão inscritos no Livro de Tombo respectivo, a fim de se beneficiarem com obras e iniciativas do Conselho, respeitada a legislação Federal aplicável a espécie.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Artigo 25º- O Conselho poderá articular, mediante convênios, se o caso, com a diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e CONDEPHAT do Estado, visando a:

I – Atividade conjunta na consecução dos objetivos do Conselho;

II – Formação de profissionais especializados em conservação e técnicas de proteção a obras de pintura restauração e torêutica, reparação e restauração de obras de arquitetura, pesquisa e organização de monumentos e outras técnicas necessárias ao exercício de suas atribuições;

III – Controle do comércio de obras de arte antiga e formização de taxas e multas.

Artigo 26º- Poderá o Conselho organizar cursos de assistência técnica, seminários, conferências, bem como emitir parecer e laudos a requerimento do interessado, cobrando taxa de emolumentos, anualmente fixados em decreto.

Artigo 27º- O Departamento de Educação e cultura, na forma de lei providenciará os serviços de apoio técnico-administrativos necessários ao funcionamento do Conselho.

Artigo 28º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Franca, em 21 de setembro de 1981.

Lei Nº 3.170, de 12/junho/1987, Modifica a redação do artigo 4º da Lei Nº 2.736/81 e dá outras providências.

ARY PEDRO BALIEIRO, Prefeito Municipal de Franca, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Franca APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Lei

Artigo 1º- Passa a ter a seguinte redação, o artigo 4º da lei nº 2.736, de 03 de agosto de 1981, que criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca:

Artigo 4º

I- Secretária de Educação (dois membros)

II- Curso de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca- UNESP, campus de Franca;

III- Câmara Municipal de Franca;

IV- CONDEPHAT do Estado de São Paulo;

V- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNIFRAN;

VI- Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca;

VII- Cúria Diocesana de Franca;

VIII- Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – Delegacia de Franca;

Artigo 2º- As despesas com a execução desta Lei correm à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Franca, aos 12 de junho de 1987.

DECRETO Nº 8.200, DE 1º DE JULHO DE 2003, Aprova o Regimento Interno do CONDEPHAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca.

GILMAR DOMINICI, Prefeito Municipal de Franca, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o REGIMENTO INTERNO do CONDEPHAT- CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E TURISTICO DO MUNICIPIO DE FRANCA, na forma do anexo I deste Decreto.

Art. 2º- O presente ato é efetivado em conformidade com o disposto na Lei nº 2.736, de 03 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 3.170, de 12 de junho de 1987.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Franca, em 1º de julho de 2003.

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E TURISTICO DO MUNICIPIO DE FRANCA

Seção I

Da definição e objetivos

Art. 1º- O CONDEPHAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca, constituído pela Lei nº 2.736, de 03 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 3.170, de 12 de junho de 1987, **é um colegiado consultivo e**

fiscalizador, de caráter permanente, que tem como objetivo a adoção de medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do município.

Seção II

Das atribuições e competências

Art.2º- São competências do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca:

I - Propor às autoridades competentes o tombamento, desapropriação, compra de bens moveis e imóveis considerados de valor histórico, artístico, paisagístico, ecológico, ambiental e cultural.

II - Estabelecer métodos e critérios para estudo e classificação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

III - Defender por todos os meios ao seu alcance a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

IV - Sugerir convênios ou acordos com entidades públicas e particulares, visando à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

V - Recomendar a elaboração de projetos e execuções de obras de conservação, restauração e opinar sobre a orientação destes projetos, obras e uso.

VI - Sugerir a adoção de medidas administrativas, técnicas, jurídicas necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

VII- Solicitar aos setores competentes a inspeção e vistoria de bens tombados.

VIII - Propor programas de ação cultural que integrem, valorizem e divulguem diversos bens históricos, culturais e ambientais.

IX - Sugerir aos órgãos competentes medidas relativas a modificação das legislação existente no tocante a defesa, preservação e valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Município.

X - Formular diretrizes de Política (interna e externa) para preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município.

XI - Cadastrar os bens tombados na forma de legislação vigente.

Art.3º- Compete aos membros do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico:

I - Participar das reuniões, com direito a voto.

II - Sugerir medidas que julgarem convenientes ao andamento do serviço.

III - Desempenhar os trabalhos que lhe forem atribuídos em reunião.

IV - Propor estudos, levantamentos e pesquisas do interesse do CONDEPHAT.

V - Tomar medidas cabíveis em caráter de emergência, “ad referendum” do colegiado.

Seção III

Da Composição e organização

Art. 4º- O Conselho de Defesa do patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca é composto de 09(nove) membros, representantes de órgãos públicos e sociedade civil de alguma forma:

I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

II - 01(um) representante do Curso de Historia da Faculdade de Direito, Historia e Serviço Social - UNESP- campus de Franca.

III - 01(um) representante da Câmara Municipal de Franca.

IV - 01(um) representante do CONDEPHAT do Estado de São Paulo.

V - 01(um) representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNIFRAN.

VI - 01(um) representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca.

VII - 01(um) representante da Cúria Diocesana de Franca.

VIII - 01(um) representante do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – Delegacia de Franca.

Art.5º- O Presidente do Conselho será escolhido pelo Prefeito Municipal dentre os Conselheiros Designados.

§1º- A nomeação e posse dos conselheiros do CONDEPHAT será por ato do Prefeito Municipal, obedecendo, obrigatoriamente, a relação encaminhada pelo Conselho e escolhidos

entre os indicados nas listas tríplices encaminhadas pelos órgãos e instituições com representação no colegiado.

§2º- Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos ou dispensados a qualquer momento, após decisão da maioria simples do colegiado, sendo suas atividades consideradas de interesse publico relevante e não remuneradas.

Art.6º- Ao Presidente do Conselho compete:

I - Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias.

II - Superintender os serviços e atribuir funções e atividades.

III - Distribuir entre os demais membros os trabalhos e expedientes em geral.

IV - Sugerir, junto às entidades, no sentido de agilizar a tramitação das decisões tomadas pelo Conselho.

V - Baixar as resoluções do Conselho.

VI - Elaborar relatório anual das atividades do órgão.

§1º- As propostas apresentadas pelos Conselheiros estão sujeitas a votação e as deliberações serão tomadas por maioria simples de voto.

§2º- O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês independentemente de convocação e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros.

§3º- Os membros do Conselho poderão aprovar o comparecimento de convidados as reuniões desde que seu conhecimento se relacione com os trabalhos em pauta e que ofereça interesse no campo de atuação do órgão no sentido de defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico.

§4º- As pautas das reuniões deverão ser definidas e os conselheiros notificados no mínimo com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§5º- O não comparecimento dos membros em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06(seis) alternadas, no período de 01 (um) ano sem justo motivo, ensejará sua substituição imediata, mediante proposta do Presidente ou da maioria dos conselheiros ao Prefeito Municipal.

§6º- Anualmente deverá ser apresentado relatório das atividades do órgão para conhecimento público.

Seção IV

Do Processo de Tombamento

Art.7º- O Tombamento de bens será iniciado pela abertura de processo respectivo, por solicitação do interessado ou por deliberação do Conselho, tomada "ex-officio".

Art.8º- Os pedidos de tombamento deverão ser encaminhados ao CONDEPHAT por intermediário de requerimento do interessado, devendo constar sua identificação, endereço e justificativa devidamente documentada, para que fique configurado o interesse do bem em causa.

Art.9º- É recomendada a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Se edificação, ano da construção, seu projetista ou construtor, planta do imóvel, localização em relação ao terreno e área envoltória de 300 (trezentos) metros;
- b) Documentação histórica do bem, da qual devesse constar seu significado e justificativa de preservação;
- c) Informação sobre a situação jurídica do bem e seu endereço;
- d) Informação sobre o estado de conservação do bem;
- e) Atual utilização do bem;
- f) Quando se tratar de monumento ou sítio, demarcação topográfica da área proposta, seus proprietários e endereços, plantas, desenhos e topografias.

Parágrafo Único – A documentação referida neste artigo será registrada no livro de protocolo e receberá número do guichê que acompanhará sua tramitação até o arquivo ou decisão de abertura de processo de tombamento.

Art.10º - Os pedidos de autorização para obras de conservação, restauro, mudanças, reparos e consertos de bens tombados, deverão vir instruídos dos seguintes documentos:

- a) Requerimento da proposta onde consta a identificação, qualificação e endereço do requerente;
- b) Projeto completo em 03(três) vias.
- c) Documentação fotográfica relativa ao estado de conservação do bem em causa.

Art.11º- O proprietário que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação, restauro, mudanças, reparos e consertos, deverá comprovar por intermédio de atestado de incapacidade financeira expedido por órgão competente, devendo ser dada publicidade deste ato.

Art.12º- Para os pedidos de autorização relativos a área envoltória de bens tombados, dentro do perímetro de 300 (trezentos) metros, deverão ser juntados os seguintes documentos:

I - Para os serviços de conservação:

- a) requerimento da parte interessada;
- b) memorial descritivo e justificativa com especificações;
- c) 02(dois) croquis de localização da obra em relação ao bem tombado;
- d) levantamento fotográfico do imóvel.

II - Para pedido de demolição:

- a) Requerimento da parte interessada;
- b) 03(três) vias do projeto;
- c) 03(três) vias do memorial descritivo;
- d) 03(três) vias do croquis de localização da obra em relação ao bem tombado;
- e) Levantamento fotográfico do imóvel.

III - Novas edificações ou reformas:

- a) Requerimento da parte interessada;
- b) 03(três) vias do projeto completo;
- c) 03(três) vias do memorial descritivo;
- d) 03(três) vias do croquis de localização da obra em relação ao bem tombado;
- e) Levantamento fotográfico do imóvel.

Seção V

Das Disposições finais

Art.13º- Os integrantes do CONDEPHAT deverão manter sigilo sobre as matérias que vierem a conhecer, ressalvada a divulgação oficial do Conselho.

Art.14º- Os membros do CONDEPHAT não poderão ser remunerados, sob qualquer título, sendo seus serviços considerados da mais alta relevância para o município.

Art.15º- Aos prejuízos causados aos bens tombados, sejam eles de qualquer natureza, incorrerão penalidades aos infratores, inclusive multas fixadas em normas impostas pelo Conselho, em acordo com o executivo Municipal.

Art.16º- Os casos omissos e as dúvidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos em plenária do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município de Franca.

Art.17º- O Regimento Interno do CONDEPHAT somente poderá ser modificado, no todo ou em partes, por maioria simples de seus membros, em reunião ordinária, e encaminhada ao Prefeito Municipal para regulamentação através do Decreto.

Art.18º- Ao Regimento interno do CONDEPHAT ficam incorporadas as disposições da Lei nº 2.736/81, que criou o colegiado, alterada pela Lei nº 3.170/87 e do Decreto nº 4.486/81, que a regulamentou.
